



PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL

(P158000 - GEF Paisagens)

## RELATÓRIO DE PROGRESSO TÉCNICO-FINANCEIRO

Período

Julho a dezembro de 2023

Brasília

Janeiro de 2024

## Elaboração e revisão

### Elaboração - Conservação Internacional Brasil

Michele Rocha	Gerente de Projeto
Cíntia Segadas	Gerente de Aquisições e Contratações
Eliene Cruz	Coordenadora de Monitoramento
André Leme	Coordenador de Finanças
Ítalo Do Ó Ferreira	Coordenador Técnico (AC)
Leticia Cobello	Coordenadora Técnica (AM)
Leuzabeth Silva	Coordenadora Técnica (ICMBio e SFB)
Fagner Richter	Coordenador Técnico (RO)
Renato Rodrigues	Coordenador Técnico (PA)
Ana Navarrete	Coordenadora de Comunicação
Lígia Ribeiro	Especialista em salvaguardas

### Elaboração – FUNBIO

Fernanda F C Marques	Gerente de Portfólio, Doações Nacionais e Internacionais
Fábio Ribeiro Silva	Gerente de Projetos
André Lemos	Assistente de Projetos
Fernanda Estrella	Assistente de Projetos
Marilene Viero	Coordenadora de Controle Financeiro de Projetos
Mayara Bernardes	Analista de Controle Financeiro de Projetos
Vitor da Silva Vieira	Assistente de Controle Financeiro de Projetos

### Elaboração - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Francisco Eduardo Torres de Sá	Gerente Geral
Giuliano Marchini Senatore	Gerente Técnico
Cleber Lima Guarany	Gerente Estratégico
Mauricio Wanderley E. da Costa	Gerente de Aquisições e Contratações
Marcus Vinicius de Oliveira Mendes	Gerente de Projeto, Monitoramento e Avaliação
Yves Wanderley E. da Costa Netto	Coordenador de Compras
Tathiana Pereira Cabral	Coordenadora de Contabilidade
Luís Henrique Piva	Coordenador Unidade Operativa
Sara Amaro Pais	Coordenadora de Comunicação e Salvaguardas
Conrado Parreiras Horta Vieira Leal	Coordenador Administrativo-Financeiro
Leonardo José Melo Brandão	Assessor Jurídico
Andréa Cardoso Maurício Valente	Assistente de Compras
Fabiola dos Santos Mendes	Especialista em Salvaguardas

## Revisão - Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Rita de Cássia Guimarães Mesquita	Secretária Nacional
Carlos Eduardo Marinelli	Chefe de Gabinete
Suíá Kafure da Rocha	Gerente de Projetos
Julia Rachid Zapata Dau	Coordenadora-Geral do Depto. de Áreas Protegidas
Renata Carolina Gatti	Chefe de Projetos II do Depto. de Áreas Protegidas
Márcia Nogueira Franceschini	Analista Ambiental do Depto. de Áreas Protegidas
Fabiana Mauro	Coordenadora de Comunicação
Fabiana Sousa	Assistente de Projetos

## Sumário

Lista de Siglas .....	5
Lista de Figuras .....	8
Lista de Quadros .....	10
Lista de Tabelas .....	10
1. Apresentação .....	11
2. Resumo do Desempenho Acumulado do Projeto (2018 a 2023/02) .....	13
3. Desempenho Financeiro no Semestre (2023/02) .....	29
4. Indicadores e Resultados Acumulados .....	36
5. Descrição do Desempenho no Semestre por Componente (2023/02) .....	43
6. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto .....	70
7. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto .....	71
8. Salvaguardas Socioambientais .....	73
9. Lições Aprendidas .....	83
10. Próximos Passos .....	85
11. Comunicação .....	87
12. Anexos .....	104

## Lista de Siglas

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

APA – Área de Proteção Ambiental

ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia

ASL - Paisagens Sustentáveis da Amazônia

BM – Banco Mundial

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CBD - Convenção sobre Diversidade Biológica

CDSA - Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais

CFERG - Complexo de Florestas Estaduais do Rio Gregório

CFT - Comitê do Fundo de Transição

CI – Conservação Internacional

CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

CONJUR – Consultoria Jurídica

COP – Comitê Operativo do Projeto

DAP - Departamento de Áreas Protegidas

DFLO – Departamento de Florestas

Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAM - Fundação Almerinda Malaquias

FAUC - Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação

FERS - Floresta Estadual de Rendimento Sustentado

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FT - Fundo de Transição

FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

FVA - Fundação Vitória Amazônica

GEF – *Global Environment Facility*

GIZ - Agência Alemã de Cooperação Internacional

GPRO - ferramenta de Gerenciamento de Pauta de Processo

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade

IMA - *Integrated Management Areas*

IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MR – Marco Referencial

MSQ – Mecanismo de Sugestão e Queixa

NGI - Núcleo de Gestão Integrada

ODP - Objetivos de Desenvolvimento do Projeto

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OG - Órgão Gestor

ONU - Organização das Nações Unidas

PIQCTs - Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Planaveg - Plano Nacional de Vegetação Nativa

PMFSPE - Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POA - Planejamento Operativo Anual

PPCDAm - Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

PRA - Programa de Regularização Ambiental

PRADA - Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada

Proveg - Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa

PRVN - Plano de Restauração da Vegetação Nativa

RA - Restauração Ativa

Resex - Reserva Extrativista

RFID - *Radio Frequency Identification*

RL – Reserva Legal

RNA - Regeneração Natural Assistida

SAF – Sistema Agroflorestal

SBio - Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

TdR – Termo de Referência

TIRG - Terra Indígena Rio Guaporé

UC – Unidade de Conservação

UCP – Unidade de Coordenação do Projeto

UEP - Unidade Executora do Projeto

UO – Unidade Operativa

USAID - Serviço Florestal Americano no Brasil

WWF - *World Wildlife Fund*

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – Evolução do nível de consolidação das Ucs ARPA, entre 2010 e 2023.....	14
<b>Figura 2</b> - Execução dos Recursos do Fundo de Transição do Programa ARPA nos Planos Operativos 2022/2023 (até dezembro), em milhões de reais.....	15
<b>Figura 3</b> - Distribuição de recursos do POA 4 da Fase 1, por UO.....	19
<b>Figura 4</b> - Fluxo de execução do projeto de 2017 a 2023.....	24
<b>Figura 5</b> - Desempenho global por componente 1, 2, 3 e 4.....	27
<b>Figura 6</b> - Resumo da execução financeira por categoria de gasto.....	27
<b>Figura 7</b> - Execução semestral do Programa ARPA, de 2014 a 2023.....	29
<b>Figura 8</b> - Execução mensal de recursos.....	30
<b>Figura 9</b> - Execução por Unidade Operativa (UO).....	31
<b>Figura 10</b> - Execução por componente.....	31
<b>Figura 11</b> - Imagem do dashboard de monitoramento.....	32
<b>Figura 12</b> - Avanço dos indicadores em relação ao 1º semestre de 2023.....	38
<b>Figura 13</b> – Encontro da Rede de Sementes do Acre, evidenciando as diversas atividades que.....	44
<b>Figura 14</b> - Capacitação de comunitários da Resex Canutama em manejo florestal.....	45
<b>Figura 15</b> - Sistemas agroflorestais na Resex Chico Mendes.....	46
<b>Figura 16</b> - Monitoramento da área plantada na Flona Bom Futuro.....	48
<b>Figura 17</b> - Oficinas para a construção do plano de manejo, realizadas na Resex Alto Juruá.....	49
<b>Figura 18</b> - Nivelamento dos técnicos da SEMA para uso de ferramentas e processos para análise do CAR.....	50
<b>Figura 19</b> - Produção de mudas no Viveiro da Floresta, no Acre.....	51
<b>Figura 20</b> - Sensibilização de agricultores e definição de áreas para o plantio.....	53
<b>Figura 21</b> - Oficinas etnoregionais para a construção do Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa (PRVN).....	54
<b>Figura 22</b> - Capacitação voltada a extensionistas rurais da Emater Pará.....	55
<b>Figura 23</b> - Mutirão de adesão ao PRA.....	57
<b>Figura 24</b> - Oficina de capacitação dos monitores de tabuleiros.....	63
<b>Figura 25</b> - Gincana Ecológica, realizada anualmente para celebrar o término.....	64
<b>Figura 26</b> - Evento CBD: Diálogos na Amazônia Brasileira.....	65
<b>Figura 27</b> - Evento no INPA sobre conservação e manejo da biodiversidade amazônica.....	66
<b>Figura 28</b> - Conferência Anual ASL, em Tarapoto, Peru.....	67
<b>Figura 29</b> - Construção da Teoria da Mudança do ASL Brasil, durante a Oficina Diálogos.....	68
<b>Figura 30</b> - Encerramento da Oficina Diálogos Participativos – ASL Fase 3, em Brasília/DF.....	69

<b>Figura 31</b> - Localização da APA do Tapajós e TI Munduruku.....	76
<b>Figura 32</b> - Foto oficial dos participantes da reunião preparatória do Plano de Manejo da APA do Tapajós e do Parna do Rio Novo, na aldeia Boca do Rio das Tropas, na TI Munduruku.....	77
<b>Figura 33</b> - Mapa das Terras Indígenas no Entorno da Resex do Alto Juruá.....	78
<b>Figura 34</b> - Apresentação do Canal de Comunicação e Sugestão de Queixas do ASL.....	79
<b>Figura 35</b> - Capa da publicação “O CAR no Xingu” .....	88
<b>Figura 36</b> - Atualização da barra de logos do projeto ASL Brasil, em novembro de 2023, e e-mail de envio aos pontos focais com orientações de uso .....	93
<b>Figura 37</b> - Capa do Guia produzido pela Comunicação para a Missão de Supervisão em Santarém / PA ....	89
<b>Figura 38</b> - Artes dos materiais pensados para a Missão de Supervisão, em Santarém / PA .....	90
<b>Figura 39</b> - Imagem de participantes da equipe CI-Brasil com materiais do ASL Brasil, durante a Missão de Supervisão em Santarém / Pará .....	91
<b>Figura 40</b> - Divulgação Missão de Supervisão em Brasília/DF, via LinkedIn.....	93
<b>Figura 41</b> - Divulgação da Oficina POA 4, em Brasília/DF, via LinkedIn.....	94
<b>Figura 42</b> - Divulgação dos mutirões de regularização ambiental em estados.....	95
<b>Figura 43</b> - Divulgação sobre quelônios amazônicos e o apoio do ASL em sua conservação, via Instagram .	95
<b>Figura 44</b> - Imagem do Boletim ASL Regional com a nota sobre o ASL Brasil .....	96
<b>Figura 45</b> - Capa do Folder ASL Brasil, em inglês.....	96
<b>Figura 46</b> - Capa do Folder ASL Brasil em português.....	97
<b>Figura 47</b> - Participação do ASL Brasil na Conferência Regional ASL, realizada no Peru .....	97
<b>Figura 48</b> - Foto do Webinar “ASL Brasil na COP28” com presença da CI-Brasil,.....	98
<b>Figura 49</b> - Imagem do vídeo ASL Brasil produzido para a COP28 .....	98
<b>Figura 50</b> - Reuniões de alinhamento dos pontos focais durante a COP28 em Dubai, .....	99
<b>Figura 51</b> - Foto do painel ASL Brasil com participação remota do MMA (Carlos Eduardo Marinelli – Chefe de Gabinete da SBio), no hub do Consórcio da Amazônia Legal .....	99
<b>Figura 52</b> - Card de divulgação do evento do projeto nas redes da CI-Brasil.....	100
<b>Figura 53</b> - Imagens do Kobotoolbox mostrando as datas e as manifestações enviadas durante .....	100
<b>Figura 54</b> - Imagem do kobotoolbox com a formalização do protocolo da denúncia .....	102
<b>Figura 55</b> - Registro das ligações do manifestante e equipe da CI-Brasil.....	102
<b>Figura 56</b> - Sensibilização do MSQ realizada em outubro de 2023, com pontos focais do ICMbio .....	102

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação.....	13
Quadro 2 - Evolução do POA1.....	25
Quadro 3 – Desempenho do plano operativo anual.....	26
Quadro 4 - Recurso por categoria de gasto no semestre.....	33
Quadro 5 - Execução financeira do período por UO.....	34
Quadro 6 - Contrapartida executada por UCP/UO e UEP.....	35
Quadro 7 – Contrapartidas Floresta +.....	35
Quadro 8 - Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados finalizados.....	39
Quadro 9 – Atividades do Projeto ASL e pontos de atenção monitoramento de salvaguardas.....	74

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Orçamento da Fase 1, por etapa de execução.....	233
<b>Tabela 2</b> - Resumo desempenho do POA 3 - 2023 .....	322
<b>Tabela 3</b> - Status da execução por UO até 12/2023 .....	334
<b>Tabela 4</b> - Indicadores de Resultados Globais .....	36
<b>Tabela 5</b> - Resultados reportados para o semestre 2023/02 .....	400
<b>Tabela 6</b> - Indicadores de Resultados Globais .....	422

## 1. Apresentação

Este documento tem como objetivo apresentar os resultados da execução física e financeira do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil (GEF-Paisagens), referentes aos componentes 1, 2, 3 e 4, do Acordo de Doação GEF TFA6056 e TFA6057 (ASL1) e TF0B6898 (ASL 2), no que diz respeito ao período de julho a dezembro de 2023.

O Projeto GEF-Paisagens faz parte do Programa GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia (Programa ASL), que tem como objetivo proteger as áreas de ecossistemas florestais amazônicos globalmente relevantes, além de implementar políticas para promover o uso sustentável dos recursos naturais e a restauração da cobertura da vegetação nativa na região. O Programa ASL na sua primeira fase compreende cinco projetos nacionais associados, executados por Brasil, Colômbia (dois projetos) e Peru (dois projetos). O Banco Mundial (BM) lidera o programa e é a agência implementadora do projeto brasileiro e de um dos projetos colombianos. Enquanto isso, o WWF e o PNUD são as agências implementadoras do GEF para os demais projetos. Os projetos nacionais do ASL são liderados pelos ministérios do Meio Ambiente dos respectivos países e executados em parceria com organizações públicas e privadas.

O Projeto nacional brasileiro foi elaborado com base nas experiências de trabalho na Amazônia brasileira, para fortalecer a conservação da biodiversidade, reduzir o desmatamento e melhorar os meios de subsistência das comunidades locais. Juntos, os projetos integrantes do Programa ASL visam criar e expandir áreas protegidas em 4.400.000 ha, melhorar o manejo dessas áreas em 87.000.000 ha, promover o manejo sustentável em 3.700.000 ha, restaurar 48.500 ha, beneficiar a 60.079 pessoas e apoiar ações que contribuirão para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> em 185 milhões de toneladas até 2030, nas fases 1 e 2.

A Fase 1 do Projeto encontra-se em plena execução. Em relação ao Componente 1, executado pelo FUNBIO, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) apoia 120 Unidades de Conservação (UCs), abrangendo um total de 62,1 milhões de hectares. Para monitorar a consolidação das UCs, o programa adota a Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC), que tem evidenciado avanços significativos desde 2010. Além disso, destaca-se o desempenho financeiro, com a execução do Fundo de Transição (FT) registrando um aumento em 2022 e atingindo uma execução recorde em 2023, totalizando 76 milhões.

Os Componentes 2, 3 e 4, sob responsabilidade da CI-Brasil, visam melhorar o manejo da região amazônica. O Projeto tem apoiado as entidades governamentais parceiras na manutenção e ampliação de esforços para proteger e restaurar a floresta amazônica, sua biodiversidade associada, serviços ecossistêmicos, resiliência climática, ao mesmo tempo em que promove a adoção de abordagens sustentáveis na produção e gestão extrativista. É válido ressaltar que, até dezembro de 2023, o Projeto promoveu estudos de concessão e

manejo em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, que atendem cerca de 1.300.000 hectares, apoiou a elaboração de planos de manejo em Unidades de Conservação (UCs), totalizando 2.580.301 ha, e prestou suporte aos estados participantes do projeto (AC, AM, PA e RO) na realização de 48 mil análises de CAR.

A Fase 2 do Projeto está em andamento, abrangendo os componentes 1, 2, 3 e 4, executados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O objetivo é promover melhorias na gestão de outros 2,37 milhões de hectares de Áreas Protegidas (UCs não apoiadas pelo ARPA). Além disso, busca-se implementar a recuperação da vegetação nativa em 1,2 mil hectares, promover a gestão integrada da paisagem por meio do fortalecimento de Instrumentos de Gestão Integrada (*Integrated Management Areas - IMA*) em 11,9 milhões de hectares, e estabelecer mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e aumento da recuperação. O projeto também visa apoiar 300.000 hectares de propriedades rurais por meio da adoção de práticas de manejo sustentável.

A Fase 3 do projeto está em processo de concepção, no segundo semestre de 2023, foi realizando o “Workshop de informações e subsídios para o planejamento do Paisagens Sustentáveis da Amazônia Fase 3”, com a participação dos atores envolvidos na execução dessa fase de concepção do projeto e atores externos que atuam no estado do Pará, onde será o território de atuação do projeto nessa etapa. O objetivo principal da Fase 3 é dar continuidade a parte das ações iniciadas nas Fases 1 e 2, enquanto contribui para a integração de políticas públicas tanto em âmbito nacional quanto estadual.

## 2. Resumo do Desempenho Acumulado do Projeto (2018 a 2023/02)

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

Esse componente corresponde ao apoio à implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, que é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, iniciado em 2002 e que se encontra em sua Fase III. Esta fase é caracterizada por uma estratégia financeira que conta com um Fundo de Transição (FT), em que os recursos de doação são gradativamente substituídos por outras fontes até 2039. O componente é executado pela FUNBIO, sob coordenação do Departamento das Áreas Protegidas (DAP) do MMA.

O Programa ARPA apoia atualmente 120 Unidades de Conservação (UCs), que somam 62,1 milhões de hectares. A implementação do ARPA é orientada pelo estabelecimento de metas de consolidação, as quais consideram que uma Unidade de Conservação (UC) está consolidada quando possui uma estrutura mínima de gestão que garanta sua integridade a curto prazo e viabilize o planejamento a médio prazo, permitindo que cumpram suas finalidades originais. A estrutura mínima de gestão para consolidação é dividida em graus I e II, sendo que as UCs de Grau I recebem apoio para 7 Marcos Referenciais (MRs), enquanto as UCs de Grau II recebem apoio para 12 MRs.

**Quadro 1 - Correspondência entre MRs alcançados e grau de consolidação**

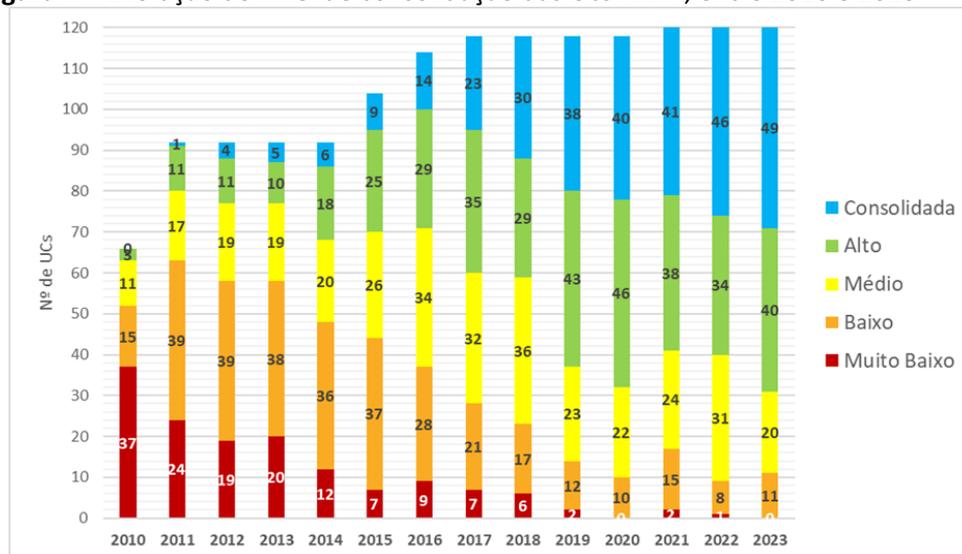
Marcos Referenciais alcançados Grau I	Marcos Referenciais alcançados Grau II	Grau de Consolidação
0 a 1	0 a 3	Muito Baixo
2 a 3	4 a 6	Baixo
4	7 a 9	Médio
5 a 6	10 a 11	Alto
<b>7</b>	<b>12</b>	<b>Consolidada</b>

Fonte: FUNBIO

Para monitorar o avanço das UCs em termos de consolidação, é empregada a Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC), uma ferramenta específica do Programa que permite aferir periodicamente os avanços, excepcionalmente o retrocesso e orientar as ações em prol da consolidação das UCs. A FAUC é preenchida anualmente.

As informações mais recentes demonstram que o Programa ARPA tem sido efetivo no apoio à consolidação das UCs amazônicas<sup>1</sup>. Como a FAUC tem aplicação anual, o panorama atual corresponde ao mesmo reportado no relatório de progresso anterior. Assim, no cômputo geral do Programa ARPA, desde 2010 e a partir de 2017 (início da vigência do Projeto ASL Brasil), verifica-se uma redução gradual de UCs com níveis baixos ou muito baixo de consolidação (atualmente nenhuma UC encontra-se no nível muito baixo e apenas 11 UCs apresentam baixo grau de consolidação), enquanto 49 UCs (25,9 milhões de hectares) encontram-se consolidadas e outras 40 (12,7 milhões de hectares) estão em estágio avançado de consolidação (Figura 1). Cumpre registrar que mesmo as UCs não consolidadas continuam apresentando avanços de cenários significativos por marco referencial, assim espera-se que a tendência de crescimento no número de UCs consolidadas aumente nos próximos anos.

**Figura 1** – Evolução do nível de consolidação das Ucs ARPA, entre 2010 e 2023



Fonte: FUNBIO

Também merece destaque o desempenho do Programa em relação à meta de criação de novas Unidades de Conservação, a qual já havia sido superada e foi ampliada em 116 mil hectares desde o último relatório, levando em conta a ampliação de duas UCs (Parque Nacional do Viruá e Estação Ecológica de Maracá).

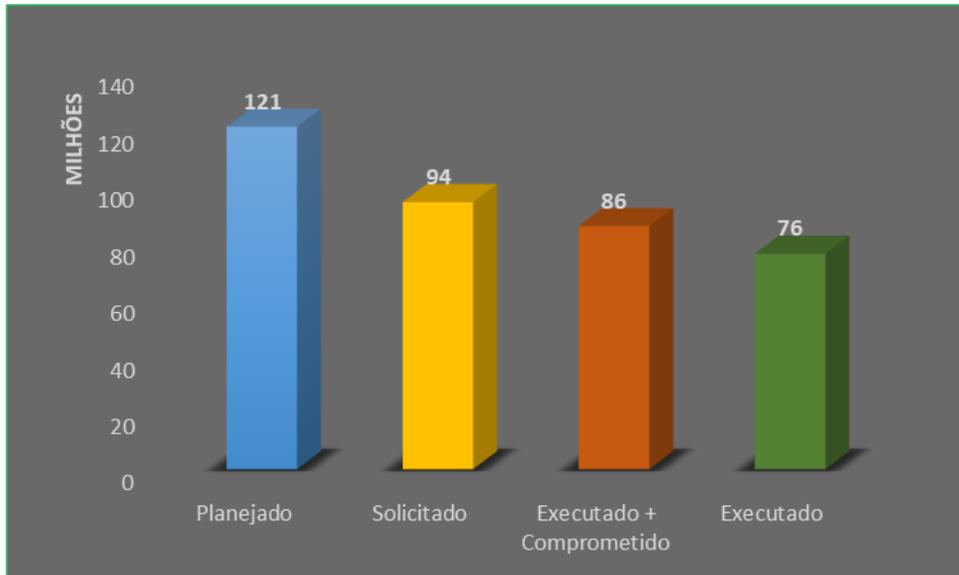
Como o recorte temporal e as metas do Projeto ASL Brasil são distintas do Programa ARPA, contabiliza-se 4,2 milhões de hectares em UCs criadas ou ampliadas entre 2017 e 2023, superando em cerca de 40% a meta de 3 milhões de hectares do projeto nesse indicador.

Em relação a execução financeira, destaca-se que após uma queda da execução do Fundo de Transição (FT) no ano de 2021, decorrente sobretudo da pandemia, os valores executados voltaram a subir em 2022 e 2023,

<sup>1</sup> Soares-Filho et al. (2023) Contribution of the Amazon protected areas program to forest conservation. Biological Conservation 279. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320723000289?via%3Dihub>

com recorde de execução em 2023. Considerando o recurso executado, o biênio (2022/2023) alcançou, até dezembro de 2023, a cifra de R\$ 76 milhões.

**Figura 2** - Execução dos Recursos do Fundo de Transição do Programa ARPA nos Planos Operativos 2022/2023 (até dezembro), em milhões de reais



Fonte: FUNBIO

O Relatório L é o reporte financeiro semestral do Fundo de Transição do Programa ARPA, elaborado desde o início da Fase III do Programa, e apresenta informações sobre as doações realizadas para o Programa, desempenho das carteiras de investimento, previsão de resgates de recursos do FT e execução do programa contendo o desempenho das Unidades de Conservação (UCs). O documento pode ser acessado no [Relatório L](#) e alguns resultados são apresentados na seção 3, abaixo.

### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

Os componentes 2, 3 e 4 têm por meta, respectivamente: ii) promover a gestão integrada da paisagem, iii) fortalecer a capacidade dos governos federal e estaduais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros com vistas a reduzir o desmatamento e promover a recuperação florestal e iv) melhorar a capacidade de colaboração e implementação no que tange aos principais atores brasileiros, para aumentar o impacto do projeto, o cumprimento dos compromissos internacionais e promover a implementação eficaz e eficiente do projeto.

No Componente 2 - “Gestão Integrada da Paisagem”, são apoiadas atividades com o propósito de aumentar a capacidade de todas as partes interessadas em gerenciar e promover a restauração e regeneração natural de maneira sustentável.

No Componente 3 - "Políticas de Proteção e Recuperação da Vegetação Nativa", são apoiadas atividades voltadas para a melhoria da capacidade de monitoramento da restauração e regeneração. Isso é feito por meio da capacitação institucional, elaboração de estudos, implementação de plataformas de planejamento e monitoramento espacial para auxiliar na tomada de decisões relacionadas à restauração. Além disso, busca-se promover melhorias nos incentivos financeiros para que agricultores possam investir em atividades de restauração ativa e regeneração natural.

Os componentes são executados pela CI Brasil, sob coordenação da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA.

O Projeto ASL Brasil tem apoiado as entidades governamentais parceiras na manutenção e expansão de esforços para proteger e restaurar a floresta amazônica, sua biodiversidade associada, serviços ecossistêmicos, resiliência climática e promover a adoção de abordagens sustentáveis de produção e gestão extrativista.

Como resumo dos resultados alcançados até dezembro 2023:

- Concessões florestais, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, provendo estudos de concessão e manejo que atendem cerca de 1.300.000 ha;
- Manejo em UCs de uso sustentável, apoio a elaboração de planos de manejo, totalizando 2.580.301 ha;
- Regularização ambiental, em especial nas análises do CAR, com contratações nos estados, de 48 mil análises realizadas.

Ações em desenvolvimento no novo ciclo 2024:

- Ainda na regularização ambiental, fortalecimento institucional para viabilizar a elaboração de 10 mil Projetos de Recuperação de Área Degradada e Alterada (PRADAs), no estado de Rondônia;
- Restauração florestal, em processo de execução, planejada para totalizar cerca de 38.842 ha em Regeneração Natural Assistida (RNA) e 2.624 ha em Restauração Ativa (RA). De forma a atender 163% do indicador 0.3 i) e 62% do indicador 0.3 ii).

Tais resultados alcançados e em desenvolvimento têm sido efetivos para o atendimento do objetivo do projeto, expandindo a área sob proteção legal, melhorando o gerenciamento de Unidades de Conservação e aumentando a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.

Merece destaque o desempenho do Projeto em relação ao novo ciclo de planejamento, visto que as metas de restauração, que atualmente apresentam um percentual de RA 4% e RNA 5%, estão com uma projeção de atingimento até o final do projeto em RA 62% e RNA 163%, ampliando assim a área atendida e fortalecendo as ações de restauração neste ciclo final da fase 1.

Esta perspectiva de resultado tem como contexto base a criação de um Grupo de Trabalho, proposto pela CI-Brasil em conjunto com o MMA, em junho de 2022, com foco em Restauração Florestal – nominalmente chamado de “GT Restauração” - formado por representantes do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, da Conservação Internacional-Brasil, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e dos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.

O objetivo do GT é coordenar e planejar de forma conjunta e permanente as estratégias para atendimento aos indicadores prioritários, as quais podemos citar:

- Realizar/viabilizar o levantamento de dados e informações sobre as áreas passíveis de serem recuperadas, no âmbito do Projeto ASL-Brasil;
- Realizar/viabilizar estudos para análise da base do CAR e estimativa do passivo florestal nos Estados das UOs;
- Definir critérios para priorização das áreas a serem recuperadas, tanto em áreas privadas como no interior das Unidades de Conservação federais e estaduais;
- Levantar ações das Unidades Operativas (UOs) que já estão em andamento e que podem contribuir para o alcance do indicador (contrapartida física);
- Definir os métodos e técnicas de recuperação da vegetação a serem adotados para alcançar a meta de 29,2 mil hectares de área em recuperação, até 2026;
- Analisar a distribuição de áreas prioritárias para recuperação em relação à divisão de ações entre instituições partícipes, para atribuição de metas e orçamento;
- Elaborar um documento de “Estratégia de Recuperação do Projeto”, o qual foi apresentado em agosto de 2022, contendo planos de ação com atividades, responsáveis, prazos e respectivas metas e indicadores para as áreas a serem contempladas com apoio do Projeto;
- Definir as contratações/aquisições necessárias para alcance das metas dos planos de ação com respectivas previsões orçamentárias;
- Definir protocolos e indicadores para monitoramento das ações de recuperação em campo e monitoramento remoto;
- Elaborar os procedimentos de reporte de avanço dos resultados das ações de recuperação e sistematizar as informações para alimentar o relatório de progresso semestral do projeto.

Neste contexto, no POA 3 foi sugerido um bloco de atividades, no entanto, ainda concentradas nas demandas estaduais por ações de regularização ambiental, com ações dirigidas para CAR e PRA. Estas possuem largos prazos de efetivação para efetiva implementação dos termos de compromisso por parte dos produtores rurais. Todavia, tem sido fundamental atuar em regularização com objetivo de fortalecer cadeias sustentáveis de restauração, prover pelo projeto o fortalecimento de 43 viveiros e viabilizar a adoção de Sistemas Agroflorestais (SAFs) como método de restauração para aliar produtividade e geração de renda, às áreas em restauração ora atendidas.

Ao final de 2023, como pode-se visualizar no quadro de indicadores no capítulo 4, os resultados ainda não são expressivos no curto prazo. Entretanto, tais resultados atendem em projeção mais de 10 mil ha, a médio e longo prazos; resultado indireto que o Projeto deixará de legado em parceria com os governos estaduais.

De fato, a estratégia que atenda efetivamente a Regeneração Natural Assistida (RNA) e a Restauração Ativa (RA) objetivadas pelo Projeto, bem como ações que promovam o fortalecimento da cadeia produtiva da restauração, foram alcançadas somente no POA 4, com uma perspectiva de 93% do valor investido concentrado em ações de restauração.

Isso somente foi possível após a validação do MMA e BM quanto ao pedido da CI-Brasil de prorrogação do Projeto, tendo como justificativa achados na avaliação intermediária de 2022, por consultores independentes contratados tanto pela CI-Brasil, agência executora, bem como pelo Banco Mundial, agência implementadora, com os seguintes diagnósticos:

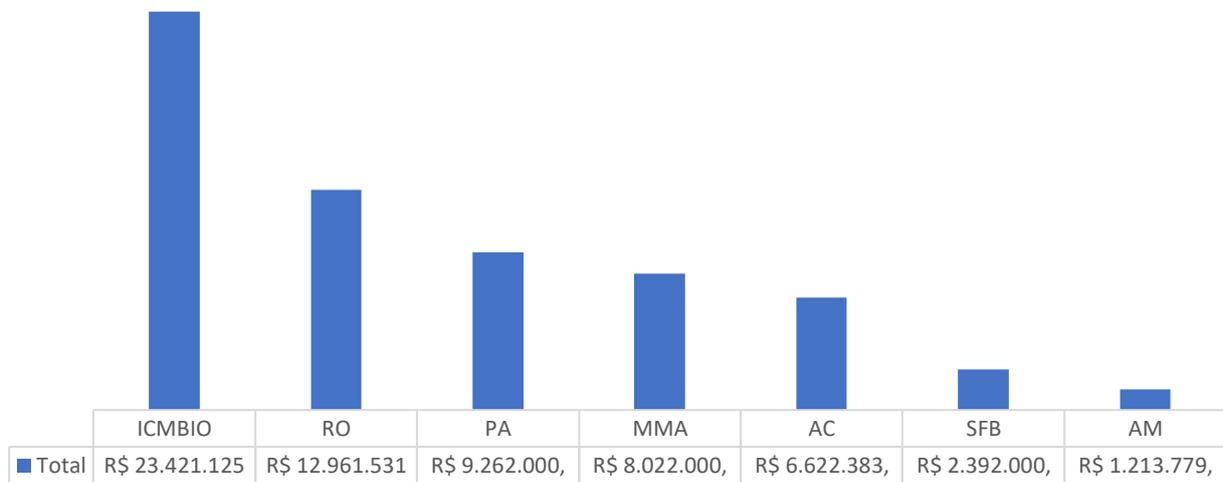
- Os objetivos estratégicos continuam relevantes e alinhados com as políticas estratégicas nacionais e iniciativas do Banco Mundial;
- Existe um compromisso significativo, por parte da governança e é definido em longo prazo por políticas internas e externas, que deve ser mais bem posicionado com maiores alocações orçamentárias e foco nos resultados alcançados;
- A concepção estratégica do projeto é adequada, contudo, considerada complexa devido ao número de atores e suas características políticas;
- O plano de implementação é adequado, mas significativamente atrasado para os componentes 2, 3 e 4, principalmente devido às restrições do período da COVID-19. Portanto, alguns ajustes são necessários para compensar esse período e atingir as metas;
- O risco é substancial devido a implementação complexa dos arranjos de gestão e governança, o que poderá ser reduzido com o processo de planejamento e engajamento das Unidades Operativas.

O Planejamento Operacional do novo ciclo (POA 4) foi construído de forma coletiva, participativa, integrada entre CI, FGV, UCP/MMA e Unidades Operativas (AC, AM, PA, RO, MMA, SFB e ICMBio). A efetividade deste processo se deu pela construção de direcionadores estratégicos que visem a concentração de atividades para atendimento dos indicadores elencados como prioritários: 0.3 i) área sobre regeneração natural assistida e 0.3 ii) área sob restauração ativa. A condução de oficinas remotas e presenciais foram essenciais para o planejamento integrado e participativo, tendo como premissa o fortalecimento das políticas nacionais e proporcionando às entidades parceiras o atendimento de suas metas prioritárias de restauração.

Dentre os fatores-chaves deste processo em desenvolvimento, ocorreu a priorização indicada para atender áreas que possuíam uma governança pacífica e um grau de atendimento técnico efetivo, avaliando riscos e conflitos e possíveis impactos socioambientais. Desta forma, a identificação e a mobilização estratégica foram conduzidas para fortalecer as áreas de Unidades de Conservação estaduais e federais.

Apesar do orçamento disponível indicado para este ciclo final ter sido de R\$ 50 milhões, houve demandas que totalizaram R\$ 64 milhões de reais, sendo distribuídos da seguinte forma:

**Figura 3 - Distribuição de recursos do POA 4 da Fase 1, por UO**



Fonte: CI Brasil

O processo de controle e gestão deste novo ciclo será trimestral, medido pelo nível de comprometimento/empenho das atividades no fluxo do cronograma de 12 meses. As ações não comprometidas no prazo previsto serão reavaliadas conjuntamente entre UOs, MMA e CI, e, se não justificadas, serão canceladas.

Primando pelo efetivo atendimento de restauração, a equipe de gestão tem concentrado esforços para assessorar equipes e consultores na construção dos TdRs/ETs, de modo a reduzir riscos de não comprometimento das ações prioritizadas.

Como resumo consolidado dos resultados por Unidade Operativa, temos:

- AC - O Projeto ASL tem colaborado e contribuído para a conservação e gestão das Unidades de Conservação do Estado, oportunizando instrumentos e ações importantes para a manutenção do ecossistema e da paisagem. Um outro aporte importante tem sido destinado ao fortalecimento da Política Estadual de Regularização Ambiental, com apoio a Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR e de projetos de fomento associados ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, que tem incentivado a restauração no Estado.
- AM - Na perspectiva de gestão da paisagem, a implementação do ASL tem contribuído especialmente para a consolidação dos acordos de pesca como instrumentos estratégicos para a gestão de conflitos e perspectivas de fortalecimento de oportunidades de desenvolvimento socioeconômico de comunidades ribeirinhas, por meio dos recursos pesqueiros no Amazonas.

Avanços significativos ocorreram também na implementação do Cadastro Ambiental Rural, alavancando os esforços para mais de 20 mil análises, em comparação com números inferiores a 500 análises em 2021, antes do apoio do ASL. O Projeto vem contribuindo, portanto, com o fortalecimento institucional e no apoio à análise do CAR como instrumento fundamental para a implementação da política de proteção da vegetação nativa no estado.

Ainda na ótica da gestão da paisagem, merece ser mencionado o esforço depositado na construção de planos de manejo florestal de baixo impacto, em benefício de comunidades em Unidades de Conservação e em área de Projeto de Assentamento.

Quanto ao enfoque de estruturação, planejamento, fortalecimento e implementação de políticas estruturantes, o ASL tem apoiado diálogos, preparação de bases de dados, nivelamento de conhecimentos e estruturação de ações que visam a implementação da política de Concessão Florestal e de Recuperação da Vegetação Nativa.

- PA (SEMAS E IDEFLOR-Bio) - O processo de elaboração do Plano de Gestão da APA Triunfo do Xingu e Flota do Iriri trouxe diversos impactos positivos e desafios significativos para a região. Os diagnósticos do meio abiótico e biótico permitiram uma compreensão mais aprofundada dos ecossistemas locais, contribuindo para a preservação da biodiversidade. No entanto, o desafio agora reside na elaboração do zoneamento, onde é crucial equilibrar a conservação com as necessidades de uso da terra, demandando uma abordagem integrada.

Um ponto de destaque foi a construção coletiva do Projeto e do Governo da Política Regional de Vegetação Nativa - Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa (PRVN), que visa recuperar 5,6 milhões de hectares de vegetação nativa, até 2030. O projeto participou ativamente do planejamento e da implementação das oficinas etnoregionais para a construção das prioridades coletivas e participativas do PRVN, no Pará. O envolvimento de Povos Indígenas, Quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais evidencia a importância da inclusão social nas estratégias de recuperação ambiental. No entanto, como desafio do novo ciclo a execução do PRVN requer cuidado na consideração das recomendações específicas dessas comunidades, garantindo uma abordagem justa e sustentável. As oficinas regionais proporcionaram uma visão abrangente das diferentes realidades socioeconômicas e culturais. A diversidade de participantes e a entrega de documentos com recomendações enriquecem o processo, mas os desafios incluem a necessidade de integrar essas perspectivas de maneira coesa no PRVN.

A 5ª edição do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática, com o lançamento do PRVN, destaca a importância do diálogo interinstitucional no qual foi possível apresentar a relevância da parceria público-privada e os avanços do Programa Regulariza Pará, apoiado pelo ASL, na busca por soluções ambientais. Os desafios incluem a implementação efetiva desses planos, garantindo que as propostas se transformem em ações concretas e mensuráveis.

Cabe destaque a parceria com a Emater, tendo por meta conjunta capacitar 82 técnicos extensionistas rurais para elaboração de Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (Prada), potencializando a escala de implementação dos planos de restauração.

Um destaque em comunicação é a produção do Sumário Executivo, pela comunicação do projeto em colaboração com a SEMAS-PA. Este material teve como objetivo potencializar as ações do projeto ASL Brasil, trazendo análises sobre a implementação do CAR em uma área crucial para a restauração amazônica, a APA Triunfo do Xingu. Espera-se que com a divulgação dessas informações haja conscientização pública que fortaleça a consolidação de políticas ambientais eficazes.

A integração entre o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN-PA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularidade Ambiental (PRA) fortalece uma política ambiental eficiente regionalmente.

Essa sinergia cria oportunidades para incentivos aos proprietários rurais comprometidos com a sustentabilidade. No entanto, o desafio futuro será a manutenção dessa colaboração ao longo do tempo, garantindo que os incentivos se traduzam em práticas sustentáveis duradouras. Em resumo, a jornada até agora trouxe avanços significativos, mas os desafios persistentes exigem uma abordagem contínua e adaptativa. A parceria entre diferentes setores e a integração de iniciativas são essenciais para enfrentar

os desafios ambientais únicos da região, enquanto as lições aprendidas ao longo do caminho fornecem insights valiosos para futuras iniciativas de gestão ambiental na Amazônia paraense.

- UO SEDAM - O projeto tem contribuído com a implementação da política de regularização ambiental do estado de Rondônia, por meio da efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da execução do Programa de Regularização Ambiental (PRA), visando a recuperação de áreas degradadas ou alteradas em pequenas propriedades rurais. O projeto ASL vem apoiando a realização de mutirões de regularização ambiental, organizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) em conjunto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), que promovem ações, dentre outras, de retificação de CARs, sensibilização e mobilização de produtores(as) rurais para adesão ao PRA e elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADAs). Dessa forma, contribui efetivamente com o processo de regularização de imóveis rurais no Estado de Rondônia. Além disso, o projeto contribui com o fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do estado, através da estruturação da Emater e capacitação de servidores para atuar na regularização ambiental de imóveis rurais.
- SFB - O Serviço Florestal Brasileiro tem contribuído para que as madeiras das concessões florestais possam ser rastreadas ao longo de sua cadeia de custódia utilizando a tecnologia do RFID (*Radio Frequency Identification*), provendo agilidade e eficiência na execução das atividades. Ressalta-se que demonstrar a rastreabilidade completa da madeira é essencial para difundir a política das concessões florestais para os consumidores. Essas atividades estão sendo realizadas nas Florestas Nacionais de Jacundá e Jamari, em Rondônia, e Saracá-Taquera, Caxiuanã e Altamira, no Pará, e posteriormente poderão ser adequadas para outras regiões.

Outro fator relevante tem sido a proposta de modelos produtivos de recuperação de áreas degradadas e alteradas para concessão florestal, inicialmente realizados em duas áreas-piloto de florestas públicas (Gleba São Bento – AM e Flona Bom Futuro – RO). Foram sistematizados dez diferentes modelos, os quais deverão estar de acordo com a Lei Federal nº11.284/2006. Esses modelos estarão disponíveis para que sejam analisados por outras instituições e ou regiões.

- ICMBio - Tem apoiado o fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação através dos processos de elaboração do plano de manejo das áreas, tanto da APA do Tapajós quanto da Resex Alto Juruá. Um dos aprendizados tem sido o envolvimento dos povos indígenas nas reuniões consultivas e construção do plano de manejo, como é o caso dos Munduruku-PA. Os sistemas agroflorestais (SAF) participativos, implementados na Resex Chico Mendes e Flona Bom Futuro com envolvimento das famílias residentes nas unidades e associação das áreas, têm sido um aprendizado na condução de participação e apropriação dos resultados dos envolvidos. A Resex Chico Mendes já teve um total de mais de 42 mil mudas plantadas, envolvendo 75 famílias, com 34,1 ha de SAFs implantados. Um outro destaque é para

a capacitação de comunitários e servidores do ICMBio em curso de formação de parobotânico. Um total de 100 pessoas foram formadas nos níveis básico e avançado de identificação de plantas, frutos, sementes, coleta e armazenamento. Essa formação pode ser replicada para outras áreas e os participantes serem multiplicadores do curso.

O projeto, em sua fase 1 - componentes 2, 3 e 4, apresenta o seguinte resultado financeiro acumulado até dezembro, conforme Anexo B do Informe de Reporte Financeiro de 31/12/2023.<sup>2</sup>

Cabe destacar que 63% do projeto está comprometido em atendimento às metas, se considerarmos os valores pagos, comprometidos e em processo de licitação. Tendo assim, um plano vigente do POA 4 de 34% e um saldo para 2025 para investimentos em custos operacionais, de gestão e de encerramento.

**Tabela 1 – Orçamento da Fase 1, por etapa de execução**

Exchange Rate 1 USD = 4.917000 BRL as of 29-Jan-2024

4,91

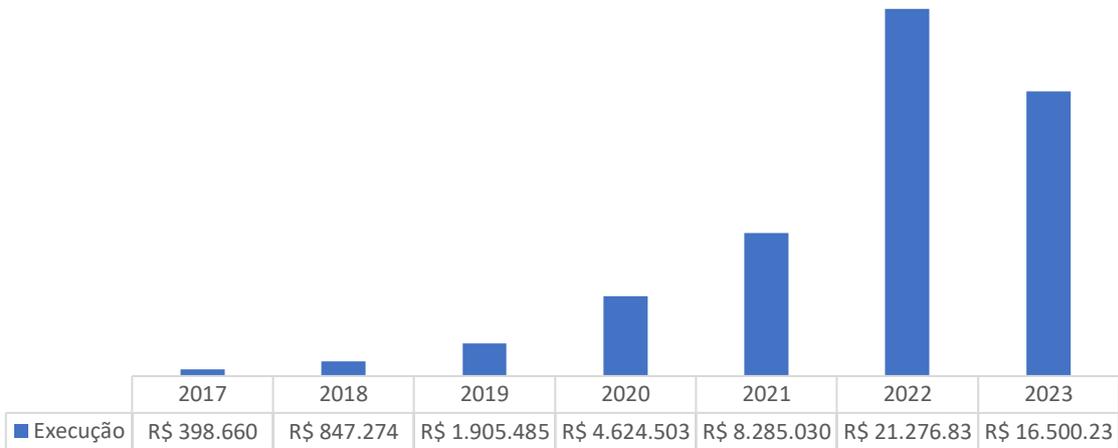
Orçamento Projeto	\$	30.330.000	100%
Executado/pago até 31/12/2023	\$	10.964.974	36%
Comprometidos contratos	\$	6.821.284	22%
Em andamento de licitações	\$	1.412.718	5%
POA 4 oficial	\$	10.183.299	34%
Saldo	\$	947.725	3%

Orçamento Projeto	R\$	148.920.300	100%
Executado/pago até 31/12/2023	R\$	53.838.022	36%
Comprometidos contratos	R\$	33.492.507	22%
Em andamento de licitações	R\$	6.936.444	5%
POA 4 oficial	R\$	50.000.000	34%
Saldo	R\$	4.653.328	3%

POA 4 aprovado	R\$	63.895.141	
Valor a ser reduzido POA 4	-R\$	13.895.141	
POA 4 oficial	R\$	50.000.000	

Fonte: CI Brasil

<sup>2</sup> Dados em convergência ao IFR 2 semestre de 2023, já processado no sistema do banco e inserido neste reporte como anexo.

**Figura 4 - Fluxo de execução do projeto de 2017 a 2023**

Fonte: CI Brasil

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

A segunda fase do Projeto ASL Brasil desempenha um papel crucial ao proporcionar financiamento adicional nos desdobramentos do programa regional. Este programa abrange um recorte territorial específico com o objetivo principal de fortalecer as estruturas de governança e gestão para paisagens, bem como promover a conectividade ecológica de cinco Instrumentos de Gestão Integrada (*Integrated Management Areas - IMA*). No contexto do primeiro Plano Operativo Anual 2022-2023, as ações propostas pela Unidade Operativa MMA foram direcionadas para retomar os trabalhos da segunda fase.

Ao reorganizar e potencializar as atividades, foi dada ênfase nas oficinas para início das atividades de apoio ao fortalecimento e integração dos cinco Instrumentos de Gestão Integrada (IMA) e outras atividades visando as demais Unidades Operativas (UOs), no Plano Operativo Anual 2024.

Trata-se de áreas úmidas reconhecidas no contexto da Convenção de Ramsar e situadas no Amazonas, que são de vital importância para a sobrevivência humana, representando o berço da diversidade biológica e provendo serviços ecossistêmicos associados aos rios essenciais para a existência de muitas espécies animais e vegetais, que dependem desses ecossistemas para sua subsistência.

Assim, os esforços foram direcionados para o planejamento de recursos e alinhamentos entre FGV (UEP), MMA (UCP/UO) e SEMA-AM (UO), visando organizar as atividades preparatórias das oficinas e atividades planejadas para 2024. Essas oficinas têm como objetivo principal o apoio à gestão integrada dos e entre os IMAs, área foco do projeto. Outras atividades direcionaram sua atenção para o manejo de biodiversidade, por meio do monitoramento de quelônios, bem como em eventos de cooperação técnica, oficinas

preparatórias para o planejamento do Plano Operativo Anual e iniciativas voltadas para fortalecer a governança e stakeholders do projeto.

A estrutura de governança da Fase 2 do Projeto ASL Brasil envolve a participação de diversas instituições. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio do Gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio), desempenha um papel central como Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), assim como na Fase 1, a SBio é responsável pelos componentes 1, 2, 3 e 4. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), é a Unidade Executora do Projeto (UEP) nesta Fase. Além da UO MMA, as Unidades Operativas incluem o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e as secretarias de Meio Ambiente dos estados (SEDAM-RO, SEMA-AC, SEMA-AM e SEMAS-PA em conjunto com o IDEFLOR-BIO). Essas instituições colaboram de forma integrada para garantir a eficácia e abrangência das ações propostas no projeto.

A Unidade de Execução do Projeto foi apresentada às Unidades Operativas, na qual foram destacados os componentes, indicadores e metas da Fase 2. Além disso, foram iniciadas as tramitações jurídicas para formalizar a celebração dos Acordos de Cooperação Técnica com as UOs.

Para a implantação e operacionalização das atividades sob a responsabilidade da FGV, estão alocados recursos no montante de US\$ 19,284,404.00 para o projeto, até 2027. No primeiro Plano Operativo, foi designado um montante de R\$ 5,422,257,10 para a gestão 2022-2023, por meio da Unidade Operativa MMA. Até a presente data, para a execução das atividades autorizadas no POA 1 pela Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), foram desembolsados R\$ 900.525,49 no segundo semestre de 2023, representando 16,61% do desembolso total do POA 1. Com um desempenho acumulado do POA 1 de R\$ 946.288,59 para o período de 2022-2023, isso representa uma execução de 17,45% para o projeto.

Durante o segundo semestre de 2023, o Plano Operativo Anual 2022-2023 passou por revisões que incluíram novas atividades e excluíram atividades descontinuadas. Essas modificações ocasionaram um aumento de R\$ 2.775.501,75 no montante contingenciado para a execução do POA1 e a descontinuidade de atividades totalizando R\$ 3.200.000,00, conforme detalhado no quadro abaixo.

**Quadro 2 - Evolução do POA 1**

ANO	No. POA	PLANO OPERATIVO ANUAL	%	PERIODO	EXECUÇÃO
2022	1	R\$ 3.859.215,55	-	2º Semestre	-

<b>2023</b>	1	R\$ 6.154.455,35 <sup>3</sup>	0,007 <sup>4</sup>	1º Semestre	R\$ 45.763,10
<b>2023</b>	1	R\$ 5.442.257,10 <sup>5</sup>	16,61	2º Semestre	R\$ 900.525,49
<b>2024</b>	2	R\$ 20.746.460,00	-	1º Semestre	EM ANÁLISE UCP

Fonte: Elaborado por FGV

Em relação ao valor do Acordo de Doação, US\$ 19,284,404.00, o projeto recebeu em conta designada, até o final do semestre em questão, a importância de US\$ 1.695.955,50 e apresenta uma execução acumulada no fechamento 2023 de US\$ 1,695,955.50, conforme informação contida no sistema Client Connection do Banco Mundial.

O Plano Operativo do Projeto reflete o atual cenário de desempenho (conforme Quadro 3), onde o total planejado para o POA 1 corresponde ao orçamento estabelecido para 2022-2023. O total comprometido representa as aquisições em curso, enquanto o total executado representa os pagamentos realizados até 31/12/2023.

### Quadro 3 – Desempenho do plano operativo anual

TOTAL PLANEJADO POA 1 (2021-2022-2023)	R\$ 5.442.257,10	
<b>Competência 2024</b>	R\$ 236.755,84	4,4%
<b>Em análise (STEP)</b>	R\$ 2.085.801,75	38,3%
<b>Não iniciado</b>	R\$ 2.050.708,03	37,7%
<b>Executado</b>	R\$ 946.288,59	17,3%
<b>Contingenciado</b>	R\$ 92.513,23	1,7%
<b>Varição: Planejado x Executado (+)</b>	R\$ 30.189,66	0,6%
<b>Cancelado<sup>6</sup></b>	R\$ 3.200.000,00	-

Fonte: Elaborado por FGV

<sup>3</sup> Plano Operativo Anual – POA 1, teve o incremento no primeiro semestre as atividades como: oficinas para conselho gestor, expedição/evento Diálogos da Amazônia Brasileira, agenciamento de viagem e hospedagem e auditoria externa.

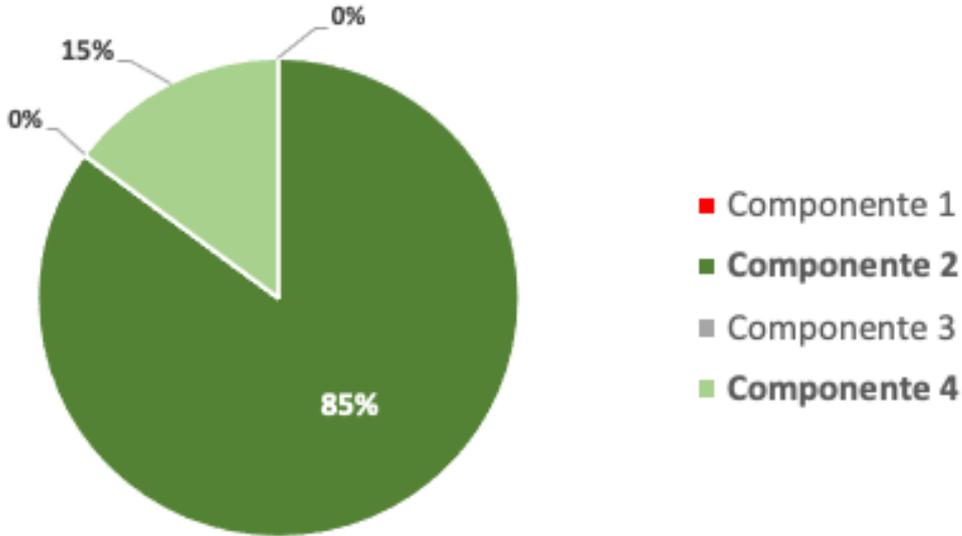
<sup>4</sup> O avanço na execução está correlacionado com o montante do POA 1, sem considerar a exclusão das atividades descontinuadas.

<sup>5</sup> Plano Operativo Anual – POA 1, teve o incremento no segundo semestre as atividades como: consultores individuais, capacitação, outras oficinas preparatórias e a exclusão de três atividades reformuladas para o POA 2.

<sup>6</sup> A Unidade Operativa MMA, entende que as demandas canceladas não atendem a análise sob a nova gestão. Atividades para a nova abordagem ao território dos sítios Ramsar estão previstas no POA 2.

O desempenho de execução global por componente, para a única Unidade Operativa até o momento, MMA, é apresentado na Figura 5. No período de 2023, no segundo semestre, o MMA teve um volume expressivo de recursos executados no componente 2, principalmente pelas oficinas realizadas.

**Figura 5 - Desempenho global por componente 1, 2, 3 e 4**

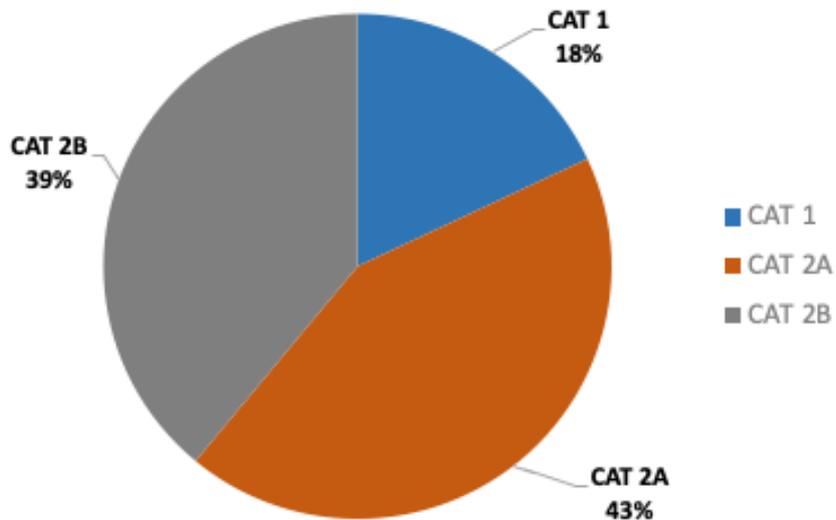


Fonte: Elaborado por FGV

Em termos de execução acumulada por componente, o componente 2 – Gestão Integrada da Paisagem – conta com 85% do total de execução, enquanto os componentes 1, 3 e 4 contam com 0%, 0% e 4%, respectivamente.

Outras análises:

**Figura 6 - Resumo da execução financeira por categoria de gasto**



Fonte: Elaborado por FGV

(1) Bens, obras, serviços de consultores, serviços não consultivos, custos atuais, viagens e treinamentos sob o projeto dos Componentes 1, 2, 3 e 4

(2) Remuneração da equipe da FGV:

2 (a) – Despesas Operacionais no âmbito do projeto

2 (b) – Custos de Gestão no âmbito do projeto

### 3. Desempenho Financeiro no Semestre (2023/02)

#### 1.1. RECURSOS GEF

##### Fase 1

##### Componente 1 (FUNBIO)

A Figura 7 apresenta a evolução semestral da execução desde o início da operação do Fundo de Transição (FT). Cabe destaque a retomada de execução do Programa a partir de 2021, com recorde de execução no primeiro semestre de 2023, de R\$29,9 milhões.

O aumento da execução registrado a partir do segundo semestre de 2017 se deve à migração de todas as UCs para o Fundo de Transição, em abril de 2017.

**Figura 7 - Execução semestral do Programa ARPA, de 2014 a 2023**



Fonte: FUNBIO

O [Relatório L](#) apresenta os resultados de desempenho do FT atualizados até o segundo semestre de 2023. A conta total do Fundo de Transição em dezembro de 2023 totaliza aproximadamente **R\$ 617,68 milhões** ou **US\$ 127,6 milhões**. Cabe destacar que em 2021, o FT alcançou a meta de capitalização quando foi reportada capitalização acumulada de US\$ 238,118 milhões. Em dezembro de 2023, a capitalização acumulada do FT era de US\$ 227,41 milhões. A Capitalização acumulada representa todos os aportes de doações mais os rendimentos obtidos pelas carteiras de investimento, sendo, portanto, uma posição flutuante, que depende das oscilações de mercado.

Com a retomada do Fundo Amazônia a partir de 2023, o FUNBIO e o MMA, em alinhamento com o Banco Mundial, elaboraram uma nova proposta no escopo do Programa ARPA que foi submetida ao Fundo Amazônia em julho de 2023, mantendo assim o compromisso estabelecido em contrato para realização do

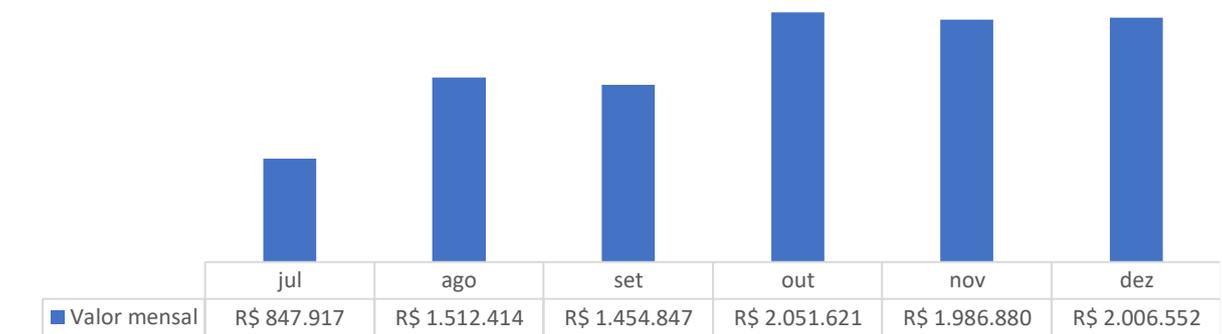
3º desembolso do ASL. A nova proposta é aderente às linhas de apoio prioritárias do Fundo Amazônia e ao Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal PPCDAm, emitido em 2023.

Tendo o processo de análise e aprovação da proposta em vista, o FUNBIO, em alinhamento com o MMA, solicitou extensão de prazo de seis meses para a conclusão do Acordo de Doação firmado com o Banco Mundial. O pleito foi aprovado com encerramento contratual previsto para outubro de 2024. Durante o segundo semestre de 2023, FUNBIO e MMA, com supervisão do Comitê do Fundo de Transição (CFT), provocaram parceiros no BNDES e mantiveram uma rotina de acompanhamento da análise da proposta submetida.

### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

A execução de junho a dezembro de 2023 foi de R\$ 9.863.230,54, sendo US\$ 2.008.193,59 usando uma taxa de câmbio de R\$ 4,91 (em 29/01/2024). A figura 8 abaixo apresenta a divisão deste valor por mês, no atendimento ao semestre deste reporte.

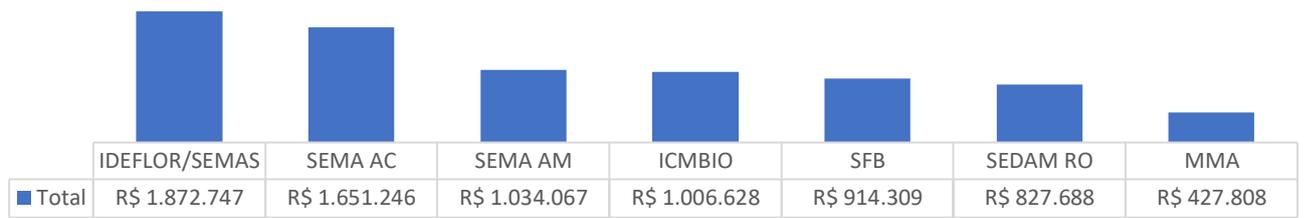
**Figura 8 - Execução mensal de recursos**



Fonte: CI Brasil

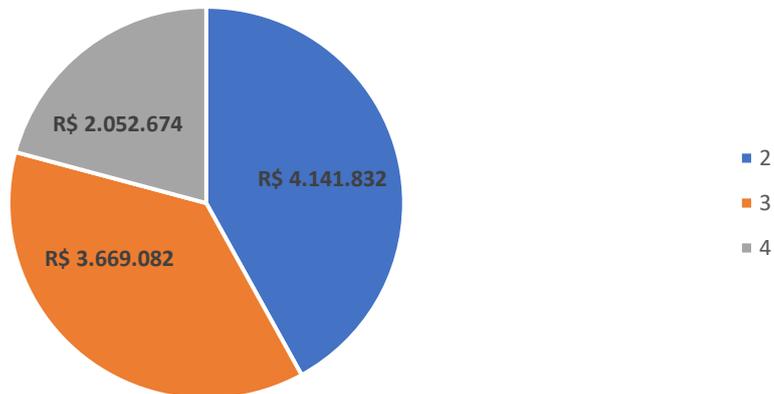
Destaca-se o importante desempenho das Unidades Operativas neste período. Abaixo (Figura 9), apresenta-se a divisão por Unidade Operativa na execução financeira do semestre deste reporte.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> O Gráfico apresenta o desempenho de atividades excluindo os custos da Agência Executora.

**Figura 9 - Execução por Unidade Operativa (UO)**

Fonte: CI Brasil

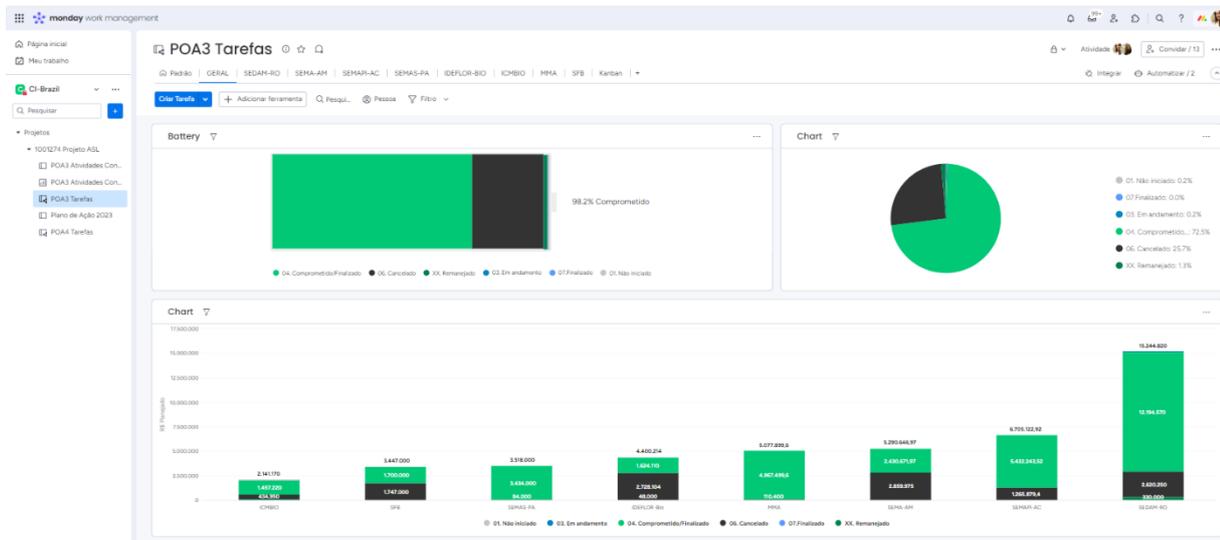
Resumo por componente de atuação, sendo componente 2 em 42%, componente 3 em 37% e componente 4 em 21%.

**Figura 10 - Execução por componente**

Fonte: CI Brasil

O projeto tem sido monitorado por meio de um dashboard dinâmico, atualizado diariamente pela equipe de coordenadores técnicos e do time de aquisições, o que evidencia em tempo o status dos processos/atividades planejadas nos Planos Operativos.

Figura 11 - Imagem do dashboard de monitoramento



Fonte: CI Brasil

As atividades/tarefas que estavam com status "suspensão" no último relatório de janeiro a junho, totalizando R\$ 23 milhões, já foram comprometidas por meio de contratos com o Banco Mundial. Isso se tornou possível após a autorização do MMA e do Banco Mundial para a extensão do prazo do Projeto ASL-Brasil, que foi prorrogado de abril de 2024 para fevereiro de 2026.

Um fator significativo deste semestre foi a apuração dos valores no POA 3 (2023). Do total planejado, foi comprometido 44% em contratos em processo de execução, 13% em processos em fase de licitação, 25% já foi pago e 18% cancelado.

Tabela 2- Resumo desempenho do POA 3 - 2023

<b>100%</b>	<b>R\$ 52.798.217,49</b>	<b>Planejado</b>
<b>44%</b>	R\$ 23.492.506,79	comprometido
<b>13%</b>	R\$ 7.000.000,00	em andamento
<b>25%</b>	R\$ 13.000.000,00	pago
<b>18%</b>	R\$ 9.305.710,70	cancelado

Fonte: CI Brasil

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

No período de julho a dezembro de 2023, a execução financeira do Projeto atingiu o montante de R\$ 2.915.722,06 sendo US\$ 591.948,42, usando as taxas R\$ 5,05; R\$ 4,86 e R\$ 4,91 respectivamente de acordo com as datas entrega das **Declarações de Gastos 7, 8 e 9**. O Total da execução financeira do projeto até dezembro de 2023 atingiu o montante de R\$ 4.102.729,16 equivalente a US\$ 833.539,07. A seguir, apresenta-se a distribuição (Quadro 4) desse valor por categorias de despesa.

**Quadro 4** - Recurso por categoria de gasto no semestre

CATEGORIA		TOTAL
<b>CAT 1</b>	R\$	689.175,43
<b>CAT 2</b>		
	<b>2(a)</b> R\$	640.527,87
	<b>2(b)</b> R\$	1.586.068,76
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$	2.915.772,06

Fonte: Elaborado por FGV

(1) Bens, obras, serviços de consultores, serviços não consultivos, custos atuais, viagens e treinamentos sob o projeto dos componentes 1, 2, 3 e 4

(2) Remuneração da equipe da FGV:

2(a) - Despesas Operacionais no âmbito do projeto nos componentes 1, 2, 3 e 4

2(b) - Custos de Gestão no âmbito do projeto nos componentes 1, 2, 3 e 4

No segundo semestre de 2023, a execução financeira do projeto foi integralmente conduzida pela Unidade Operativa MMA (Quadro 5). Durante esse período, o MMA desempenhou um papel central na execução financeira, possibilitando significativo progresso na execução do Plano Operativo Anual (POA) 2022-2023. É relevante destacar que as demais unidades operativas assumirão participação ativa na execução a partir de 2024, mediante a assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica. Esse marco representa uma próxima etapa crucial para a expansão e distribuição das execuções financeiras entre as partes envolvidas no projeto.

**Quadro 5** - Execução financeira do período por UO

UNIDADE OPERATIVA	VALOR EXECUTADO
MMA	R\$ 689.175,43
ICMBIO	R\$ -
SFB	R\$ -
SEDAM RO	R\$ -
SEMA AM	R\$ -
IDEFLOR/SEMAS	R\$ -
SEMA AC	R\$ -
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 689.175,43</b>

Fonte: Elaborado por FGV

## 1.2. CONTRAPARTIDA

### Fase 1

Conforme registrado no último Relatório de Progresso, no contexto das rotinas já estabelecidas do ARPA são feitos reportes anuais das contrapartidas apresentadas pelos Órgãos Gestores (OG) parceiros, que são sistematizadas nos relatórios do Programa. Nesse sentido, o próximo reporte da contrapartida dos OG ao Programa ARPA, correspondendo aos dados de 2023, será disponibilizado ao final do primeiro semestre de 2024.

### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

As Unidades Operativas executam iniciativas complementares ao projeto utilizando contrapartida econômica e financeira. O reporte destes dados é semestral. Na Tabela 3 1 consta o status da execução por UO até 12/2023. Ressalta-se que foi acordado, na última missão junto ao Banco, que a contrapartida será acrescida no curso do novo prazo prorrogado até dezembro de 2026.

A contrapartida pactuada de R\$ 921.396.863 para o Projeto ASL Brasil já foi atingida com o reporte de dezembro de 2023. Contudo, será continuada a fim de evidenciar novos planos dos governos em atendimento ao objetivo do projeto, tendo em vista a nova fase prorrogada e os valores positivos de cambio obtidos ao longo do período de execução.

1Tabela 3 - Status da execução por UO até 12/2023

Unidades	Planejado	Acumulado 12/2023	%
SEMA AC	R\$ 75.600.000	R\$ 123.053.010	163%
SEDAM RO	R\$ 91.323.444	R\$ 237.862.466	260%
ICMBIO	R\$ 85.844.386	R\$ 135.597.167	158%
CI-Brasil	R\$ 27.040.672	R\$ 39.663.871	147%

<b>SFB</b>	R\$	29.506.997	R\$	22.618.404	77%
<b>MMA - SECEX</b>	R\$	321.575.788	R\$	181.075.988	56%
<b>SEMA AM</b>	R\$	93.737.486	R\$	62.389.202	67%
<b>SEMAS PA &amp; IDEFLOR PA</b>	R\$	104.662.638	R\$	143.725.409	137%
<b>Total</b>	R\$	921.396.863	R\$	945.985.517	103%

Fonte: CI Brasil

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

As Unidades Operativas implementam ações complementares ao projeto, utilizando contrapartidas econômicas e financeiras. A prestação de contas desses dados ocorre semestralmente. Os quadros 6 e 7 a seguir apresentam a prestação de contas relativa ao período de julho a dezembro de 2023.

**Quadro 6** - Contrapartida executada por UCP/UO e UEP

UNIDADE	2022	2023	
	2º SEM	1º SEM	2º SEM
Em R\$			
FGV	539.277,78	539.277,78	539.277,78
MMA - DECO	110.040,22	-	-
MMA - Gab. SBIO/DCBIO	-	98.200,47	111.459,31
MMA - DFLO	-	36.514,54	48.812,78
MMA - DAP	-	24.744,05	26.542,10

Fonte: Elaborado por FGV

**Quadro 7** – Contrapartidas Floresta +

UNIDADE	2022	2023	
	2º SEM	1º SEM	2º SEM
Em USD			
FLORESTA +	153.731,73	212.034,79	-
			513.186,31
			1.000,99

Fonte: Elaborado por FGV

## 4. Indicadores e Resultados Acumulados

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

Correspondem ao componente 1 da Fase 1 do projeto os indicadores 0.1, 0.2, 1.1 e 1.2, acompanhados pelo Departamento de Áreas Protegidas - DAP/MMA e FUNBIO. Para o indicador 0.1, foram consideradas informações obtidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, atualizadas em dezembro de 2023. Não houve atualização no indicador 0.2, que trata aplicação da *Tracking Tool*, cujo próximo monitoramento será realizado ao final do projeto, em 2024. Também não houve atualização para o indicador 1.1, que trata da aplicação da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação - FAUC, cuja próxima aplicação se dará em meados de 2024, conforme rotina estabelecida no âmbito do Programa ARPA. No caso do indicador 1.2, são considerados os dados de capitalização do Fundo de Transição reportados pelo FUNBIO, semestralmente, por meio do Relatório L.

Em relação ao indicador 0.1 (Criação de novas áreas protegidas), são contabilizados os resultados acumulados que correspondem às 21 UCs criadas entre 2017 e 2023 (Anexo A). Adicionalmente, há 10 processos de criação de novas UCs apoiados pelo ARPA. Desses, 2 são de UCs federais que contam com diagnósticos e consultas públicas concluídas, enquanto 8 são processos estaduais em execução.

**Tabela 4 - Indicadores de Resultados Globais**

Indicadores de Resultados Globais					
Os Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (ODPs) devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.					
Indicador	Linha de base	Valor anterior: 2023/01	Valor no período: 2023/02	Valor acumulado	Justificativa / Comentários
0.1 Criação de novas áreas protegidas (UCs) (ha, millions)	0.00	4.134.051,94 <sup>8</sup>	116.766	4.250.817,94	O valor acumulado corresponde às 21 UCs criadas entre 2017 e 2023, que contabilizam para as metas do ARPA e do projeto Paisagens. A lista de UCs consta no Anexo A

<sup>8</sup> Houve uma atualização na área acumulada apresentada no relatório anterior. Atualizou-se e padronizou-se para considerar a área calculada por geoprocessamento no CNUC, conforme procedimento convencionalmente adotado pelo DAP/MMA. Além disso, padronizou-se o número de casas decimais. Com isso, houve uma pequena alteração na área total, fazendo com que a área acumulada até junho de 2023 passasse de 4.133.824 para 4.134.051,94.

0.2 Áreas de UCs apoiadas pelo projeto (novas e existentes) com i) baixa, ii) média ou iii) alta efetividade de gestão segundo critério definido (ha, millions) *	Total: 60 milhões Group 1: 10 milhões Group 2: 44 milhões Group 3: 6 milhões	Total: 60.878.393 Baixo: 1.120.426 Médio: 47.407.007 Alto: 12.350.960		Total: 60.878.393 Baixo: 1.120.426 Médio: 47.407.007 Alto: 12.350.960	Considera 118 UCs apoiadas que possuem TT preenchida em 2017 (linha de base) e 2º semestre de 2021. Não considera PN Acari e Rebio Manicoré que entraram no Programa em julho de 2021. *Será realizada nova análise do indicador ao final do projeto.
Indicadores de Resultados Intermediários					
Indicador	Linha de base	Valor anterior: 2023/01	Valor no período: 2023/02	Valor acumulado	Justificativa/comentários
1.1 UCs existentes apoiadas pelo fundo de transição (ARPA) com melhorias de gestão	65	93		93	Análise comparativa da melhoria de gestão das 114 UCs entre 2017 e 2023 (93 UCs tiveram melhoria de gestão - passaram para nível de consolidação mais alto ou mantiveram o nível alto nesse período). Nível Baixo para Médio ou Alto: 14 UCs Nível Médio para Alto: 22 UCs Nível Alto que se manteve alto: 57 UCs Total: 93 UCs.  Tendo em vista que a aplicação da FAUC é anual e o dado já considera a FAUC mais recente, não houve alterações com relação ao relatório anterior.
1.2 Capitalização do Fundo de Transição ARPA (US\$ milhões)	134.00	187,2	227,41	238.1  Valor acumulado reportado em 2021, quando o FT atingiu a meta de capitalização	TOTAL APORTADO OFF + LOCAL + RENDIMENTOS (USD), conforme Quadro 2 do <a href="#">Relatório L</a> . Os valores de capitalização são flutuantes de acordo com o desempenho das carteiras de investimento do FT (local e off).

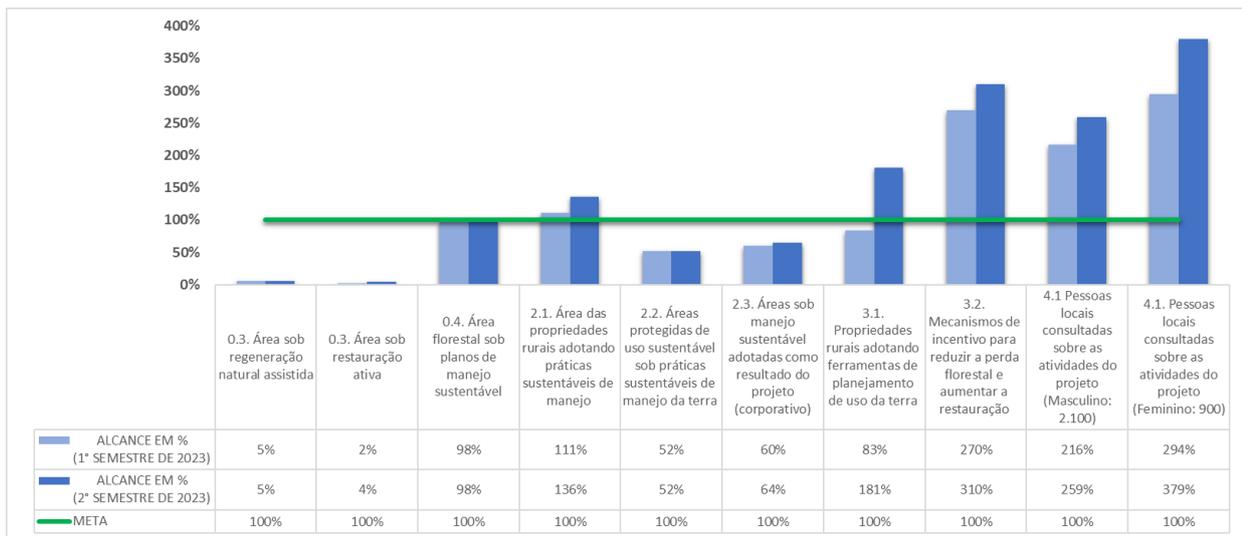
Fonte: FUNBIO

## Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

Os indicadores (0.3, 0.4, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1) foram mensurados no período de 16 de junho a 20 de dezembro de 2023, por meio da ferramenta *kobotoolbox*, pela qual as UOs aportaram os resultados relacionados ao período deste relatório.

No segundo semestre de 2023, houve avanços nos indicadores 0.3, 2.1, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1 (Figura 12 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), evidenciando novas áreas de restauração ativa, aumento na adesão do programa de regularização ambiental e elevação nos mecanismos de incentivo, por meio do lançamento do Plano Regional da Vegetação Nativa do Pará e dos Planos de Prevenção e Controle de Desmatamento do Acre e Pará, além da participação coletiva em oficinas de regularização e de construção dos planos de manejo.

**Figura 12 - Avanço dos indicadores em relação ao 1º semestre de 2023**



Fonte: CI Brasil

O indicador global 0.3 (Área sob Recuperação Apoiada pelo Projeto Desagregada em: (i) condução de regeneração natural e (ii) recuperação ativa) teve um acréscimo de 93,86 ha de SAFs, sendo 34,10 ha na Resex Chico Mendes, 15,76 ha no estado do Amazonas e 44,00 ha no estado do Acre, em propriedades rurais apoiadas pelo projeto.

Para o indicador global 0.4 (Área Florestal Trazida sob Planos de Manejo Sustentável) não houve acréscimo de novas áreas.

Para o indicador 2.1 (Área de Propriedades Rurais Apoiadas pelo Projeto Adotando Práticas de Manejo Sustentável), registrou um acréscimo de 225.427 ha, dos quais 224.712 ha correspondem à contrapartida, distribuídos da seguinte forma: Pará, com 157.287 ha referentes a 132 imóveis rurais; Rondônia, com 34.703 ha referentes a 24 imóveis rurais; e Acre, com 32.722 referentes a 80 imóveis rurais. Houve ainda o acréscimo

de 715,11 ha pelo estado do Acre, relacionado à execução da atividade “Apoiar a implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores que aderirem ao PRA”, apoiada pelo projeto.

Em relação ao indicador intermediário 2.2 (UCs de Uso Sustentável com Práticas de Manejo Sustentável Apoiadas pelo Projeto), não houve acréscimo de novas áreas. Os planos de manejo para a APA Triunfo do Xingu (PA), Flota do Iriri (PA), APA Igarapé São Francisco (AC), APA Tapajós (PA), bem como para as 15 Resex do Vale do Anari e Machadinho (RO) e a Resex Alto Juruá (AC) continuam em fase de elaboração.

No indicador intermediário 3.1 (Propriedades Rurais Adotando Ferramentas de Planejamento do Uso do Solo para a Gestão Sustentável), houve um acréscimo de 26.369 cadastros ambientais rurais analisados e finalizados. Desse total, 232 foram reportados pelo estado do Acre e 24.910 pelo estado do Pará, como recurso de contrapartida (Quadro 8). Além disso, 1.227 cadastros ambientais analisados, finalizados e reportados pelo estado do Pará com recurso do ASL, por meio de fortalecimento institucional, com a aquisição de equipamentos e realização de capacitações. Isso proporcionou estrutura adequada e mão de obra qualificada para alavancar as análises no estado.

**Quadro 8** - Detalhamento do reporte de cadastros ambientais rurais analisados finalizados

Unidade operativa	Origem do recurso	N. de cadastros analisados finalizados	Condição
Sema AC	Contrapartida	232	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Semas PA	Contrapartida	1.204	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Semas PA	Contrapartida	23.706	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
Semas PA	ASL	693	Cadastros analisados (finalizados), aguardando regularização ambiental (Lei 12.651/12)
Semas PA	ASL	534	Cadastros analisados (finalizados) sem pendências
<b>TOTAL</b>		<b>26.369</b>	

Fonte: CI Brasil

Para o indicador 3.2 (Mecanismos de Incentivos para a Redução do Desmatamento e o Aumento da Recuperação), houve o acréscimo de quatro novos mecanismos, sendo dois reportados pelo estado do Amazonas, um pelo estado do Acre e um pelo estado do Pará, como contrapartida ([link para consulta](#)).

Para o indicador 4.1 (População Local Consultada sobre Ações do Projeto), houve o acréscimo de 1.670 pessoas consultadas/beneficiadas, que participaram de oficinas, capacitações e reuniões apoiadas pelo ASL. Desse total, 903 são homens e 767 são mulheres.

Tabela 5 - Resultados reportados para o semestre 2023/02

Indicadores de Resultados Globais						
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.						
Indicador	Linha de base	Valor anterior: 2023/01	Valor no período: julho a dezembro de 2023	Valor acumulado	Meta prevista	Justificativa / Comentários
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: i) condução de regeneração natural	0.00	1.300,98	0,00	1.300,98	23.800 ha	Não houve alteração no valor
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em: ii) recuperação ativa, segundo critério definido	0.00	85,00	93,86	178,86	4.200 ha	<b>Contratado/em execução:</b> 102 ha Resex Chico Mendes (AC) 50 ha em propriedades rurais em Canutama (AM) 195 ha no entorno da Resex Chico Mendes e nas APAs de Rio Branco (AC) 140 ha Resex Alto Juruá (AC) 250 ha em propriedades/posses rurais em Rondônia 40 ha na Flona Jacundá (RO)
0.4 Área florestal trazida sob planos de manejo sustentável	0.00	1.365.544,00	0,00	1.365.544,00	1.400.000 ha	Não houve alteração no valor
Indicadores de Resultados Intermediários						
Indicador	Linha de base	Valor anterior 2023/021	Valor no período: julho a dezembro de 2023	Valor acumulado	Meta prevista	Justificativa/comentários
2.1 Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável segundo critério definido	0.00	1.000.016,43	225.427	1.225.443,43	900.000 ha	O valor correspondente a área de 252 imóveis reportados, com Termos de Compromisso assinados para adesão ao Programa de Regularização Ambiental.
2.2 UCs de uso sustentável com práticas de manejo sustentável apoiadas pelo projeto segundo critério definido	0.00	2.580.301,73	0,00	2.580.301,73	5.000.000 ha	Não houve alteração no valor
2.3 Área com práticas de manejo sustentável (indicador corporativo)	0.00	3,581,704.14	0,00	3.807.190,90	5.928.000 ha	O número apresentado totaliza a soma dos indicadores 0.3, 2.1 e 2.2.

3.1 Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento do uso do solo para a gestão sustentável	0.00	22.499	26.369	48.868	27.000 propriedades	O valor corresponde a 26.369 cadastros ambientais rurais analisados finalizados pelos estados do Acre e Pará.
3.2 Mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação	0.00	27	4	31	10 mecanismos	O valor corresponde a 4 novos instrumentos reportados pelos estados do Amazonas, Acre e Pará.
4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)	0.00 Homem: 0.00, Mulher: 0.00	Homem 4.542 Mulher 2.647	Homem 903 Mulher 767	Homem 5.445 Mulher 3.414	Homem 2.100 Mulher 900	Dados extraídos dos formulários de monitoramento, referentes a oficinas, capacitações e reuniões apoiadas pelo projeto.

Fonte: CI Brasil

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

Os indicadores monitorados para o período são: **1.3. Áreas protegidas existentes não apoiadas pelo Fundo de Transição e sob gestão aprimorada, apoiada pelo projeto (2027)**, e o **4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)**, em função das atividades realizadas até dezembro, conforme tabela abaixo.

**Tabela 6 - Indicadores de Resultados Globais**

INDICADORES DE RESULTADOS GLOBAIS					
Os ODPs devem expandir a área sob proteção legal e melhorar a gestão de Áreas Protegidas e aumentar a área sob restauração e manejo sustentável na Amazônia brasileira.					
Indicador:	Linha de base:	Valor em homologação (2023)	Valor acumulado:	Meta Prevista (2027)	Justificativa/ Comentário
0.3 Área (Ha) sob recuperação apoiada pelo projeto desagregada em:	0.00	0.00	0.00	1.200 ha	
i) condução de regeneração natural;					
Indicadores de Resultados Intermediários					
Indicador:	Linha de base:	Valor em homologação (2023)	Valor acumulado:	Meta Prevista (2027)	Justificativa/ Comentário
1.3. Áreas protegidas existentes não apoiadas pelo Fundo de Transição e sob gestão aprimorada, apoiada pelo projeto	0.00	580.630,92 ha	0.00	2.373.628 ha	Resex Baixo Rio Branco Jauaperi
2.1 Área de propriedades rurais apoiadas pelo projeto adotando práticas de manejo sustentável segundo critério definido	0.00	0.00	0.00	300.000 ha	
2.3 Área com práticas de manejo sustentável (indicador corporativo)	0.00	0.00	0.00	301.200 ha	
2.4. Área sob gestão (melhorada) integrada da paisagem (excluindo áreas protegidas)	0.00	0.00	0.00	11.900.000 ha	
3.2 Mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação	0.00	0.00	0.00	4 mecanismos	
4.1 População local consultada sobre ações do projeto (desagregado por gênero)	Homems: 0	Homems: 432	Homems: 87	Homems: 2.400	
	Mulheres: 0	Mulheres: 230	Mulheres: 46	Mulheres: 1.600	

Fonte: Elaborado por FGV

É crucial destacar que, no planejamento das atividades a serem implementadas em 2024, com a inclusão das demais Unidades Operativas, está previsto um aumento nas metas dos indicadores (0.3, 1.3, 2.1, 2.3, 2.4 e 3.2). Esse incremento terá um impacto direto no alcance desses indicadores. Paralelamente, serão realizadas atividades voltadas à consolidação do indicador 1.3, relacionado à Reserva Extrativista (Resex) Baixo Rio Branco Jauaperi como: criação do Conselho Deliberativo e Plano de Manejo.

## 5. Descrição do Desempenho no Semestre por Componente (2023/02)

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

Dando sequência aos esforços que vêm sendo empreendidos com vistas a promover a retomada dos colegiados para que reassumam seus papéis enquanto instâncias estratégicas de governança do Programa ARPA, no segundo semestre de 2023 foram realizadas reuniões do Comitê do Fundo de Transição (CFT), do Comitê do Programa (CP) e da Comissão de Gestores (CG). Cumpre destacar, igualmente, a realização de cinco oficinas de planejamento junto a gestores e equipes dos Órgãos Gestores das 120 UCs apoiadas pelo Programa ARPA para o próximo biênio. Além da elaboração dos Planos Operativos para os anos 2024/2025, foram realizadas atividades voltadas à discussão de mecanismos de execução financeira e salvaguardas atreladas à implementação do Programa nas UCs.

Além disso, sublinha-se a realização de tratativas para a atualização do Decreto do Programa ARPA, considerando a necessidade de ajustes para consonância com os demais marcos legais vigentes, com os acordos de doação e as negociações relacionadas ao apoio às comunidades tradicionais existentes nas UCs que o compõem.

Também segue em curso uma reaproximação de caráter técnico da UCP/MMA com os órgãos gestores parceiros, com o objetivo de estreitar os diálogos e buscar alternativas para o aprimoramento do ARPA e alcance de suas metas. Destaca-se, quanto a isso, a continuidade de esforços de interlocução junto aos gestores das UCs e equipes dos Órgãos Gestores para identificar os limites de consolidação das UCs e buscar alternativas que permitam superá-los. Com isso, estão sendo produzidos insumos relevantes para subsidiar a melhoria de processos, orientar as tomadas de decisão e, por conseguinte, avançar no alcance de metas do Programa por meio, por exemplo, da repactuação do Plano de Consolidação das UCs.

Ademais, foram realizadas tratativas e iniciativas que visam à melhoria de mecanismos de operacionalização do Programa ARPA e submetida a proposta de projeto, fruto de articulação entre FUNBIO, ICMBio e UCP/MMA, ao Fundo Amazônia, em julho de 2023, para apoio a ações de proteção e demarcação das UCs apoiadas pelo ARPA, em complemento e em sinergia ao FT. Tal iniciativa estava prevista no Memorando de Entendimentos da Fase 3 do ARPA e visa atender à terceira condição de desembolso de recursos no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – Brasil e possibilitará o aporte de USD 10 milhões ao FT.

#### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

##### Componente 2

O componente 2 objetiva promover ações complementares que favoreçam a recuperação da vegetação nativa, desenvolvam sistemas produtivos sustentáveis, fortaleçam as cadeias produtivas e apoiem a consolidação de UCs de uso sustentável que não fazem parte do programa ARPA. Dentro deste componente destacaram-se, neste período, a aquisição de bens e serviços para melhoria e estruturação das cadeias produtivas, principalmente nas Unidades de Conservação de uso sustentável não apoiadas pelo ARPA e os instrumentos de gestão dessas áreas.

### UNIDADE OPERATIVA ACRE (SEMA, CDSA e FUNTAC)

Na atividade de elaboração de três planos de uso público das Apas Igarapé São Francisco, Lago do Amapá e Arie Japiim Pentecoste, houve a entrega do produto 5, referente às minutas de portaria para o ordenamento do uso público nas três áreas protegidas. A próxima etapa é a publicação dessas portarias.

Assinatura de contrato para o levantamento das cadeias produtivas e elaboração de planos de negócios para dois produtos da sociobiodiversidade do Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório CFERG.

Na implementação da Rede de Sementes Florestais do estado do Acre, foi realizado o I Encontro da Rede de Sementes do Acre, com o objetivo de identificar e mobilizar diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva de sementes. O evento contou com 130 participantes de diversos setores, como coletores, viveiristas, pesquisadores, professores, acadêmicos, além de profissionais federais, estaduais e municipais que atuam desde a fiscalização até a assistência técnica (Figura 13 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

A Rede de Sementes do Acre é uma iniciativa da Fundação de Tecnologia do estado do Acre – FUNTAC, que tem por objetivo fomentar a restauração florestal e mitigar os efeitos do desmatamento com sementes de qualidade genética, focada em estruturar a cadeia produtiva de sementes florestais no Acre.

**Figura 13** – Encontro da Rede de Sementes do Acre, evidenciando as diversas atividades que ocorreram durante o evento



Fonte: CI Brasil

## UNIDADE OPERATIVA AMAZONAS (SEMA, IPAAM e IDAM)

Encontra-se em execução a elaboração do protocolo para monitoramento dos acordos de pesca, tendo como foco nove áreas de Acordo de Pesca Estadual (Rio Mamori, Instrumento Normativa - IN n.º 04/2021; Baixo Rio Preto IN n.º 01/0215; Paraná Dururuá IN n.º 01/2016; Rio Içá IN n.º 01/2017; Rio Juma IN n.º 05/2017; Murumurutuba/Cumã IN n.º 01/2018; Rio Cuieras IN n.º 02/2020; Foz do Rio Tapauá IN n.º 04/2020 e Entorno da RDS Piagaçu Purus IN n.º 05/2020), com a entrega do plano de trabalho. Os nove acordos de pesca considerados como amostragem para a construção do protocolo foram selecionados considerando o tempo de implementação, maior que dois anos, para realizar a análise e avaliação das regras, zoneamento e objetivos estabelecidos. O monitoramento irá possibilitar a avaliação da efetividade do acordo, bem como a identificação de eventuais necessidades de ajustes. Dessa forma, o estado do Amazonas busca a estruturação de uma ferramenta sistemática com perspectiva de institucionalizá-la como forma de controle e monitoramento técnico, com vistas a avaliar a eficácia social e ambiental dos acordos de pesca.

No contexto da atividade sobre Elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala - PMFSPE para exploração de 2.100 hectares de área manejada, foi realizada capacitação de 19 comunitários da Resex Canutama nos conceitos e legislação sobre Manejo Florestal em Pequena Escala, bem como na metodologia de inventário florestal e coleta de dados em campo para subsidiar a elaboração do plano de manejo florestal (Figura 14 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). A capacitação foi realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), de 17 a 18/10/2023. Os registros abaixo fazem referência às reuniões de sensibilização e inventário florestal realizadas na RDS do Juma.

**Figura 14 - Capacitação de comunitários da Resex Canutama em manejo florestal**



Fonte: CI Brasil

### **UNIDADE OPERATIVA RONDONIA (SEDAM)**

A atividade de “Elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação de uso sustentável do mosaico das áreas de Machadinho do Oeste e Vale do Anari - 15 Resex” está em andamento, com a assinatura do contrato para elaboração de quatro planos de manejo e revisão de 11 na Região de Machadinho D’Oeste e Vale do Anari.

No âmbito da atividade para a elaboração de plano de manejo, a CI intermediou a capacitação de dez servidores da SEDAM-RO/CUC em parceria com O ICMBio. O objetivo foi preparar a equipe para adotar o roteiro metodológico do ICMBio na elaboração e revisão de planos de manejo estaduais.

### **UNIDADE OPERATIVA PARÁ (SEMAS e IDEFLOR-Bio)**

Na elaboração do plano de gestão da APA Triunfo do Xingu e Flota do Iriri, houve a entrega dos produtos 4 e 5, que constam os diagnósticos do meio abiótico e biótico da APA Triunfo do Xingú e da Flota do Iriri. O próximo passo é a elaboração do zoneamento contendo as áreas e os tipos de uso.

### **UNIDADE OPERATIVA ICMBIO**

Realização de aditivo para a elaboração do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental – APA Tapajós. O aditivo visa a ação complementar junto à Terra Indígena Munduruku, através do etnomapeamento do uso de recursos e de áreas nas UCs pelos Munduruku. O relatório com a caracterização e mapeamento dos usos integrarão o plano de manejo da APA.

Em processo de análise de propostas, o diagnóstico para elaboração de Plano de Ação para o desenvolvimento de cadeias de valor da castanha-do-brasil, açaí e óleos vegetais, na Reserva Extrativista do Lago do Cuniã. O plano tem foco na qualificação da gestão dos respectivos empreendimentos comunitários, de modo a ampliar os benefícios socioeconômicos associados às atividades, com consequente promoção do uso sustentável como estratégia potencialmente efetiva de conservação da biodiversidade.

Continuação da implantação participativa de Sistemas Agroflorestais na Resex Chico Mendes, com a entrega dos produtos 4 e 5, que correspondem a seleção e preparo das áreas e o plantio de 34,1 ha de sistemas agroflorestais (Figura 15 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), totalizando 42.148 mudas florestais e frutíferas provenientes dos viveiros comunitários implementados na Resex. Quatro viveiros foram construídos em pontos estratégicos dentro da Resex, para que as famílias participem em mutirões na produção de mudas e sigam com os cuidados necessários futuramente. Cada viveiro tem a capacidade de produzir 15.000 mudas por ano.

**Figura 15** - Sistemas agroflorestais na Resex Chico Mendes



Fonte: CI Brasil

Acompanhamento e monitoramento da recuperação florestal de 80 ha de áreas alteradas na Flona Bom Futuro. Foi realizado pela contratada o monitoramento quantitativo da restauração, avaliando os indicadores de cobertura de espécies exóticas, densidade e riqueza de regenerantes. Foi implementado parcelas na área e foram realizadas visitas periodicamente para avaliação do desenvolvimento das plântulas, bem como o acompanhamento da infestação das gramíneas e controle das formigas. A avaliação consiste em verificar a presença, ausência e/ou dominância de algumas espécies de interesse ou grupo sucessional para replantios e correções em possíveis falhas. Embora em fase inicial, a recuperação da área, por meio do método de semeadura direta a lanço, mostrou-se eficiente e com indicativos positivos para consolidação futura das áreas, tanto em termos de diversidade quanto de densidade de espécies. Foi realizado ainda manutenção com realização de semeadura e plantio adicional de sementes, controle de formigas e plantas invasoras.

**Figura 16 - Monitoramento da área plantada na Flona Bom Futuro**



Fonte: CI Brasil

Em processo de análise de proposta para a contratação para recuperação florestal de 40 ha de áreas alteradas com espécies nativas, na Floresta Nacional (Flona) de Jacundá, localizada nos municípios de Porto Velho e de Candeias do Jamari, no estado de Rondônia– RO.

Em análise de documentação para contratação da elaboração de projeto de SAF em áreas alteradas na Reserva Extrativista Alto Juruá, a partir de planejamento participativo, para implementar 140 ha.

Em elaboração estudos para realização do plano de manejo da Reserva Extrativista do Alto Juruá, em Marechal Thaumaturgo, estado do Acre. Já foram realizadas cinco oficinas comunitárias. As oficinas contaram com a participação de 603 pessoas e tiveram como objetivo informar os beneficiários da Resex sobre o histórico dos instrumentos de gestão e do andamento da elaboração do Plano de Manejo (Figura 17 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Durante as oficinas também foram realizados os mapeamentos participativos do uso dos recursos e um diagnóstico participativo da produção e das ameaças e dificuldades encontradas nas comunidades.

**Figura 17 - Oficinas para a construção do plano de manejo, realizadas na Resex Alto Juruá**



Fonte: CI Brasil

### Componente 3

O componente 3 visa fortalecer a capacidade dos governos nacional e subnacionais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros, visando reduzir o desflorestamento e promover a recuperação florestal.

#### UNIDADE OPERATIVA ACRE (SEMA, CDSA e FUNTAC)

No segundo semestre de 2023, o plano de trabalho foi entregue, incluindo o planejamento para execução da atividade de Retificação e Análise do Cadastro Ambiental Rural – CAR, para elaboração de PRADAs e TACs, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Durante esse período, a equipe da unidade operativa passou por um processo de nivelamento (Figura 18 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**), para a realização de capacitações em serviço para o uso do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, (ii) padronização de elaboração de pareceres de análise, (iii) criação de *geoworkspace* para análise de geoprocessamento aplicada ao CAR, (iv) estudo da Legislação Ambiental Estadual, e (v) capacitação na ferramenta de gerenciamento de pauta de processo – GPRO.

**Figura 18** -Nivelamento dos técnicos da SEMA para uso de ferramentas e processos para análise do CAR



Fonte: CI Brasil

No apoio a produção de mudas com qualidade atestada nos Viveiros Florestais, a produção de 168.311 mil mudas florestais e frutíferas (Figura 19 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). As mudas produzidas no Viveiro da Floresta têm sido destinadas para recomposição do passivo ambiental em propriedades rurais com adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). No segundo semestre de 2023, foram utilizadas 60.401 mudas para restaurar 29,5 hectares de 16 imóveis rurais, com média de 1,8 ha por propriedade, nos municípios de Rio Branco, Capixaba e Acrelândia.

**Figura 19 - Produção de mudas no Viveiro da Floresta, no Acre**



Fonte: CI Brasil

No apoio à implementação do projeto de recuperação de áreas degradadas para produtores que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) localizados no entorno da Resex Chico Mendes e dentro das APAs de Rio Branco, houve avanço significativos. Vinte e dois produtores rurais aderiram ao projeto, resultando na assinatura de 22 termos de compromisso e na restauração de 44 hectares, o que representa 22,5% da meta estabelecida de restaurar 195 ha.

#### **UNIDADE OPERATIVA AMAZONAS (SEMA, IPAAM e IDAM)**

Em continuidade à atividade “Realizar estudo fundiário em 5 glebas estaduais para subsidiar o edital de concessão florestal”, que tem como objetivo avaliar a questão fundiária de 3,7 milhões de ha com potencial para ampliação de áreas para concessão florestal em florestas estaduais no AM, no segundo semestre de 2023 houve a entrega do segundo produto: Relatório Técnico Preliminar, que traz a caracterização física e biótica das áreas de estudo. Os resultados do estudo beneficiam o estado por meio da geração de dados verificados em campo quanto à situação de ocupação e uso das florestas públicas compreendidas pelas 5 glebas avaliadas, com a perspectiva de dar subsídios às decisões do estado acerca da potencialidade da destinação das glebas para a concessão florestal.

Entrega do último produto do Inventário Florestal Amostral da área de 120.593,97 ha, realizado na Floresta Estadual de Maués. Como parte dos estudos prévios de avaliação sobre o potencial da área para a concessão florestal, o inventário tem por objetivo quantificar e qualificar o potencial da área para o manejo florestal sustentável. Os resultados do Inventário serão convertidos em anexos fundamentais para o lançamento do edital de concessão florestal. O esforço investido pelo Projeto ASL Brasil contribui para o fortalecimento das

capacidades do estado, tanto na perspectiva de alavancar investimento financeiro para a preparação da concessão florestal, quanto no desenvolvimento da capacidade técnica do estado que detêm a maior área de floresta na Amazônia e que enfrenta grandes desafios na implementação da política de gestão das florestas públicas.

Em novembro de 2023, ocorreu uma capacitação voltada para 23 técnicos do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), com foco no uso de software de geoprocessamento. O objetivo foi fortalecer, reciclar e atualizar os conhecimentos e habilidades da equipe responsável pelas análises do CAR. Além de impulsionar as análises, a capacitação buscou, principalmente, criar melhores condições para manter o ritmo e a qualidade do trabalho, mesmo após encerramento do apoio à análise do CAR no estado, viabilizada pelo ASL.

Ocorreu também um intercâmbio entre as Unidades Operativas do Amazonas e do Pará, no tema de regularização ambiental, a fim de compartilhar experiências, lições aprendidas e sucesso no processo de análise, retificação e assinatura dos Termos de Compromisso Ambiental. Participaram três técnicos do Amazonas, sendo 2 do Instituto de Proteção Ambiental (IPAAM) e 1 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). Todos especialmente dedicados ao tema da regularização ambiental em suas atividades e com o compromisso de atuarem como multiplicadores das boas práticas trocadas com o estado do Pará.

Continuação dos mutirões de retificações do CAR, com mais 103 retificações no segundo semestre de 2023, em mutirões que ocorreram em Manicoré, Novo Aripuanã, Lábrea e sul de Canutama. Essas ações têm se mostrado especialmente relevantes devido aos resultados indiretos, que correspondem à sensibilização e mobilização local de agricultores/as, a partir da grande movimentação gerada com apoio de anúncios em rádios locais, intensificação do quadro técnico de extensionistas rurais disponíveis para atendimento nas unidades locais do IDAM que recebem os mutirões. Isso gerou <sup>9</sup> atendimentos exclusivamente voltados para a agricultura familiar, no período reportado para demandas relacionadas à retificação do CAR, e outras relacionadas à assistência e extensão rural. Além da mobilização local, as ações contribuíram para fortalecer conexões e rede de cooperação entre organizações da sociedade civil (como a Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas e sindicatos de produtores rurais), outros projetos (como o Floresta+) e atores relevantes no território (como a Cooperação Alemã - GIZ) em parceria com o estado.

Em continuidade aos esforços de regularização ambiental e recuperação da vegetação nativa, houve a realização do plantio de 15,76 ha de SAFs de espécies florestais e frutíferas, no município de Canutama, referente a atividade “Recuperar 50 hectares de áreas degradadas, capacitar técnicos e agricultores visando a implementação do PRA no Amazonas”. Os registros abaixo evidenciam as atividades em campo de delimitação das linhas de plantio e sensibilização dos agricultores, quanto a importância do plantio

<sup>9</sup> Dado em validação, valor ainda não computado no indicador 4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto.

agroecológico de espécies que promovam a recuperação florestal e gerem alimento e renda para as famílias beneficiadas.

Figura 20 - Sensibilização de agricultores e definição de áreas para o plantio



Fonte: CI Brasil

#### UNIDADE OPERATIVA PARÁ (SEMAS e IDEFLOR-Bio)

Apoio na construção do Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa (PRVN) do estado do Pará, através das oficinas etnoregionais de Povos Indígenas, Quilombolas, extrativistas, das comunidades tradicionais e Reunião Regional, onde participaram 558<sup>10</sup> pessoas (Figura 21 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). O PRVN é um instrumento desenvolvido com o objetivo de articular, integrar e promover projetos e ações para a recuperação das florestas e demais tipos de vegetação nativa, contribuindo para a redução da emissão de gases do efeito estufa e proporcionando a geração de empregos verdes e atração de investimentos ao Estado.

O projeto desempenhou um papel ativo tanto no planejamento quanto na execução das oficinas etnoregionais no Pará, voltadas para a formulação das prioridades coletivas e participativas do PRVN. Houve uma participação expressiva de 221 pessoas, sendo que 162 delas se identificaram como representantes dos PIQCTs, em todas as regionais. No segundo dia das oficinas, o número total de participantes, considerando todas as cidades, foi de 337, dos quais 169 afirmaram ser representantes dos PIQCTs.

O estado do Pará é dividido em 12 Regiões de Integração, que agrupam municípios com características socioeconômicas e culturais semelhantes e visam promover o desenvolvimento regional integrado. São elas: Guajará, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Rio Caeté, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Capim, Tapajós, Tocantins, Xingu e Araguaia.

<sup>10</sup> Do valor total de 558 pessoas, 310 se declararam do gênero feminino e 219 do gênero masculino (reportados no indicador 4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto. As 29 restantes optaram por não informarem.

**Figura 21** - Oficinas etnoregionais para a construção do Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa (PRVN)



Fonte: CI Brasil

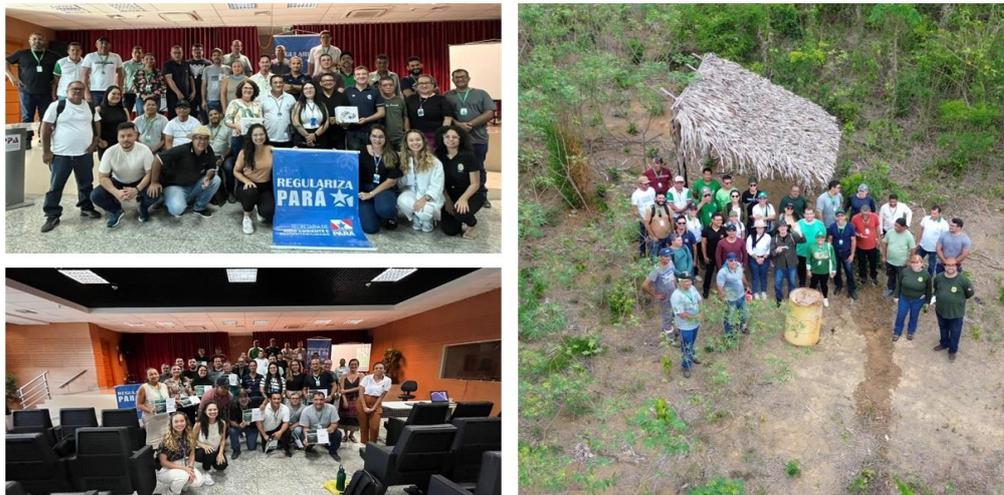
No primeiro dia das oficinas, focado nos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs), houve discussões sobre a recuperação da vegetação nativa no estado, apresentação dos instrumentos legais relacionados e detalhes sobre o processo de construção do Plano de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN). As principais lideranças dos PIQCTs, representadas por organizações como Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA), MALUNGU e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), participaram dessas atividades.

O segundo dia das oficinas foi aberto a diversos setores da sociedade, incluindo governo, setor privado, terceiro setor, instituições de ensino, agricultura familiar e sociedade civil. A programação foi semelhante ao primeiro dia, com contextualização e apresentação das etapas do plano. Além disso, instituições locais apresentaram iniciativas positivas de recuperação da vegetação nativa, técnicas utilizadas e aspectos locais da cadeia de recuperação.

Apoio na realização da 5ª edição do Fórum Paraense de Mudanças e Adaptação Climática. Durante o evento foi lançado o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa (PRVN). O Fórum foi criado para promover a cooperação e o diálogo entre os diferentes setores da sociedade e visa o enfrentamento dos problemas relacionados às mudanças climáticas. Nessa edição houve ainda a apresentação dos avanços do Programa Regulariza Pará, que conta com o apoio do ASL na ampliação das análises de CAR e elaboração de PRADAs, por meio do fortalecimento institucional.

No tema da regularização ambiental, ocorreu capacitação voltada a extensionistas rurais (Figura 22) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), em elaboração de PRADAs. A iniciativa possibilitou a formação qualificada de 43 técnicos de 12 municípios – Santarém, Marituba, Monte Alegre, Alenquer, Almeirim, Belterra, Aveiro, Itaituba, Trairão, Novo Progresso, Prainha, Rurópolis, Jacareacanga e Mojuí dos Campos, que agora estão aptos a realizar a recuperação de áreas degradadas e alteradas, nas áreas de preservação permanente e reserva legal identificadas nos imóveis rurais de agricultores familiares.

**Figura 22 - Capacitação voltada a extensionistas rurais da Emater Pará**



Fonte: CI Brasil

Ainda tratando da temática de regularização ambiental, mas no âmbito da produção de conteúdo, a comunicação do projeto colaborou com a SEMAS-PA na elaboração de um Sumário Executivo que apresenta os resultados fundamentais das análises do CAR conduzidas pelo projeto no estado. Este documento não apenas fornece dados técnicos essenciais, mas também incorpora entrevistas com os secretários municipais e estaduais que foram impactados pelas ações implementadas pelo projeto. A divulgação desse Sumário Executivo aguarda a conclusão do Plano de Comunicação, momento em que será efetuada. Sob a perspectiva governamental, a disseminação dessas informações é crucial para fortalecer a transparência e o entendimento público sobre as iniciativas de regularização ambiental. Além disso, esse esforço está alinhado com a política estadual de regularização ambiental, reforçando a importância estratégica do projeto na promoção de práticas sustentáveis e na consolidação de políticas ambientais eficazes no estado, dentro do Componente 3 do projeto.

Aqui cabe salientar que o Plano de Recuperação da Vegetação Nativa do Estado do Pará (PRVN-PA) emerge como uma resposta estratégica e adaptativa para os desafios ambientais singulares dessa região, destacando-se por seu enfoque preciso na preservação e recuperação dos ecossistemas paraenses. Ao

analisar como o PRVN-PA aborda as especificidades locais, é possível compreender a relevância desse plano na promoção da sustentabilidade e conservação no estado.

A integração de instrumentos de gestão ambiental é fundamental para o sucesso de políticas e iniciativas voltadas à recuperação da vegetação nativa. No contexto do estado do Pará, as ações relacionadas ao CAR e a adesão ao PRA revelam sinergias significativas com os objetivos delineados pelo PRVN-PA. A seguir, destacamos como esses elementos se complementam e fortalecem a busca por paisagens mais sustentáveis na Amazônia.

O CAR, ao ser implementado de forma efetiva, serve como uma base de dados abrangente sobre propriedades rurais, identificando áreas de reserva legal, áreas de preservação permanente, e outras informações relevantes. Essa base de dados é crucial para o planejamento e execução das ações previstas no PRVN-PA, proporcionando um panorama detalhado do status ambiental das propriedades. Através do CAR, é possível identificar passivos ambientais em propriedades rurais, como áreas desmatadas ilegalmente. Essa informação é valiosa para o PRVN-PA, pois permite priorizar áreas de recuperação e direcionar esforços para locais onde a intervenção é mais necessária. A adesão ao PRA proporciona aos proprietários rurais a oportunidade de regularizar suas atividades de acordo com as normativas ambientais vigentes. Essa regularização é essencial para a implementação efetiva do PRVN-PA, uma vez que propriedades em conformidade com a legislação ambiental podem se tornar parceiras estratégicas na recuperação da vegetação nativa.

Ademais, tanto o PRVN-PA quanto o CAR, associado ao PRA, podem oferecer incentivos e compensações aos proprietários rurais que se comprometem com práticas sustentáveis e ações de recuperação. Esse alinhamento de incentivos promove uma maior adesão e colaboração, essenciais para o sucesso das metas estabelecidas. A gestão integrada de terras, resultado da interconexão entre os três instrumentos legais, possibilita uma abordagem holística na recuperação da vegetação nativa. Isso inclui o planejamento estratégico de áreas prioritárias e a coordenação eficiente de esforços para maximizar os resultados.

Finalmente, a integração dessas ações permite um monitoramento contínuo das mudanças nas áreas rurais, garantindo a conformidade com as metas do PRVN-PA e fornecendo informações valiosas para ajustes nas estratégias conforme necessário.

Portanto, a convergência entre o CAR, PRA e o PRVN-PA representa uma abordagem abrangente e sinérgica para a promoção de paisagens sustentáveis na Amazônia paraense. Essa integração fortalece a capacidade de resposta a desafios ambientais, ao mesmo tempo em que cria oportunidades para a colaboração entre proprietários rurais, setor público e organizações não governamentais. Essa sinergia é fundamental para alcançar os objetivos de conservação e recuperação da vegetação nativa no estado do Pará.

## UNIDADE OPERATIVA RONDONIA (SEDAM)

No segundo semestre de 2023, foram realizadas incursões em campo para monitorar e acompanhar as áreas degradadas/alteradas, visando garantir a recuperação por regeneração natural de 1.045,66 ha da Floresta Estadual de Rendimento Sustentado - FERS Rio Machado, 149,99 ha da FERS Rio Madeira B e 105,33 ha da Reserva Extrativista- Resex Angelim.

Foi assinado contrato para recuperar 250 ha de áreas degradadas em Área de Preservação Permanente (APP) e/ou Reserva Legal (RL), em imóveis rurais de até 4 módulos fiscais, nos municípios de Nova Brasilândia d’oeste, Alta Floresta D’Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Parecis, Santa Luzia D’Oeste e Cacoal.

Realização de dois mutirões para elaborar PRADAs e assinar Termo de Compromisso (Figura 23). O primeiro mutirão de regularização ambiental de imóveis rurais foi realizado em São Miguel do Guaporé e atendeu 109 produtores rurais e um PRADA em elaboração. O segundo mutirão foi realizado em São Francisco do Guaporé, atendeu 120 produtores rurais, com 40 adesões ao PRA e cinco PRADAs em elaboração.

**Figura 23 - Mutirão de adesão ao PRA**



Fonte: CI Brasil

## UNIDADE OPERATIVA SFB

Está em execução a atividade “Propor e testar marcação eletrônica com Tag RFID (Identificação por Radiofrequência), nas Florestas Nacionais de Jacundá e Jamari em Rondônia e Saracá-Taquera, Caxiuana e Altamira, no estado do Pará. A atividade visa desenvolver uma proposta de rastreamento da madeira ao longo de sua cadeia de custódia utilizando a tecnologia do RFID, provendo agilidade e eficiência na execução

das atividades. Ressalta-se que demonstrar a rastreabilidade completa da madeira é essencial para difundir a política das concessões florestais para os consumidores. Nessa primeira etapa, foram apresentados os componentes do sistema de identificação por RFID e a particularidade desses para utilização no mercado madeireiro. Na próxima etapa, as tags e os leitores serão utilizados para a realização do teste em campo nas Flonas de Jacundá e Jamari, em Rondônia, e Saracá-Taquera, Caxiunã e Altamira, no Pará.

No estudo para estruturação de concessões florestais para a prática do manejo florestal e silvicultura em áreas degradadas para exploração de produtos madeireiros e não-madeireiros, foram entregues os produtos 3, 4 e 5. Nestes, constam dez modelos a serem empregados como opção na modelagem de recuperação de áreas degradadas e alteradas na Flona Bom Futuro e a Gleba Castanho. Devem ser avaliados os modelos mais adequados para essas áreas, do ponto de vista técnico e econômico para concessão florestal. Os produtos abordam também métodos de precificação que podem ser utilizados para produtos florestais, os elementos positivos e as fragilidades e desafios para aplicação de cada método.

Em processo de análise de proposta para a contratação de empresas para a realização de estudos de logística, infraestrutura e preços florestais para a concessão florestal nas Florestas Nacionais do Aripuanã e Urupadi, no estado do Amazonas, e as Florestas Nacionais do Jamanxim e Trairão, no estado do Pará.

## **Componente 4**

### **Fase 1**

#### **Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)**

No período deste relatório a gestão e coordenação do projeto atuou em diferentes temas, sensibilizando e fortalecendo as ações do projeto em eventos estratégicos – Planejamento POA 4, COP 28, Lançamento do PRVN Pará, Conferência do Programa no Peru, Missão Técnica e de Campo, reunião do Comitê Operativo do Projeto (COP), para aprovar o novo ciclo de 2024.

Um fator desafiador na gestão neste período foi o atraso no processo de assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica – ACT, que impactou na execução das atividades de campo, visto a inelegibilidade das UOs para atuar como coexecutores demandando ações. Agregado a este fator, em razão da transição de governo, o processo de retomada do planejamento e de aprovação da solicitação de prorrogação do projeto, também tiveram o cronograma impactado.

Como fator de destaque, após a retomada da nova equipe do MMA, houve um fortalecimento e elevado engajamento da nova equipe da UCP neste período. Este novo fluxo integrado foi agregado por uma maior

integração com as demais agências executoras – FUNBIO e FGV, tanto em reuniões de acompanhamento e monitoramento do projeto, como demais demandas pontuais para tratar temas estratégicos.

Quanto à equipe do projeto na CI-Brasil também houve mudanças na gestão e contratações relevantes para a coordenação regional, possibilitando a dedicação de um/a coordenador (a) dedicado (a) por estado (AC, AM, PA e RO), a equipe foi também fortalecida por meio da contratação de apoio administrativo e para a área de contratações.

No 2º semestre de 2023, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, CI-Brasil e Unidades Operacionais realizaram o painel temático na 28ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, em Dubai.

Como tema central, o projeto foi significativo no Painel “Planaveg 2.0”, liderado pelo MMA, que abordou a retomada da política nacional de recuperação da vegetação nativa como eixo estratégico de cumprimento da meta climática, na sua relação com os planos estaduais da Amazônia. Durante as conversas, foram abordadas, entre outras coisas, as contribuições do projeto no fortalecimento da política, a forma como é feita a prospecção para a seleção de áreas contempladas nas ações de fomento ao PRA, que beneficia especificamente os produtores rurais, e a importância da política como meio de oportunizar estratégias e orientações aos estados para a implementação de seus planos.

Na perspectiva das Unidades Operativas os temas de maior relevância e oportunidades foram:

- i) Acre como destaque a participação no painel sobre a retomada da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. Com seu pioneirismo e o avanço da política ambiental com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e, como consequência, a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Também contou com a participação, como painelistas no Painel Planaveg 2.0, o representante do projeto, André Pellicciotti, também diretor de Meio Ambiente da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Foi mostrado ainda como o Acre conseguiu chegar ao protagonismo com grandes resultados, com a redução de 71% nos alertas de desmatamento e 41% nos focos de queimadas. E isso foi possível por meio de uma atuação conjunta entre as diversas instituições que fazem parte do sistema de meio ambiente do Acre. O evento objetivou debater, com atores-chave nacionais e internacionais, estratégias de retomada da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), orientada a catalisar ações, esforços e recursos em prol de um de um projeto nacional, unido aos compromissos globais de restauração, que tem como foco a implementação da nova versão do Planaveg 2.0;

- ii) Amazonas relata o trabalho da REDD+ com a expertise do estado na cooperação com a iniciativa privada em projetos nas Unidades de Conservação, e a agenda 2030 com o compromisso de zerar o desmatamento nos próximos 6 anos;
- iii) Pará destaca a ênfase na agenda de recuperação da vegetação nativa com o lançamento do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa e na articulação de parceiros e atores no planejamento da COP 30 em 2025, que ocorrerá no estado;
- iv) Rondônia ressalta o desenvolvimento rural sustentável através da agricultura de baixo emissão de carbono com lançamento do Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2023-2030 (Plano ABC+ Rondônia), e diálogos para a elaboração do Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa.

Ainda no 2º semestre de 2023 foram realizadas sob a coordenação da UCP/MMA as oficinas para elaboração do plano operativo anual do Projeto ASL-Brasil para 2024, que envolveu a capacitação das unidades operativas (UO), planejamento preliminar de cada UO e reunião conjunta em Brasília para validação do plano operativo.

Esteve em execução a consultoria de apoio à implementação da estratégia de restauração, por meio da secretaria executiva do Grupo de Trabalho da Estratégia de Restauração do Projeto. As atividades realizadas incluíram facilitação de oficinas com ICMBio para a definição de áreas para restauração e elaboração de minutas de TdRs para atividades a serem implementadas no POA 4 da Fase 1. Vale destacar a importância das mobilizações e parcerias geradas, a partir das oficinas realizadas, que envolveram os Núcleos de Gestão Integrada (NGIs) e gestores de UCs do quadro do ICMBio e o Serviço Florestal Americano no Brasil (USAID). Com subsídios das informações colhidas nas oficinas, foi possível delinear junto ao GT Restauração, liderado pelo MMA, as diretrizes e abordagens metodológicas estratégicas para restauração ecológica visando escala e adequação financeira com os recursos e horizonte temporal de implementação do projeto.

Em novembro de 2023, ocorreu no Peru a Conferência Anual do programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia. O Brasil esteve representado por todas as Unidades Operativas que fazem parte do ASL-Brasil. O encontro foi relevante para a articulação entre países amazônicos, possibilitando a prospecção de novas parcerias e a troca de experiências sobre atividades em andamento no escopo do Programa ASL. A ocasião também proporcionou a oportunidade de elaboração de um planejamento integrado, onde o Brasil figura como responsável pela coordenação de dois grandes temas: a conectividade da paisagem e a restauração de áreas degradadas.

Ainda em 2023, foi possível avançar com a formalização dos Acordo de Cooperação Técnica entre a CI-Brasil, MMA e Unidades Operativas, firmando o Plano de Trabalho que contempla os componentes e suas principais

atividades em execução ao longo do próximo ano. Com o advento dos novos ACTs firmados, foi possível avançar com o comprometimento de contratos e execução de atividades planejadas no POA 3.

A Comunicação focou em uma retomada, direcionando esforços para um Planejamento Estratégico de Comunicação do Projeto. A CI-Brasil apresentou uma primeira proposta que está sendo base de um plano de comunicação que contemple ambas as Fases (1 e 2). Seus principais objetivos são divulgar as ações e resultados do Projeto ASL Brasil visando aumento da visibilidade, seus temas prioritários, da Amazônia brasileira, além de engajar atores estratégicos dos âmbitos regional, federal, estadual e local, e público externo sensível aos temas apoiados pelo projeto. Para além do Plano, a retomada proporcionou a confecção de materiais importantes do projeto tais como: banners, cards de divulgação de TdRs, kits de campo e outras demandas que já haviam sido solicitadas.

O Planejamento Operacional (POA 4), visando a implementação do projeto em 2024, foi construído de maneira participativa, assim como nos demais anos, mas nessa ocasião com especial enfoque na definição de atividades que contribuam diretamente para o alcance das metas de restauração. O grande diferencial deste ciclo de planejamento consistiu na forte integração entre Agências Executoras que apoiaram mutuamente os alinhamentos, ajustes e decisões sobre os planejamentos das Fases 1 e 2. Como resultado, foi definido o planejamento na ordem de R\$ 63,8 milhões contemplando atividades a serem implementadas nos quatro Estados, tanto pelas Unidade Operativas, quanto pelo ICMBio, SFB e contemplando também atividades planejadas pelo MMA. O planejamento orçamentário por UO corresponde a: R\$ 23,4 milhões para o ICMBio, R\$ 12,9 milhões para RO, R\$ 9,3 milhões para o PA, R\$ 6,6 milhões para o AC, R\$ 2,4 milhões para SFB, R\$ 1,2 milhões para o AM. Já para as atividades de gestão de projetos e outras planejadas pelo MMA, como Unidade de Coordenação do Projeto, ficou dimensionado o orçamento de R\$ 8 milhões. O montante planejado se distribui pelos componentes de responsabilidade da CI-Brasil como Agência Executora da seguinte forma: R\$ 48,4 milhões no componente 2, contemplando atividades direta e indiretamente relacionados à restauração da vegetação nativa, R\$ 13,9 milhões no componente 3, fortalecendo políticas relevantes para conservação em nível de paisagem, e R\$ 1,5 milhões no componente 4, em ações de gestão, capacitação e cooperação.

Ao longo do período reportado neste relatório, com apoio do ASL também foi possível garantir a representação do MMA em eventos de temas alinhados com o escopo do projeto. Em outubro, o ASL garantiu a representação do MMA no Diálogo Regional “Sustainable Wood for a Sustainable World” (SW4SW), promovido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o objetivo de fortalecer as cadeias de valor da madeira sustentável visando benefícios sociais, econômicos e ambientais e contribuindo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os resultados da participação do MMA no SW4SW foram apresentados na Conferência da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal (IUFRO – América Latina), neste mesmo mês de outubro, e na ocasião

também foram apresentadas iniciativas que visam criar paisagens futuras mais resilientes para benefício das pessoas e da natureza.

No mês de novembro, o MMA e representantes da equipe da CI-Brasil estiveram presentes no XI Seminário Brasileiro e VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, onde foram apresentadas as diretrizes e planos do Governo Federal para Unidades de Conservação e suas populações, políticas para o desenvolvimento da sociobioeconomia e esforços estratégicos para cumprimento das metas nacionais de conservação da biodiversidade. Quanto ao ASL, foram verificadas oportunidades de sinergias entre as temáticas contempladas pelo projeto e os direcionamentos dados pelo MMA na gestão da política ambiental. Também foram identificados esforços de outras instituições da sociedade civil e academia que podem somar com o ASL, especialmente no que diz respeito à atuação nas Unidades de Conservação Federais, em ações que contemplam a construção de Planos de Manejo e Planos de Uso, bem como ações de restauração da vegetação nativa.

Entre o final de novembro e início de dezembro, o Projeto ASL viabilizou a representação da Diretoria do Departamento de Florestas do MMA na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-28), em Dubai, nos Emirados Árabes. Também foi garantida a participação de um representante por Unidade Operativa que tiveram relevante participação ao divulgarem suas ações apoiadas diretamente pelo ASL. Todos juntos levaram a importante mensagem do compromisso com os esforços pela restauração da vegetação nativa na Amazônia, por meio de ações diretas de plantio, regeneração de florestas e a importante contribuição por meio do ASL na revisão, estruturação e atualização de políticas e estratégias para a recuperação da vegetação nativa nas escalas estaduais e nacional.

Por meio da atuação da CI-Brasil como Agência Executora mobilizando e apoiando diálogos multinível (entre estados e com órgãos do governo federal), foram viabilizados aprendizados e trocas importantes no tema das concessões florestais. Essas trocas têm sido relevantes para apoiar o estado do Amazonas que conta com o ASL na viabilização de estudos preparatórios para viabilizar as concessões. Para fortalecer as capacidades de apoio ao estado, a CI-Brasil participou e tem se inserido nas discussões e espaços promovidos por outras organizações, como o Fórum de Soluções em Legalidade Florestal (Imaflora) itinerante na Amazônia, e tem contado também com o compartilhamento das experiências do SFB nas ações apoiadas diretamente pelo ASL.

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

Esta seção apresenta uma análise abrangente do desempenho do Projeto ASL durante o segundo semestre de 2023, considerando sua segunda fase. Aqui, serão examinados detalhadamente os marcos alcançados,

abordando a execução por componente, as metas cumpridas e as tendências emergentes. Essa avaliação crítica oferecerá uma base sólida para compreender a trajetória do projeto, sua eficácia e orientações futuras.

## COMPONENTE 2

**MONITORAMENTO DE QUELÔNIOS:** evento de abertura da oficina de capacitação dos monitores de tabuleiros, conduzida pelo sr. Raimundo Cunha, representante da Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo (AMECSARA). Houve a formação da mesa institucional e a apresentação da pauta do dia. Foi realizada uma apresentação do gestor do ICMBio, sr. Manoel Cunha, que destacou critérios importantes para a seleção dos monitores de tabuleiro. Posteriormente, houve a avaliação do monitoramento realizado em 2022, com participação ativa dos monitores, que expressaram pontos a serem melhorados no processo. Em seguida, cada comunidade apresentou suas necessidades e desafios em relação ao monitoramento, bem como solicitou apoio e recursos para melhoria das atividades. Raimundo Cunha, da AMECSARA, propôs uma campanha de adoção de tartarugas para arrecadar fundos para o monitoramento. A apresentação das instituições parceiras e a sessão de preenchimento de fichas encerraram a primeira parte da oficina, que foi elogiada pelos representantes pela integração entre os municípios participantes e pela importância das discussões para fortalecer a proteção ambiental na região. O evento ocorreu no NIEDS (Núcleo de Inovação e Educação para o Desenvolvimento Sustentável Professora Bertha Bercker), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari, com a participação de oitenta pessoas (66 homens/ 14 mulheres), entre eles 69 beneficiados (58 homens/ 11 mulheres).

**Figura 24** - Oficina de capacitação dos monitores de tabuleiros



Fonte: AMECSARA, adaptado por FGV

A Gincana Ecológica, realizada anualmente para celebrar o término do monitoramento de quelônios, é um momento de compartilhar experiências e reconhecer o esforço dos monitores locais e das comunidades, essenciais para a conservação dessas espécies. Os monitores vigiam os tabuleiros por cinco meses, recebendo apoio devido à impossibilidade de manter outras fontes de renda enquanto estão nas praias. O monitoramento não apenas assegura a reprodução dos quelônios e contribui para a conservação de outras espécies, mas também promove o encontro entre moradores e monitores, além de conscientizar crianças e jovens.

Ao longo dos anos, o número de tabuleiros e monitores aumentou significativamente, chegando a 19 tabuleiros e 57 monitores atualmente, graças a parcerias e apoio institucional. Além do monitoramento, novas comunidades iniciaram a criação sustentável de quelônios em tanques escavados, possibilitando uma nova fonte de renda por meio da comercialização autorizada pelo Governo do Estado do Amazonas. Em 2023, cerca de 274 mil filhotes foram soltos no Território Médio Juruá, contribuindo para a conservação dessas espécies e do ecossistema como um todo.

**Figura 25** - Gincana Ecológica, realizada anualmente para celebrar o término do monitoramento de quelônios



Fonte: AMECSARA, adaptado por FGV

## COMPONENTE 4

**EVENTO CDB** - Diálogos na Amazônia Brasileira: preparação para a reunião do Grupo "Ad Hoc" de Especialistas Técnicos (AHTEG, sigla em inglês) para a elaboração do novo programa de trabalho e arranjos institucionais relacionados ao Artigo 8(j), da Convenção sobre Diversidade Biológica.

A atividade recebeu apoio do Projeto ASL, foi coordenada pela SBio/MMA, realizada em Manaus-AM e compreendeu duas partes distintas: uma expedição de campo (Rio Negro) e um evento com apoio do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, no auditório do Bosque da Ciência.

Teve o objetivo de realizar debates preparatórios para a décima quinta reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que ocorreu em novembro de 2023, em Genebra<sup>11</sup>, na Suíça.

A expedição partiu da cidade de Manaus, Amazonas, com a participação de especialistas, convidados do Governo Federal, ONGs, agências, representantes de povos indígenas e comunidades locais, observadores externos de organizações relevantes aos temas tratados e equipes de apoio. Participaram 19 homens e 23 mulheres (identificados).

**Figura 26 - Evento CDB: Diálogos na Amazônia Brasileira**



Fonte: Luis Piva, adaptado por FGV

As visitas de campo realizadas no baixo Rio Negro abrangeram diversas localidades. Inicialmente, foram visitadas áreas da Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável Puranga-Conquista, situada na comunidade Terra Preta. Em seguida, o roteiro incluiu o município de Novo Airão, com paradas nas sedes da Fundação Vitória Amazônica (FVA) e da Fundação Almerinda Malaquias (FAM). Por fim, a expedição contemplou a Reserva Federal Extrativista do Rio Unini, situada na comunidade Pataúá.

<sup>11</sup> Décima segunda reunião do Grupo de Trabalho Ad Hoc (<https://www.cbd.int/conferences/geneva-2023>)

Após o retorno a Manaus, os integrantes da expedição participaram de um evento no INPA, onde se dedicaram à discussão sobre a conservação e o manejo da biodiversidade amazônica. O evento foi estruturado em mesas redondas, que visavam explorar os temas sob diferentes perspectivas, contrastando as visões acadêmicas com as visões dos povos e comunidades tradicionais. Entre os tópicos abordados estavam:

- Amazônia e conhecimentos tradicionais, apresentado por Henrique Pereira da Universidade Federal do Amazonas;
- Manejo comunitário do pirarucu (*Arapaima gigas*), com a contribuição de João Vitor Campos Silva do Instituto Juruá;
- Cogumelos e cestarias Yanomami, discutidos por Noemia Ishikawa do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
- Um extrativista na gestão de áreas protegidas, compartilhando suas experiências, Manoel Cunha do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); e
- A domesticação da Amazônia pelos povos indígenas e comunidades tradicionais, explorada por Charles R. Clement.

**Figura 27** - Evento no INPA sobre conservação e manejo da biodiversidade amazônica



Fonte: Fabiola Mendes, adaptado por FGV

O aprendizado subsidiou recomendações do grupo de especialistas que foram consideradas na conferência de novembro, na Suíça.

**CONFERÊNCIA ASL REGIONAL PERU:** a convite do Programa Regional do Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia (ASL) - *Global Environment Facility* - GEF e Banco Mundial, representantes do MMA e Unidades Operativas que atuam no contexto do Projeto ASL Brasil participaram da "Conferência Anual do Programa

Paisagens Sustentáveis na Amazônia (ASL)", realizada entre os dias 13 e 17 de novembro de 2023, em Tarapoto, Peru. Durante o evento, foram abordados diversos tópicos, incluindo o compartilhamento de progresso, a troca de conhecimento e o fortalecimento da colaboração entre as equipes de projetos nacionais do ASL. Adicionalmente, foram compartilhadas as lições aprendidas na execução do ASL Brasil Fase 1, visando identificar as prioridades que orientarão o projeto regional ASL para o próximo ano. Além do Programa ASL, exploraram-se oportunidades para colaborar mais com outros parceiros.

No que diz respeito ao Componente 1, que trata das Áreas Protegidas, a participação foi relevante, considerando o compartilhamento de experiências do Programa ARPA, apoiado na Fase 1 do projeto, por meio de apresentação de painel e exposição de lições aprendidas. Inicialmente, apenas a agência implementadora estava programada para a apresentação, mas a presença de representantes do MMA possibilitou que a Unidade de Coordenação do Programa também expressasse seu ponto de vista. Outro fator significativo do evento foi a oportunidade de fortalecer a capacidade de colaboração dentro dos projetos de cada Unidade Operativa do ASL Brasil, especialmente com os atores estaduais e as agências executoras, visando a melhoria da gestão integrada da paisagem e a conservação dos ecossistemas na Amazônia. Vale ressaltar que o ambiente propiciou o estabelecimento de contatos para potenciais parcerias, considerando a diversidade de atores participantes da conferência.

**Figura 28** - Conferência Anual ASL, em Tarapoto, Peru



Fonte: Giuliano Senatore, adaptado por FGV

O Departamento de Florestas da Secretaria Nacional de Biodiversidade e Florestas (DFLO/SBio/MMA) destacou a conferência regional como oportunidade de aumento na capacidade de colaboração dentro dos Projetos ASL Brasil, promovendo uma maior integração com outros parceiros. Além disso, é relevante

mencionar a liderança assumida pelo Brasil, em 2024, nas comunidades de aprendizagem e troca de experiências do Programa Regional ASL, especialmente nas temáticas de Restauração e Conectividade de Paisagens.

Como desdobramento do evento, foram estabelecidos temas de importância para o Brasil, os quais serão abordados em 2024 pelo Programa Regional do ASL, alguns deles com liderança brasileira. Dentre esses temas, destaca-se áreas protegidas, restauração e conectividade de paisagens.

**OFICINA DE DIÁLOGOS PARTICIPATIVOS – ASL FASE 3:** no escopo da continuidade do projeto com recursos adicionais aprovados pelo GEF para a Fase 3 do ASL, a UCP promoveu a 1ª Oficina de Diálogos Participativos, realizada em Brasília - DF, que foi dividida em dois eventos distintos, com objetivo de colher subsídios para a construção de uma Teoria da Mudança do projeto, além de estabelecer um ambiente de cooperação e participação interinstitucional na construção do Projeto ASL Fase 3.

**Figura 29** - Construção da Teoria da Mudança do ASL Brasil, durante a Oficina Diálogos Participativos – ASL Fase 3, em Brasília/DF



Fonte: Marcus Mendes, adaptado por FGV

No dia 13 de dezembro, ocorreu uma oficina interna com a participação de instituições vinculadas à coordenação do projeto para elaborar uma nova versão da Teoria da Mudança. Essa metodologia, adotada pelo *Global Environment Facility* (GEF), visa descrever o caminho para alcançar mudanças desejadas nas realidades das populações e territórios abrangidos por meio de intervenções com múltiplos atores.

Já nos dias 14 e 15, a oficina abriu espaço para a presença de convidadas (os), incluindo gestoras (es) federais, estaduais, municipais e representantes da sociedade civil da região do Baixo Xingu para o mapeamento de

iniciativas complementares, identificação de áreas e atores relevantes e identificação de parcerias estratégicas. Essa estruturação seguiu as diretrizes estratégicas do Programa ASL, reunindo uma média de 40 participantes por dia.

**Figura 30** - Encerramento da Oficina Diálogos Participativos – ASL Fase 3, em Brasília/DF



Fonte: Marcus Mendes, adaptado por FGV

Os resultados finais demonstram que os objetivos da Oficina foram atingidos, gerando produtos e avanços significativos: compartilhamento abrangente sobre iniciativas das instituições parceiras no Baixo Xingu por meio do mapeamento participativo; análises e reflexões que fortaleceram a consistência da Teoria da Mudança do Projeto com elementos inovadores, como mudanças transformacionais e ações que conectam resultados aos temas prioritários; identificação de áreas e atores protagonistas; levantamento de agentes e instituições com potencial para parcerias estratégicas.

## 6. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

- Ocorrência de evento climático extremo (seca histórica) na Amazônia e consequente mobilização para atendimento à situação emergencial.

#### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

- Atraso na execução e aditivo de prazo;
- A baixa execução dos indicadores globais;
- Desafio de priorização para atendimento aos indicadores prioritários;
- Baixo índice de alianças estratégicas para potencializar os resultados de restauração;
- Elevado investimento em bens que não atendem o indicador de restauração diretamente;
- Elevado número de intervenções de impacto/resultado/sustentabilidade que não atendem diretamente aos indicadores;
- Desafio de construção de especificações que atendem às regras de licitações e da entrega qualitativa dos fornecedores, no atendimento às demandas de compras – exemplo: perfurador AM e impressão de Atlas;
- Fornecedor com atrasos relevantes na entrega de produtos importantes, exemplo: estudo fundiário; e
- Desafio na continuidade de diálogos interinstitucionais regionais que impactam em ausência de estratégia, atraso na implementação e descontinuidade de esforços do projeto – exemplo: SEMAS/IDEFLOR-Bio e IPAAM/IDAM/SEMA.

### Fase 2

#### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

No Planejamento 2022-2023, foi delineado o Plano Operativo Anual (POA 1) para guiar as atividades ao longo do período. Durante a execução, algumas atividades apresentaram um baixo alcance de indicadores e efetividade, demonstrando a necessidade de revisão e ajustes para garantir resultados mais eficazes. Diante disso, foi crucial analisar essas lacunas e identificar as atividades que demandam melhorias. No próximo plano, é imperativo que sejam implementadas estratégias mais eficientes e direcionadas, visando alcançar resultados mais expressivos. A revisão dessas atividades proporcionou *insights* valiosos para o aprimoramento contínuo das iniciativas, contribuindo para o sucesso das metas estabelecidas.

## 7. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

#### Riscos

- Atraso na avaliação e/ou não aprovação da proposta de projeto submetida ao Fundo Amazônia/BNDES, resultando na necessidade de revisão da 3ª condição de desembolso e possível solicitação de nova extensão ao Acordo de Doação entre FUNBIO e Banco Mundial;
- Aprimoramento e proposição de novos mecanismos e instrumentos de execução, impactando (reduzindo) a execução no curto prazo;
- Necessidade de revisão (extensão) do prazo para consolidação de todas as UCs apoiadas pelo Programa, com impacto para o alcance das metas do GEF-Paisagens e na modelagem/projeção financeira do FT;
- Realização de eleições municipais em 2024, impactando a capacidade do Programa ARPA realizar as mobilizações locais necessárias;
- Previsão de aumento na ocorrência de eventos climáticos extremos na Amazônia com prejuízo sobre a implementação das UCs e segurança dos seus beneficiários; e
- Baixo grau de elaboração e implementação de alternativas para a sustentabilidade financeira da manutenção da consolidação das UCs no longo prazo, considerando a lógica de financiamento do FT.

#### Oportunidades

- Aprimoramento e proposição de novos mecanismos e instrumentos de execução, impactando (aumentando) a execução no curto prazo;
- Ampliação dos impactos do Programa ARPA, por meio da construção de novas iniciativas ancoradas nas UCs apoiadas pelo Programa;
- Realização de treinamentos com gestores de UCs, visando a eficiência na operacionalização e melhor apropriação quanto ao Programa ARPA e suas metas.
- Continuidade da rotina de visitas do FUNBIO, com apoio dos OGs e UCP às UCs, buscando oportunidades para maior integração e melhorias na execução/resolução de gargalos;
- Retomada da revisão e impulsionamento das metas de consolidação de longo prazo do programa, pela UCP, junto aos gestores e órgãos gestores, a partir do biênio 24/25;
- Proposição de novas iniciativas baseadas na estratégia adotada pelo Programa ARPA; e
- Continuidade da retomada das instâncias de governança do ARPA, incluindo a reaproximação junto aos diversos atores do Programa.

## Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

### Riscos

- Risco cambial;
- Risco de baixa execução do novo POA 4 que concentra 34% do orçamento do projeto;
- Elevada concentração de atividades planejadas, no último ciclo de planejamento, em atendimento ao indicador prioritário para garantir o alcance da meta global de restauração,
- Risco ambiental que impacta o processo de plantio das metas de restauração;
- Ausência de insumos que impacta o processo de plantio das metas de restauração;
- Baixo comprometimento das UOs na implementação das ações do último ciclo do projeto; e
- Baixo engajamento de alianças para continuidade das ações do projeto, em prol da restauração.

### Oportunidades

- Elevada concentração de atividades de restauração que atinge o êxito de 125% no indicador global;
- Construção conjunta de ações de restauração integrando regiões no atendimento às Unidades de Conservação Estadual;
- Continuidade do processo de restauração pelas Unidades de Conservação e territórios coletivos;
- Alianças em construção para fortalecer o processo de sustentabilidade do projeto nas esferas nacional, internacional e regional – Emater, ONGs, GIZ, Aliança pela Restauração;
- Ganho cambial favorável ao projeto que potencializa as metas de restauração;
- Atuação integrada entre CI, FUNBIO e FGV para o alcance dos resultados; e
- Abordagem integrada e estratégica do MMA fortalecendo ações de restauração, construção de alianças e alcance de resultados.

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

#### Riscos

- Unidades Operativas aguardam a tramitação dos Acordos de Cooperação – ACT, os quais estão vinculados à aprovação do Plano Operativo Anual 2024, pelo Comitê do Projeto. A elaboração dos Planos de Trabalho pode resultar em atrasos na execução devido à extensa tramitação jurídica.

#### Oportunidades

- A Unidade Operativa ICMBio não impôs obstáculos no processo de celebração do Acordo de Cooperação – ACT, facilitando a aceleração dos trâmites jurídicos. Isso possibilitou o encaminhamento para as últimas instâncias de aprovação, incluindo o Banco Mundial e CONJUR/MMA, buscando a aprovação de todos os stakeholders para a celebração desse ACT.

## 8. Salvaguardas Socioambientais

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

No período, o FUNBIO realizou, no âmbito do Programa ARPA, contratações e aquisições para a realização de atividades relacionadas ao avanço e manutenção dos marcos referenciais apoiados. Foram contratadas consultorias para finalidades variadas, bem como insumos e serviços logísticos para a condução de atividades de campo e participação social nas UCs. Todas as contratações são analisadas em fluxo pelas instâncias envolvidas no Programa, de acordo com regramento estabelecido em seu Manual Operacional. A UCP avalia a aderência do planejamento de cada UC às metas e objetivos do Programa, e o FUNBIO em última instância de aprovação faz uma avaliação criteriosa das atividades e insumos a serem contratados, visando a checagem de enquadramento nas premissas de salvaguardas e elegibilidade de apoio do Programa. Os contratos derivados dos requerimentos do Programa são estabelecidos com base em normas e cláusulas de segurança operacionalizadas pelo FUNBIO, que visam evitar impactos adversos descritos pelas políticas de salvaguarda. Além disso, durante as oficinas de planejamento para o biênio 2024/2025, foram realizadas apresentações sobre as salvaguardas do Programa bem como um reforço nas orientações para atendimento delas. Também foi aplicada uma lista de verificação em todas as UCs do Programa, como estratégia para monitoramento ativo das salvaguardas.

#### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

A CI-Brasil, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Banco Mundial vêm aperfeiçoando o processo de monitoramento de salvaguardas socioambientais do Projeto ASL. Atualmente, o processo de monitoramento envolve o acompanhamento na elaboração dos termos de referência e especificações técnicas, o preenchimento da lista de verificação, avaliação da localização geográfica onde as atividades em andamento e em execução estão inseridas, a fim de identificar terras indígenas e áreas quilombolas na área de entorno ou sobrepostas. Bem como, a proposição de ações de controle e medidas que evitem ou minimizem os potenciais impactos negativos, em consonância com as políticas de salvaguardas socioambientais do projeto.

No segundo semestre de 2023, a maior parte das atividades dos Componentes 2, 3 e 4 envolveram o planejamento e implementação de Sistemas Agroflorestais, restauração florestal, elaboração de estudos, planos de manejo, planos de gestão e uso público de unidades de conservação e ações para desenvolvimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Os maiores pontos de atenção em relação as salvaguardas foram que algumas das localidades previstas nestas atividades se encontravam em áreas limítrofes ou sobrepostas a terras indígenas. No total, 11 atividades estavam situadas na região do entorno ou com sobreposições a terras indígenas. Outro ponto

relevante foi sobre a questão do manejo de pragas em atividades de restauração florestal e implementação de sistemas agroflorestais. Como pode ser observado no Quadro 9 a seguir.

Nos casos de atividades a serem realizadas em áreas limítrofes ou sobrepostas a terras indígenas, foram apresentadas às unidades operativas e empresas e/ou consultorias contratadas, as medidas de prevenção do plano de ações de monitoramento de salvaguardas (Quadro 9), além dos documentos orientadores, a exemplo do Marco de Gestão Socioambiental e o Marco de Povos Indígenas, para serem incorporados aos respectivos termos de referência e planos de trabalho.

Quando detectado o uso de recursos por populações indígenas nas áreas destinadas a restauração florestal ou implantação de Sistemas Agroflorestais, foi recomendada a realização de consulta livre, prévia e informada conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, e a elaboração de planos de ação conforme o Marco de Povos Indígenas. E nos casos em que as atividades eram previstas em Unidades de Conservação, sugeriu-se a inclusão dos representantes dos povos indígenas nos respectivos conselhos gestores das UCs.

Em relação aos casos de controle e manejo de pragas, foram solicitados os respectivos planos de uso para utilização de herbicidas e agrotóxicos ou para uso de inseticidas e fertilizantes biológicos.

**Quadro 9 – Atividades do Projeto ASL e pontos de atenção monitoramento de salvaguardas**

ATIVIDADE	TIPO DE ATIVIDADE	PONTO DE ATENÇÃO PARA MONITORAMENTO	DETALHAMENTO DO PONTO DE ATENÇÃO
Elaborar projeto de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Alto Juruá a partir de planejamento participativo, implementar SAF em 140 ha, realizar capacitações para comunitários e prover assistência técnica.	Assistência técnica Plantio	UC Limítrofe e sobreposta a terra indígena  Uso de substâncias para controle de pragas	A UC é limítrofe às terras indígenas Jaminawa Arara do Rio Bagé, Kaxinawá do Rio Jordão, Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e com porção sobreposta às terras indígenas Arara do Rio Amônia e Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu  Atividades de plantio prevê a utilização de herbicidas para controle de pragas
Elaborar projeto de SAF para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Chico Mendes a partir de planejamento participativo, implementar SAF em 102 ha, realizar capacitações para comunitários e prover assistência técnica.	Assistência técnica Plantio	UC Limítrofe à terra indígena Uso de substâncias para controle de pragas	Localização limítrofe a terra indígena Cabeceira do Rio Acre  Atividades de plantio prevê a utilização de herbicidas para controle de pragas
Recuperar 80 ha de áreas alteradas na Flona Bom Futuro	Assistência técnica Plantio	UC Limítrofe à terra indígena Uso de substâncias para controle de pragas	Localização limítrofe a terra indígena Karitiana

Elaborar plano de manejo da APA Tapajós	Plano	UC Limítrofe à terra indígena	Localização limítrofe a terra indígena Munduruku
Elaborar plano de manejo da Resex Alto Juruá	Plano	UC limítrofe e sobreposta à terra indígena	A UC é limítrofe às terras indígenas Jaminawa Arara do Rio Bagé, Kaxinawá do Rio Jordão, Kampa do Rio Amônia e Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e com porção sobreposta às terras indígenas Arara do Rio Amônia e Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu
Construir nove acordos de pesca	Acordos e regramento	UC Limítrofe à terra indígena	Localização limítrofe à terra indígena Jurubaxi-téa (não homologada)
Elaborar o plano de gestão da APA Triunfo do Xingu e Flota do Iriri (realizar estudos socioeconômico, ambiental e fundiário e consolidação do plano)	Plano	UC Limítrofe à terra indígena	Localização limítrofe às terras indígenas: APA Triunfo do Xingu limítrofe à Kayapó Flota do Iriri limítrofe às terras Kuruáya e Baú
Realizar estudo fundiário em 5 glebas estaduais para subsidiar o edital de concessão florestal	Estudo/inventário	UC Limítrofe à terra indígena	Gleba São Pedro limítrofe à terra indígena Coata-Laranjal, Arary e Setemã Gleba Mundo Novo limítrofe à terra indígena Pinatuba Gleba Bom Futuro limítrofe às terras indígenas Rio Manicoré, Torá, Pirahã, Tenharim Marmelos (Gleba B) e Sepoti Gleba Céu Aberto limítrofe à terra indígena Trombetas/Mapuera Gleba Agromina limítrofe à terra indígena Cajuhiri Atravessado
Levantamento sobre cadeias produtivas e elaboração de planos de negócios para dois produtos da sociobiodiversidade do Complexo Estadual de Florestas do Rio Gregório CFERG	Estudo	UC Limítrofe à terra indígena	Localização limítrofe à terra indígena Rio Gregório
Elaborar e aprovar planos de uso público para as UCs com o recorte da conectividade entre as áreas	Plano	UC Limítrofe à terra indígena	Localização limítrofe da Arie Japiim Pentecoste à terra indígena Poyanáwa
Construir e implantar uma agroindústria de beneficiamento de castanha do Brasil de porte médio na Resex Rio Cautário para produção de 300 t/ano	Estudo/inventário	UC Limítrofe à terra indígena	Localização limítrofe às terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Rio Guaporé

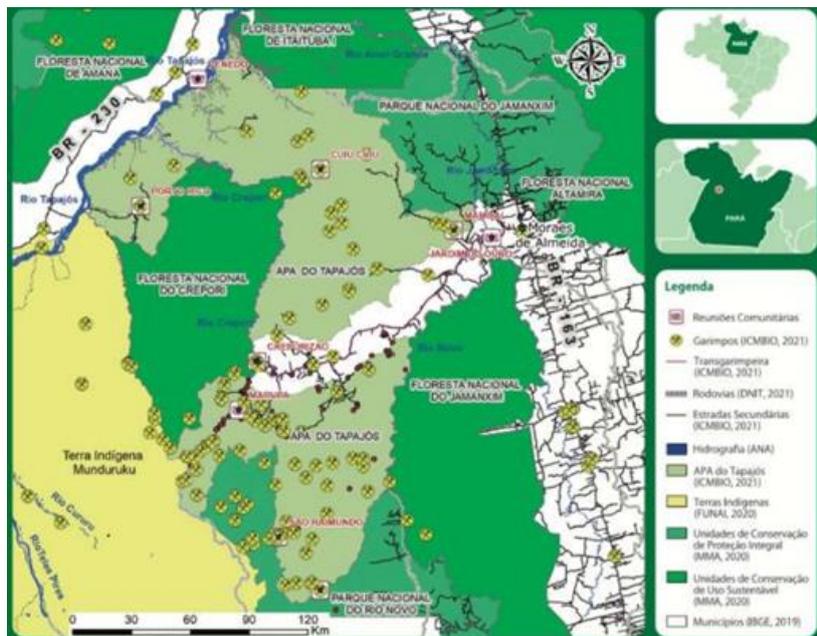
Fonte: CI Brasil

### Elaboração Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Tapajós

Durante a elaboração do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, a empresa contratada, Planejamento e Gestão Integrada Natureza e Sociedade (PINS), identificou que havia indícios de povos originários usando recursos na área da Unidade de Conservação. No entorno da APA do Tapajós está a Terra Indígena Munduruku, que também tem como vizinhos o Parque Nacional do Rio Novo e a Floresta Nacional do Crepori (PINS, 2023). O ICMBio, responsável pela supervisão técnica, comunicou a CI sobre a necessidade de realização de consultas a esses povos e representações para identificar quais áreas e recursos eram utilizados.

No período de 4 a 6 de julho de 2023, foi realizada a primeira reunião de consulta do uso dos recursos e territórios das UCs do ICMBio pelos Munduruku, na Aldeia Boca do Rio das Tropas, na Terra Indígena Munduruku, município de Jacareacanga, com cerca de 176<sup>12</sup> participantes, como pode ser observado no *Produto - Reunião Preparatória para elaboração do Plano de Manejo da APA do Tapajós, Aldeia Boca do rio das Tropas, Terra Indígena Munduruku, Jacareacanga/PA*, e na figura abaixo (PINS, 2023).

**Figura 31 - Localização da APA do Tapajós e TI Munduruku**



Fonte: CI Brasil

A reunião com os Munduruku teve por objetivo levantar informações para integrá-los à gestão das Unidades de Conservação APA do Tapajós e Parna do Rio Novo, através do etnomapeamento e etnozoneamento do uso de recursos e áreas, nas Unidades de Conservação pelos Munduruku. Bem como o cadastramento dos

<sup>12</sup> Valor em validação, ainda não computado no indicador 4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto.

conselheiros titulares e suplentes nos conselhos gestores das UCs, esclarecimento de dúvidas e acolhimento das demandas dos Munduruku (PINS, 2023).

**Figura 32-** Foto oficial dos participantes da reunião preparatória do Plano de Manejo da APA do Tapajós e do Parna do Rio Novo, na aldeia Boca do Rio das Tropas, na TI Munduruku



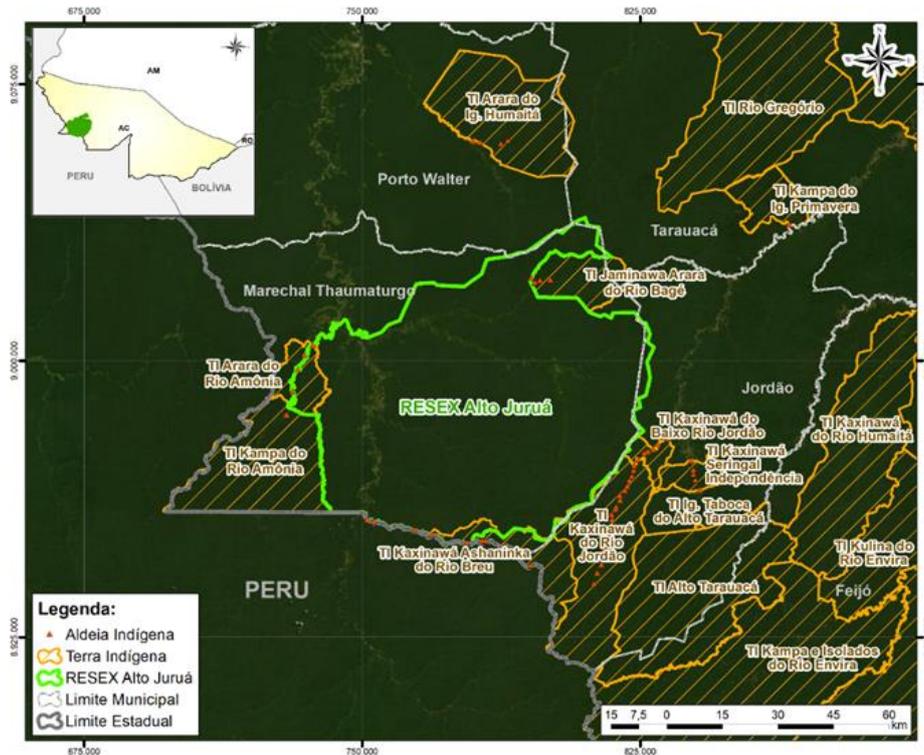
Fonte: PINS, 2023

### Elaboração Plano de manejo da Resex Alto Juruá

Em 2023, foi lançado o Termo de Referência (TdR) visando a realização de estudos para elaboração do plano de manejo da Reserva Extrativista do Alto Juruá, em Marechal Thaumaturgo, estado do Acre, e foi contratada a empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda.

A Resex do Alto Juruá é uma Unidade de Conservação federal localizada no extremo oeste do estado do Acre, no município de Marechal Thaumaturgo. Possui uma área aproximada de 537.946 ha e faz fronteira ao sul com o Peru e TI Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu, a oeste com a TI Kampa do Rio Amônia e TI Arara do Rio Amônia, a nordeste com a TI Jaminawa Arara do Rio Bagé, e a sudeste com as TI Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Kaxinawá do Rio Jordão.

**Figura 33 - Mapa das Terras Indígenas no Entorno da Resex do Alto Juruá**



Fonte: STCP, 2024 apud FUNAI (2023)

A Resex Alto do Juruá tem sobreposição com áreas demarcadas do grupo indígena Arara do Rio Amônia e é de conhecimento do órgão gestor, ICMBio, a demanda pelo reconhecimento étnico e territorial dos residentes da Comunidade Restauração do Rio Tejo, que se identificam como povo Kuntanawa. Entretanto, não há registros de conflitos no âmbito de gestão dessas áreas protegidas devido a sobreposição, inclusive, representantes destas etnias são membros do Conselho Deliberativo da Unidade (STCP, 2024).

O processo de elaboração e revisão do Plano de Manejo é norteado pela Instrução Normativa ICMBio nº07/2017, que pressupõe o envolvimento da sociedade beneficiária da Unidade de Conservação na elaboração do plano. Especialmente em Resex, onde os principais beneficiários são as populações tradicionais residentes, é indicada a realização de reuniões prévias comunitárias e setoriais para discussão dos principais aspectos relacionados aos usos dos recursos naturais e conflitos existentes e potenciais, decorrentes desses usos.

Segundo Relatório das Oficinas Comunitárias Prévias (Etapa Preparatória) do Plano de Manejo da Resex do Alto Juruá, durante as atividades preparatórias para mobilização, engajamento e participação nas oficinas, foram convidados representantes das Terras Indígenas informando sobre a importância da participação de seus povos no contexto da Resex, e consultados se existiria alguma exigência específica em termos de “consulta e consentimento” dos povos indígenas (STCP, 2024).

No período de 7 a 16 de novembro foram realizadas cinco oficinas preparatórias em cinco comunidades diferentes, abrangendo pontos estratégicos onde se concentram a maior quantidade de famílias que vivem na Resex do Alto Juruá. As comunidades forneceram informações importantes para o mapeamento e conflitos de uso, plano de utilização (acordo de gestão) e puderem contribuir para a elaboração participativa do plano de manejo da Resex.

Durante as oficinas foi abordado o sobre o Mecanismo de Sugestões e Queixas (MSQ) do Projeto ASL Brasil, explicando sobre a importância do mecanismo, divulgando os canais de comunicação existentes e, após as explicações, foram pendurados os cards do MSQ na entrada das salas (STCP, 2024).

**Figura 34 - Apresentação do Canal de Comunicação e Sugestão de Queixas do ASL**



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2023)

### **Elaboração do Projeto de Sistemas Agroflorestais para recuperação de áreas alteradas e/ou degradadas na Resex Chico Mendes**

No segundo semestre de 2023 foram entregues o *Produto 4 - Versão final do projeto de implantação participativa de 102 hectares de SAF na Resex Chico Mendes* e o *Produto 5 - Relatório parcial de acompanhamento da etapa/lote 1*, conforme a especificação técnica para construção e implantação participativa de 102 ha de Sistemas Agroflorestais, envolvendo mais de 80 famílias beneficiárias. Além de atividades de capacitação, assistência técnica e extensão rural e do georreferenciamento das áreas de SAF implantadas. A Reserva Extrativista Chico Mendes, criada em 1990 pelo Decreto n.º 9.144 de 12/03/1990, possui uma área de 970.570 hectares e cerca de 46 seringais. A Resex fica localizada na região sudeste do estado do Acre, abrangendo parte dos territórios dos municípios de Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia, Sena Madureira, Assis Brasil e Capixaba, e faz divisa com o território indígena Cabeceira do Rio Acre.

Será agendada uma reunião para apresentação das diretrizes de salvaguardas socioambientais do projeto ASL ao ICMBio e à empresa contratada, SOS Amazônia, evidenciando a localização da terra indígena Cabeceira do Rio Acre, e será solicitado o plano de ações de salvaguardas. O ICMBio, órgão responsável pela gestão da Resex Chico Mendes, e a CI ficarão responsáveis pelo acompanhamento dos trabalhos para garantir o cumprimento do estabelecido na especificação técnica e a conformidade com as diretrizes das salvaguardas.

A produção de mudas se dará em viveiros comunitários, construídos em locais estratégicos dentro da UC, com envolvimento da comunidade. As sementes florestais e frutíferas serão coletadas em parceria com as famílias, dentro do território da UC (SOS Amazônia, 2024).

Para a preparação do solo será utilizada a adubação verde utilizando-se de espécies leguminosas. A adubação verde é uma técnica agroecológica que diminui a compactação do solo e melhora a sua estrutura e fertilidade, através da interação entre as bactérias e fungos com as raízes das leguminosas. Também serão utilizados inseticidas e biofertilizantes naturais para controle e manejo de pragas (SOS Amazônia, 2024).

### **Recuperação florestal com espécies nativas de 80 (oitenta) hectares de áreas alteradas na Floresta Nacional do Bom Futuro, Porto Velho – RO**

A Floresta Nacional do Bom Futuro é uma Unidade de Conservação federal localizada na Amazônia, na região noroeste do estado de Rondônia, abrangendo o município de Porto Velho. Criada através do Decreto nº 96.188 de 21/06/1988, possui atualmente uma área de 100.075,13 ha. O objetivo dessa categoria de UC é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Lei. 9.985/2000).

Nos meses de março a julho de 2023, foram realizados os serviços de manutenção e monitoramento para a recuperação florestal com espécies nativas de 80 (oitenta) hectares de áreas alteradas na Floresta Nacional do Bom Futuro.

Segundo o *Produto 6 – Manutenção e Monitoramento*, houve a verificação para o controle de formigas cortadeiras, no entanto, foi relatado que não teve ocorrência significativa de formigas que pudessem afetar o plantio. Logo, sem a necessidade de medidas de intervenção e controle.

Para o controle de plantas invasoras, especialmente as gramíneas exóticas, seguindo as diretrizes da Instrução Normativa Nº 6, de 25 de Julho de 2019, “*que divulga os ingredientes ativos e as especificações técnicas a serem observadas para fins de registro emergencial de produtos herbicidas destinados ao controle de determinadas espécies exóticas invasoras, para fins de recuperação de áreas legalmente protegidas*”, e do Guia de Controle de Espécies Exóticas Invasoras do ICMBio, foi utilizado o herbicida, Roundup Original – Monsanto, ingrediente ativo: glifosato, com modo de ação seletivo condicional, sistêmico, na dosagem de

200ml/20L (20 litros equivalem a uma bomba costal) junto ao adjuvante Cowboy - Oro Agri, na dosagem 150ml/20L. Esse adjuvante surfactante facilita a absorção do herbicida pelas plantas (ECOPORÉ, 2023).

### **Estudo de viabilidade econômica da cadeia da castanha na região da Resex Rio Cautário, em Costa Marques e região, Rondônia**

A Resex Estadual do Rio Cautário, criada pelo Decreto Estadual nº 7.028 de 08 de agosto de 1995, possui uma área aproximada de 146.000 hectares e tem seu território situado nos municípios de Costa Marques e de Guajará-Mirim, com aproximadamente 100 famílias ali vivendo. Na região da Resex estão situadas as comunidades indígenas do Rio Guaporé e Uru-Eu-Wau-Wau.

A Resex sobrepõe sua área à Terra Indígena Rio Guaporé (TIRG), em 2,32%. A TIRG está homologada e possui uma área de 116.346,41 ha. Localizada no município de Guajará-Mirim, possui uma população de 669 pessoas distribuídas em cinco aldeias: Baía da Coca, Baía das Onças, Baía Rica, Ricardo Franco e Urussari (Diagnóstico etnoambiental participativo – ECAM, 2019).

Para dar oportunidade de participação dos povos no processo de consulta e levantamento de dados e informações na TI, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM enviou ofício à FUNAI, no dia 19/10/2023, consultando sobre a possibilidade de reunião com estes povos. Em resposta, a FUNAI informou, por meio de ofício, que havia a presença confirmada de indígenas isolados na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, população indígena isolada de tamanho expressivo, cuja língua ainda é desconhecida, em ambos os lados do rio Cautário e em seus afluentes.

Diante disso, será realizada uma reunião com a empresa contratada e a SEDAM para avaliar a continuidade desta atividade, pois o Marco de Políticas com Povos Indígenas do projeto ASL recomenda a suspensão das atividades nestes casos.

## **Fase 2**

### **Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)**

A necessidade de aplicação das políticas de salvaguardas socioambientais para todas as atividades da FASE 2 do ASL faz parte do processo de identificação e prevenção de possíveis danos sociais e ambientais. Isso permite determinar a extensão e a natureza dos impactos potenciais do projeto, bem como adotar medidas preventivas e de mitigação aos impactos negativos, além de medidas de incremento dos efeitos positivos, por meio da aplicação e avaliação dessas salvaguardas.

Essas diretrizes têm como objetivo potencializar os impactos positivos, reduzir os impactos negativos e antecipar riscos, estabelecendo medidas para prevenir, minimizar ou lidar com impactos adversos associados às atividades do projeto implementado.

Nas atividades previstas e realizadas no período de julho a dezembro de 2023, no âmbito da FASE 2 do ASL, somente houve necessidade de aplicação da Lista de Verificação de acionamento de salvaguardas socioambientais, por apresentar risco tendo em vista envolver o uso sustentável de recursos naturais e manejo de fauna.

A aplicação da Lista de Verificação serviu como filtragem para as atividades do projeto de monitoramento de quelônios, desenvolvido nas Unidades de Conservação RDS Uacari e Resex Médio Juruá, no município de Carauari, estado do Amazonas, e para verificar qual salvaguarda foi acionada. Para as atividades propostas, não foram identificados potenciais impactos que necessitassem de elaboração de propostas de medidas de prevenção ou mitigação de impactos negativos, bem como a necessidade de elaboração de um plano de gestão.

Nas demais atividades realizadas, o monitoramento da salvaguarda de Gênero e Desenvolvimento (OP/BP 4.20) foi devidamente aplicado, por meio de verificação na lista de convidados e aplicação de lista de presença, a fim de evitar qualquer discriminação de gênero na concepção e na implementação da atividade. Não foi identificado nenhum outro ponto de atenção no que diz respeito às demais salvaguardas, uma vez que atividades como expedição científica, oficinas, workshop não geram impactos socioambientais negativos. Mas, considerando as premissas de salvaguardas do Programa ASL, para todas as contratações e insumos necessários para a execução das atividades previstas, é feita uma avaliação e checagem do cumprimento dessas premissas.

Durante a execução das atividades ou até o presente relatório, não foram registradas ocorrências associadas às salvaguardas socioambientais do projeto, com potencial impacto negativo.

## 9. Lições Aprendidas

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

As visitas técnicas, com participação da Unidade de Coordenação do Programa ARPA e do FUNBIO, junto aos órgãos gestores e às UCs, têm se mostrado uma estratégia efetiva de aproximação das instâncias, identificação das principais dificuldades e, sobretudo, desenvolvimento de soluções compartilhadas e consensuadas. Essa estratégia foi implementada anteriormente no âmbito do Programa e replicada no período abrangido por este relatório.

A realização de treinamentos e capacitações junto aos gestores do Programa ARPA trazem oportunidades para um melhor entendimento das ferramentas de execução, contribuindo para uma ação mais eficiente dos recursos e para o alcance das metas de consolidação de cada UC.

A manutenção e o fortalecimento das instâncias de governança é chave para o alcance dos objetivos do Programa.

A adoção de uma comunicação mais fluida, que incluía a tomada de decisões a partir de discussões mais participativas envolvendo todas as partes interessadas, tem se mostrado necessária para aprimorar os mecanismos de operacionalização e a interlocução entre os atores, visando potencializar o desempenho do Programa ARPA.

#### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

Conforme citado no relatório anterior, percebe-se que a participação da liderança do ICMBio e do corpo técnico no projeto tem se fortalecido, em especial, quando a maior concentração de área a ser restaurada atende Unidades de Conservação Federais. O ICMBio possui capacidade de mobilização dos gestores e fornecimento de dados relevantes sobre o potencial de áreas para restauração, dentro do prazo para o alcance das metas. Isso se fez possível pelo papel estratégico do GT Restauração, liderado pelo MMA, na identificação das oportunidades de restauração.

Neste período, as mudanças de governo e a retomada institucional e política demandaram um reforço no diálogo entre partícipes do projeto, a fim de minimizar o impacto das mudanças e novas orientações institucionais, evitando assim obstáculos para prosseguimento das ações dos projetos. Um exemplo disso foi a necessidade de obter aval para a prorrogação do prazo, dada a urgência decorrente das análises já realizadas e suas recomendações.

## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

Para garantir o sucesso de um projeto, diversos aspectos devem ser considerados. Primeiramente, é fundamental proporcionar uma capacitação adequada para todos os envolvidos, preparando-os para as demandas e desafios que surgirão ao longo do processo. Além disso, é necessário reservar tempo suficiente para um planejamento participativo, onde os componentes do projeto sejam detalhadamente delineados, levando em conta os requisitos específicos e as metas a serem alcançadas. As atividades devem estar intimamente vinculadas aos indicadores estabelecidos, permitindo uma avaliação precisa do progresso e dos resultados obtidos. Uma imersão completa nas metas do projeto é essencial para garantir que todos os participantes compartilhem da mesma visão e estejam alinhados com os objetivos traçados, promovendo assim uma maior eficiência e eficácia na execução das ações planejadas.

## 10. Próximos Passos

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

- Executar mais de R\$ 80 milhões, conforme Planos Operativos 24/25 do Programa ARPA;
- Realizar reuniões e oficinas com órgãos gestores para alavancagem da consolidação das UCs, priorizando órgãos com maiores dificuldades;
- Acompanhar proposta submetida ao Fundo Amazônia/BNDES, em atendimento à 3ª condição de desembolso do GEF-Paisagens para o Componente 1 (Fundo de Transição do Programa ARPA);
- Avaliar proposta de revisão do Plano de Consolidação para as UCs;
- Retomar planejamento e implementação de ações de comunicação;
- Iniciar discussões sobre a incorporação do apoio a emergências ambientais e climáticas, derivadas de eventos climáticos adversos ao Programa; e
- Realizar reuniões das instâncias de governança do Programa, incluindo o Comitê do Fundo de Transição (CFT), Comitê do Programa (CP), Fórum Técnico e Comissão de Gestores (10 reuniões previstas).

#### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

- Elaborar o aditivo de prazo dos ACT firmados;
- Realizar reuniões trimestrais para gestão, controle e monitoramento do plano vigente;
- Realizar uma oficina sobre indicadores, com o objetivo de visitar os requisitos e critérios para o seu cumprimento; renegociar com o Banco a descrição/monitoramento do indicador de restauração como um único indicador, sem separação de RNA e RA; refletir com o Banco possíveis adições para alcance dos indicadores, como por exemplo: viveiro e impacto; postos de trabalho gerados; concessões e impactos futuros e outros;
- Apoiar o MMA na intensificação e sensibilização sobre a ferramenta do MSQ;
- Implementar o plano de comunicação para disseminar as experiências do projeto;
- Contratar um consultor para sistematizar e realizar o impacto gerado pelo projeto e lições aprendidas;
- Construir novas alianças, gerando oportunidades de continuidade do legado do projeto;
- Implementar o *Monday* para gestão do projeto pelas Unidades Operativas e Ministério do Meio Ambiente.

### Fase 2

#### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

- Planejar a execução do POA 2 aprovado;
- Executar o Plano Operativo Anual (POA), envolvendo todas as Unidades Operativas (UOs);
- Elaborar oficinas com ações relacionadas aos IMAs, consideradas essenciais para o planejamento e alcance as metas do projeto;
- Concluir a celebração de novos Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) no início do primeiro semestre de 2024, visando intensificar a execução do POA 2;
- Implementar o "go live" do *website* consolidado e incorporar a ferramenta do formulário MSQ, desenvolvido via *Kobotoolbox* para o ASL;
- Aprimorar a coleta de requisitos na elaboração do Plano Operativo junto às UOs, na construção das demandas e digitalizando a planilha do POA; e
- Sistematizar e registrar lições aprendidas com o aumento da execução.

## 11. Comunicação

### Fase 1

#### Componente 1 (FUNBIO)

Nas reuniões do Comitê do Fundo de Transição (CFT), ao longo do 2º semestre de 2023, foi discutida a recomposição do Grupo de Trabalho de Comunicação do Programa ARPA, visando ampliar sua divulgação e visibilidade para o público em geral, especialmente como iniciativa de referência para a proteção de florestas, bem como para maior disseminação de sua estratégia de implementação, resultados e impactos.

Foi também amplamente divulgado por redes sociais e canais de televisão o apoio realizado pelo Programa durante a situação de emergência decorrente da seca histórica na região Amazônica. Foram distribuídas pelo ARPA 4.700 cestas básicas e kits de higiene (113 toneladas), em 291 comunidades impactadas pela seca no Amazonas, beneficiando 4.715 famílias ao longo de 7 UCs apoiadas pelo Programa.

A partir de 2024 será retomada a comunicação por meio de newsletter mensal, bem como será continuada a divulgação de ações por meio de redes sociais.

#### Componentes 2, 3 e 4 (CI-Brasil)

- **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO**

Durante o início do segundo semestre de 2023, a Comunicação da CI-Brasil focou em realizar uma proposta de Planejamento de Comunicação para o projeto. A proposta inicial foi composta por um [Planejamento Estratégico ASL Brasil \(fase 1\)](#) e um [Plano de Ações](#) para a Execução e Monitoramento das ações do Planejamento Estratégico. A proposta foi enviada ao BM e MMA no início de setembro.

As linhas de atuação do planejamento da fase 1, componentes 2, 3 e 4, buscam divulgar as ações e resultados da fase 1 do ASL Brasil visando aumento da visibilidade do projeto, seus temas prioritários, da Amazônia brasileira, além de engajar atores estratégicos dos âmbitos regional, federal, estadual e local, além de público externo sensível aos temas apoiados pelo projeto.

Após análise, o MMA está liderando o desenvolvimento de um Plano de Comunicação integrando as Fases 1 e 2 do projeto, com base no Plano enviado pela CI-Brasil. O Plano de Comunicação Integrada vem sendo construído de forma participativa, envolvendo as agências executoras e UOs, com a previsão de finalização para final de fevereiro 2024 e execução ao longo de 12 meses.

Com a contratação da pessoa responsável pela Comunicação Integrada do projeto ASL Brasil no final de outubro, visando alinhar Fase 1 e Fase 2 em um único planejamento, a comunicação da CI-Brasil participou de seis reuniões com a coordenadora Fabiana Mauro, ponto focal do MMA. As reuniões visaram alinhar a proposta de conteúdo e orçamento para um plano único de comunicação.

- **MATERIAIS DESENVOLVIDOS**

No campo de produção de conteúdo, a comunicação do projeto elaborou, em parceria com a SEMA-PA, um [Sumário Executivo](#) com os principais resultados das análises de CAR realizadas por meio do projeto no estado. A publicação também comporta entrevistas com os secretários dos municípios e do estado, impactados pelo projeto nas ações contratadas. Sua divulgação está prevista no Plano de Comunicação Integrada. O material foi elaborado de acordo com as experiências em dois municípios considerados desafiadores no quesito desmatamento. O intuito é que o material acrescente nas boas práticas para outros estados e municípios, sendo o CAR o passo 1 da regularização ambiental e restauração.

**Figura 35** - Capa da publicação “O CAR no Xingu”



A barra de logos foi novamente atualizada com a nova logomarca do Banco Mundial e compartilhada com os pontos focais do projeto ASL, conforme Figura 36.

**Figura 36** - Atualização da barra de logos do projeto ASL Brasil, em novembro de 2023, e e-mail de envio aos pontos focais com orientações de uso

De: Ana Navarrete

Enviado: quarta-feira, 15 de novembro de 2023 10:16

Para: mirnacanis@gmail.com <mirnacanis@gmail.com>; claudioufac@gmail.com <claudioufac@gmail.com>; Alex-Sandra Farias de Almeida <afariasdealmeida@gmail.com>; Eliene Cruz <elacruz@conservation.org>; asl.uo.am@gmail.com <asl.uo.am@gmail.com>; leonilsonsema@gmail.com <leonilsonsema@gmail.com>; carlos.ferreira@icmbio.gov.br <carlos.ferreira@icmbio.gov.br>; karine.silva@icmbio.gov.br <karine.silva@icmbio.gov.br>; maximira.costa@gmail.com <maximira.costa@gmail.com>; edinelsoncard@yahoo.com.br <edinelsoncard@yahoo.com.br>; dgmuc.secretaria@gmail.com <dgmuc.secretaria@gmail.com>; grx.ideflorbio@gmail.com <grx.ideflorbio@gmail.com>; geovani.sedam@gmail.com <geovani.sedam@gmail.com>; Ricardo Abreu <ricardo.sedam@gmail.com>; jose.chaves@mma.gov.br <jose.chaves@mma.gov.br>; luisa.rocha@mma.gov.br <luisa.rocha@mma.gov.br>

Cc: Michele Rocha <mrocha@conservation.org>; Suia.rocha@economia.gov.br <suia.rocha@economia.gov.br>; Fabiana Mauro <Fabiana.mauro1@gmail.com>; Camila Henrique Santana <chenriquesantana@worldbank.org>

Assunto: [ASL Brasil] Nova barra de logos

Prezados e prezadas,

O Banco Mundial modificou sua identidade visual. Nesse sentido, a barra de logos do projeto ASL precisou ser atualizada.

**PEDIDO:**

**Pedimos que A PARTIR DE HOJE todas as apresentações, documentos, TDR's, Et's, produtos de comunicação em andamento, rodapés de papel timbrado, contratos em fase de redação, etc., sejam editados com a nova barra de logos do projeto.**

Faço o lembrete que o uso do logo deve ser respeitado em totalidade, sem alterações em ordem ou conteúdo.

Sigo por aqui para maiores informações.

Abraços,

Ainda nos três primeiros meses do semestre, foi iniciado os preparativos para a Missão de Supervisão e Planejamento Operacional 2024. A Comunicação destinou esforços em preparar um guia e kits de campo para o encontro técnico realizado em Santarém, no Pará. O kit foi composto de: ecobag, garrafa térmica, caderno, 'sacochila', canetas, adesivos, camiseta ASL Brasil, bonés, pins, camisa de campo UV, kit regional contendo cumbuca ASL, doces típicos regionais do Pará, cartão de boas-vindas e do evento.

**Figura 37 - Capa do Guia produzido pela Comunicação para a Missão de Supervisão em Santarém / PA**



Abaixo, algumas das artes dos materiais pensados para a Missão de Supervisão:

Figura 38 - Artes dos materiais pensados para a Missão de Supervisão, em Santarém / PA





**Figura 39** - Imagem de participantes da equipe CI-Brasil com materiais do ASL Brasil, durante a Missão de Supervisão em Santarém / Pará



Fonte: CI Brasil

Durante o segundo semestre de 2023, foram publicadas cinco notícias de ações do projeto no site da CI-Brasil, sendo listado abaixo títulos, leads e link para texto integral:

- [ASL Brasil realiza Missão de Supervisão em Brasília](#)

*“Projeto executado pela CI-Brasil, FUNBIO e FGV avaliou atividades técnicas, administrativas e financeiras junto a apoiadores e parceiros*

*Nos dias de 30 e 31 de novembro, aconteceu em Brasília a primeira fase da Missão de Apoio à Implementação do Projeto ASL Brasil – Paisagens Sustentáveis da Amazonia. O encontro reuniu integrantes do Banco Mundial, MMA - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Conservação Internacional - CI-Brasil, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), ICMBio, pontos focais dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Pará”.*

- [CI-Brasil se reúne com parceiros para priorizar ações do Planejamento Operacional Anual do ASL Brasil](#)

*“Novo plano possui enfoque direcionado para a restauração em quatro estados amazônicos: Acre, Amazonas, Pará e Rondônia*

*A Amazônia é essencial para a vida no planeta e suas paisagens vem passando por mudanças que ameaçam seus ecossistemas. Para reverter esse cenário e contribuir com a conservação e restauração do bioma, durante os dias 31 de outubro e 01 de novembro, a equipe executora do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil, na sigla em inglês) priorizou, junto ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, as ações do Planejamento Operacional Anual (POA) do projeto, para 2024. O evento contou com a participação das instituições que executam o projeto no Brasil (FUNBIO, CI-Brasil e FGV), ICMBio, Serviço Florestal Brasileiro e os pontos focais nas unidades operativas dos estados: Acre, Amazonas, Pará e Rondônia.*

- [ASL Brasil visita áreas apoiadas pelo projeto no estado do Pará, em Missão de Supervisão](#)

*“Comitiva do projeto composta por CI-Brasil, MMA, FGV, FUNBIO e Banco Mundial visitou áreas de apoio junto a órgãos do governo do estado e parceiros*

*Visando a conservação, o uso sustentável e a restauração dos ecossistemas amazônicos, a CI-Brasil realizou, em parceria com o MMA, FUNBIO, FGV e Banco Mundial, a Missão de Apoio à Implementação do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia - ASL Brasil. O evento, que aconteceu entre os dias 7 e 9 de novembro em Santarém, no Pará, incluiu visitas de campo a comunidades apoiadas pelo projeto, bem como a parceiros, apoiadores e iniciativas do ASL Brasil, no estado.”*

- [ASL Brasil apoia mais de 10 acordos de pesca no estado do Amazonas](#)

*“Ações envolveram mais de 50 comunidades e 1300 famílias.*

*A pesca predatória e o descarte ilegal dos seus resíduos são ameaças que afetam a biodiversidade na Amazônia, impactando todo mundo. Mas existe uma solução para esse problema, apoiada pelo ASL Brasil, chamada Acordos de Pesca.”*

- [\[CI-Brasil na COP28\] Políticas Públicas Nacionais e Subnacionais: a Experiência do ASL Brasil](#)

*“Dubai, 1º de dezembro de 2023 - Nos primeiros dias da 28ª Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas - COP 28, que acontece em Dubai, as Soluções Baseadas na Natureza já ocuparam o centro das discussões promovidas pela Conservação Internacional (CI-Brasil).*

*O primeiro painel, ‘Políticas Públicas Nacionais e Subnacionais: a experiência do projeto ASL Brasil’, reuniu governadores dos estados da Amazônia, na sexta-feira (1º), para discutir sobre a importância de esforços coordenados para a implementação de políticas públicas ambientais nacionais e aquelas executadas pelos estados e municípios.*

*O projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, ASL na sigla em inglês, promove conectividade da paisagem, regularização ambiental, restauração, cadeias produtivas e bioeconomia. Ele é um exemplo de como ações de conservação, manejo e restauração podem andar juntas para promover resultados que impactam no clima e nas populações locais.”*

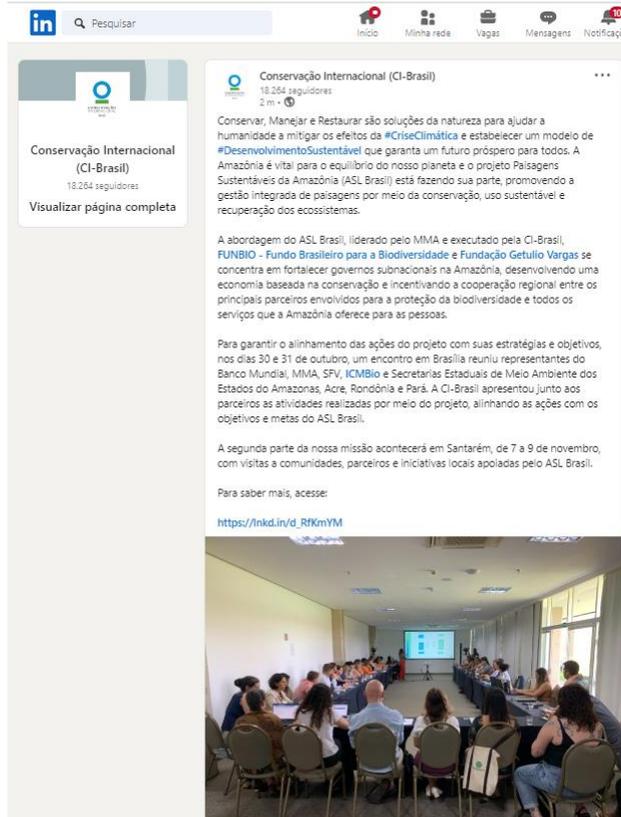
- **REDES SOCIAIS**

Nas redes sociais da CI-Brasil foram publicados quatro conteúdos sobre o ASL Brasil, durante o segundo semestre de 2023.

LinkedIn (links):

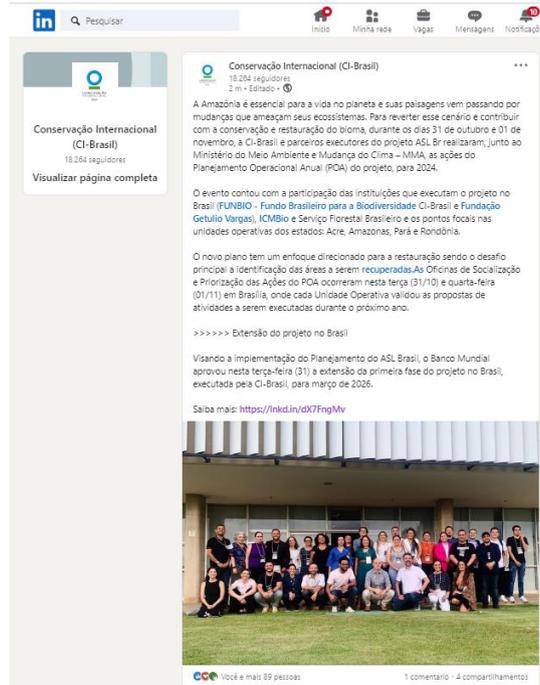
- [Sobre a Missão de Supervisão em Brasília](#)

**Figura 40** - Divulgação Missão de Supervisão em Brasília/DF, via LinkedIn



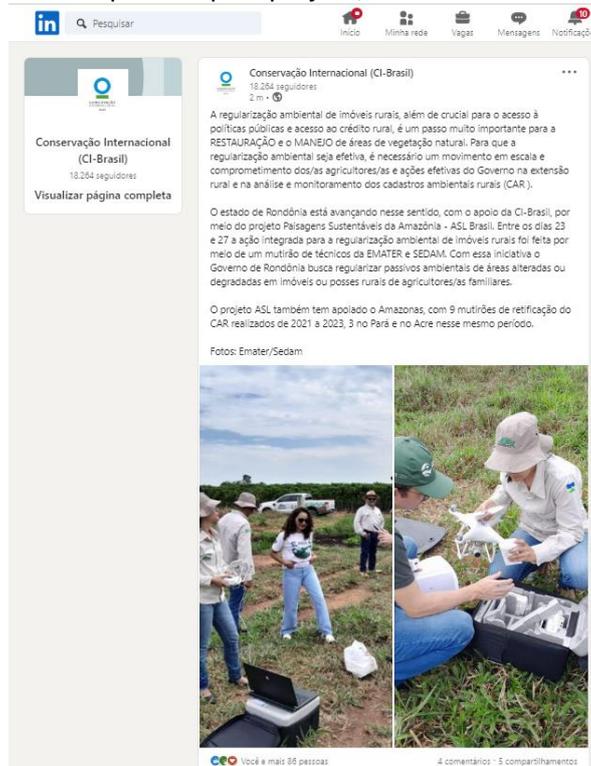
- [Sobre o POA 4](#)

Figura 41 - Divulgação da Oficina POA 4, em Brasília/DF, via LinkedIn



- [Sobre mutirões de regularização ambiental em estados apoiados pelo projeto](#)

**Figura 42 - Divulgação dos mutirões de regularização ambiental em estados apoiados pelo projeto, via LinkedIn**



Instagram (link):

- [Sobre os quelônios amazônicos e o apoio do ASL em sua conservação](#)

**Figura 43 - Divulgação sobre quelônios amazônicos e o apoio do ASL em sua conservação, via Instagram**



- [ASL REGIONAL](#)

A Comunicação ainda deu suporte na representação do ASL Brasil na Conferência Regional do ASL, no Peru, elaborando folders contendo as informações institucionais do projeto no Brasil. Além de fornecer insumos para o Boletim ASL Regional.

**Figura 44** - Imagem do Boletim ASL Regional com a nota sobre o ASL Brasil



- [Folder Inglês](#)

**Figura 45** - Capa do Folder ASL Brasil, em inglês



- [Folder em português](#)

Figura 46 - Capa do Folder ASL Brasil em português



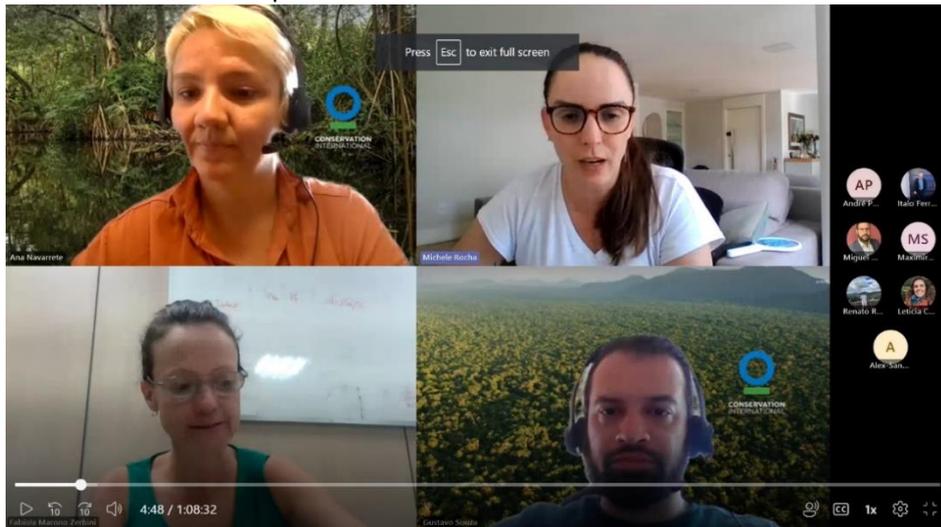
Figura 47 - Participação do ASL Brasil na Conferência Regional ASL, realizada no Peru



- COP28 E ASL BRASIL

Ao final do semestre, o projeto ASL participou da COP28. Foram enviados um ponto focal por estado e a Comunicação e Gestão da CI-Brasil garantiram uma representação qualificada do projeto. Como preparativo, realizamos um *webinar* de alinhamento ([vídeo completo aqui](#)) entre o MMA, os pontos focais dos estados e a CI-Brasil. O objetivo do *webinar* foi trazer uma sensibilização sobre o Acordo de Paris e o funcionamento da COP, suas potencialidades de articulação e financiamento.

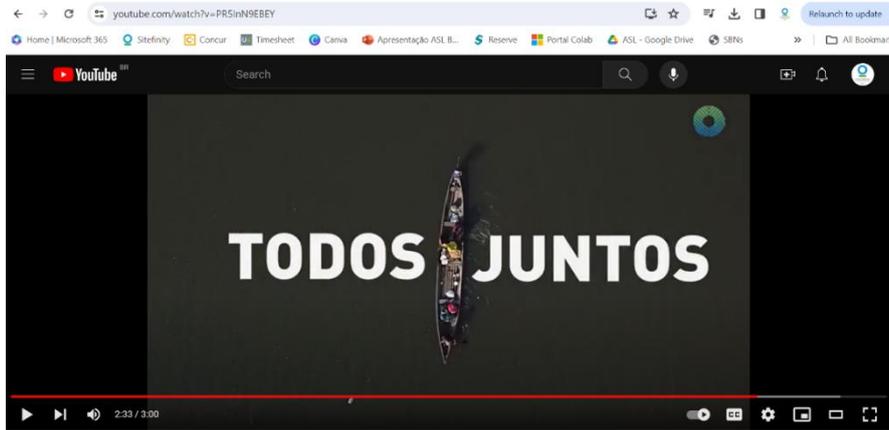
**Figura 48** - Foto do *Webinar* “ASL Brasil na COP28” com presença da CI-Brasil, representantes do MMA e dos estados



A comunicação esteve presente durante a COP28, apoiando o projeto e articulando os eventos. Dentre as principais ações, durante a COP28, destacam-se:

- 1 painel sobre o projeto realizado no dia 01 de dezembro ([cobertura nos destaques do Instagram da CI-Brasil](#)) ;
- 1 [vídeo](#) apresentado durante o painel do dia 01 de dezembro, contendo as metas e os principais resultados do projeto, até então divulgados;
- Notas no site: cobertura do evento ASL (*lead e link* no item de materiais produzidos);
- Entrega e disponibilização do pin do projeto no Pavilhão Brasil;
- 2 reuniões de alinhamento, tendo como principal encaminhamento o retorno do GT-Restauração; e
- Participação ativa dos pontos focais em painéis da CI-Brasil com outras agendas.

**Figura 49** - Imagem do vídeo ASL Brasil produzido para a COP28



**Figura 50** - Reuniões de alinhamento dos pontos focais durante a COP28 em Dubai, visando uma maior participação e engajamento no tema da restauração



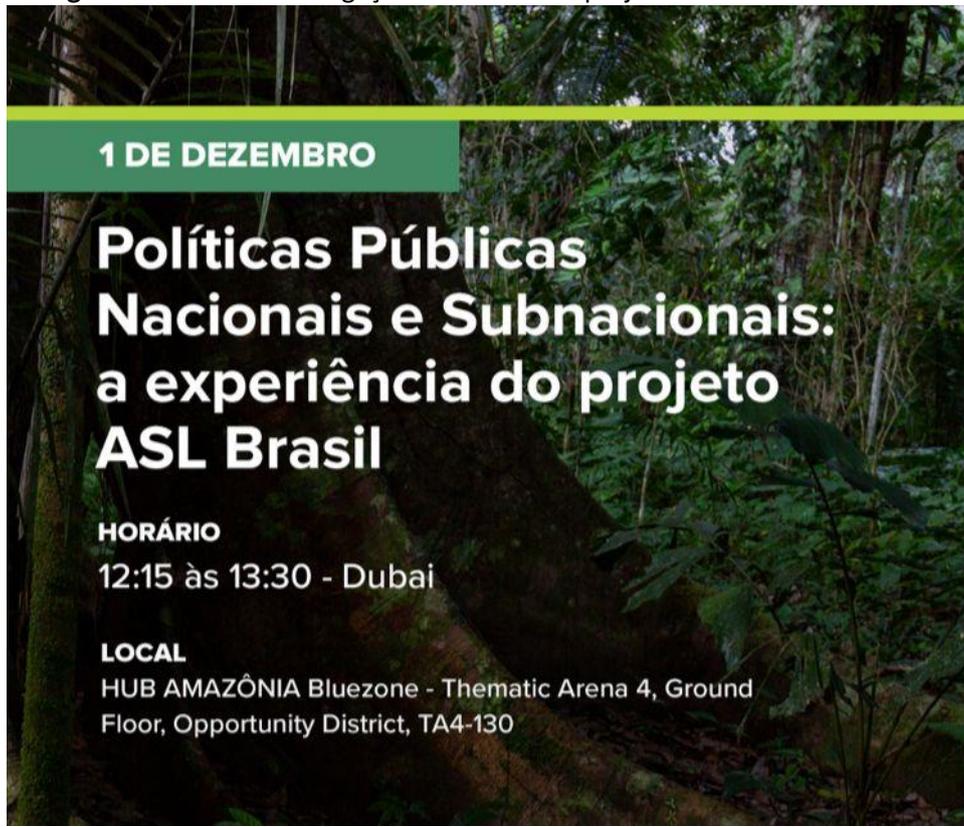
Autor:

**Figura 51** - Foto do painel ASL Brasil com participação remota do MMA (Carlos Eduardo Marinelli – Chefe de Gabinete da SBio), no hub do Consórcio da Amazônia Legal



Autor: Ana Navarrete – CI Brasil

Figura 52 - Card de divulgação do evento do projeto nas redes da CI-Brasil



- MECANISMO DE SUGESTÕES E QUEIXAS – MSQ

No que tange ao MSQ – Mecanismo de Sugestões e Críticas do Projeto, durante o segundo semestre de 2023, recebemos 4 notificações sendo elas: 2 elogios, 1 sugestão e uma denúncia.

Os dois elogios diziam respectivamente: **“Excelente”** e **“muito bom pois ajuda a levantar a natureza perdida”**. A sugestão enviada pedia **“mais suporte financeiro e apresentação de novas técnicas de manejo para que as populações mudem seus hábitos não sustentáveis em relação à floresta”**. O questionamento sobre o projeto apenas gostaria de saber como ele funciona. Todas as manifestações foram acolhidas e encaminhadas conforme procedimento de fluxo do MSQ.

Figura 53 - Imagens do *Kobotoolbox* mostrando as datas e as manifestações enviadas durante o segundo semestre, registradas no formulário

ONLY STAFF | Formulário Queixas e sugestões detalhado 9 submissions A

SUMMARY    FORM    DATA    SETTINGS

- ☰ Table
- 📊 Reports
- 🖼️ Gallery
- ⬇️ Downloads
- 📍 Map

hide fields 🔍 ⚙️

1 - 9 9 results	📅 Data da Manifestação	abc Nome do Reclamante	👤 Gênero do Reclamante	123 Idade do reclamante	📍 Localização de origem do objeto de...
<input type="checkbox"/>	<input type="text" value="Search"/>	<input type="text" value="Search"/>	<input type="text" value="Show All"/>	<input type="text" value="Search"/>	
<input type="checkbox"/>	2023-12-18	Savio Gomes	Masculino		
<input type="checkbox"/>	2023-08-28		Masculino		
<input type="checkbox"/>	2023-07-11	Marcela Palhet...	Feminino		
<input type="checkbox"/>	2023-07-10	Luane Savelari...	Feminino		
<input type="checkbox"/>	2023-06-29	Alcilene	Feminino		

Fonte: CI Brasil

No que tange à denúncia relatada, segue na página de anexos o protocolo completo da descrição e encaminhamento dado. No que tange aos fatos e devolutiva da CI-Brasil em relação ao ocorrido, segue abaixo um breve descritivo e procedimento de ação, realizado dentro do prazo estipulado, pelos fluxos do MSQ.

“Em 18/12/2023 o parceiro fornecedor Savio Gomes da Associação Pacto das Águas realizou contato telefônico com Coordenadora Técnica Regional Leuzabeth Silva e com a Gestão do Projeto da Unidade Executora, representada por Michele Mamede Rocha, no qual foi feito um relato oral sobre o comportamento inapropriado do colaborador da CI-Brasil. O incidente ocorreu durante uma visita ao escritório da CI-Brasil, localizado no endereço SCN, Q1, BL C, N. 85, Ed. Brasília Trade Center, SL 1105. Asa Norte, CEP 70.711-902. Brasília – DF Brasil, realizada em 18/12/2023, às 9h15, para a entrega de documentação relacionada ao processo licitatório referente ao Termo de Referência (TdR) Nº 444/FY23 - BR-CI-331316-CS-LCS. Após o contato telefônico, a gerente do projeto imediatamente encaminhou o relato ao Departamento de Recursos Humanos e à Vice-Presidência da Unidade Executora para as devidas providências. Este encaminhamento busca assegurar que o incidente seja avaliado e tratado de acordo com as políticas internas da organização assim como procedimentos específicos do Projeto.

A Unidade Executora do Projeto (CI-Brasil) encaminhou apuração dos fatos em conversas bilaterais com as partes envolvidas para compreensão do incidente. Após deliberações internas à luz das políticas e procedimentos pertinentes, a Unidade Executora do Projeto tomou a decisão de desligamento do colaborador em função da quebra de confiança gerada pelo incidente. O desligamento foi realizado em 22/12/2023.

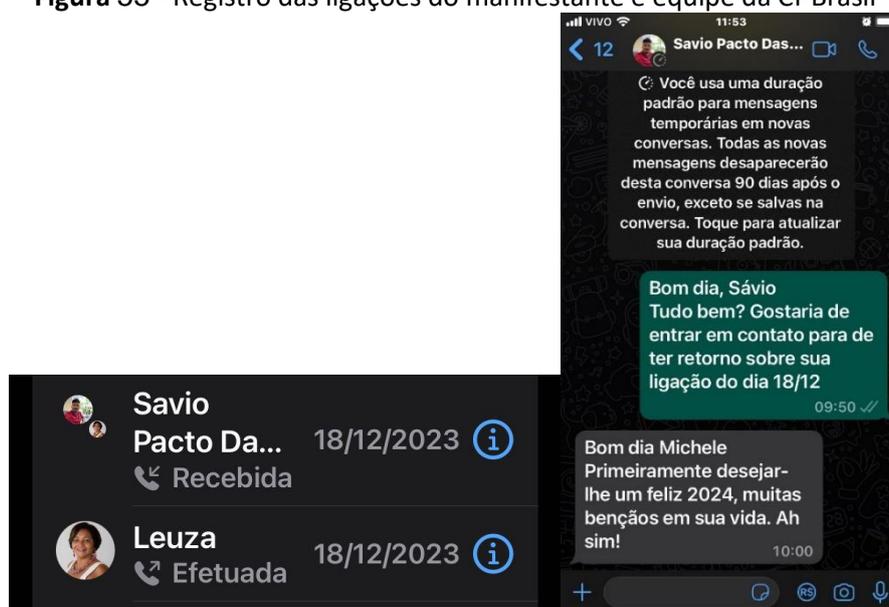
Após o recesso de final de ano, em 03/01/2023 às 10h00, foi realizado retorno telefônico para o autor da denúncia, Savio Gomes, informando que a Unidade Executora do Projeto (CI-Brasil), após avaliação e deliberação interna, realizou o desligamento do colaborador em função da quebra de confiança gerada pela conduta relatada assim como informado, ressaltando que o incidente e suas providências serão formalizados via Mecanismo de Sugestões e Críticas do Projeto.”

**Figura 54 - Imagem do *kobotoolbox* com a formalização do protocolo da denúncia**

Meio de Comunicação utilizado	Tipo de solicitação	Componente relacionado	Setor responsável	Classificação do registro
Relato Oral	Denúncia	Componente 2	Compras	Relevante
Whatsapp	Elogio	Componente 2	Nenhum setor esp...	Não relevante
Whatsapp	Sugestão	Componente 2	Coordenação do pr...	Não relevante
Whatsapp	Dúvida	Componente 2	Nenhum setor esp...	Não relevante
Whatsapp	Elogio	Componente 2	Nenhum setor esp...	Não relevante

Fonte: CI Brasil

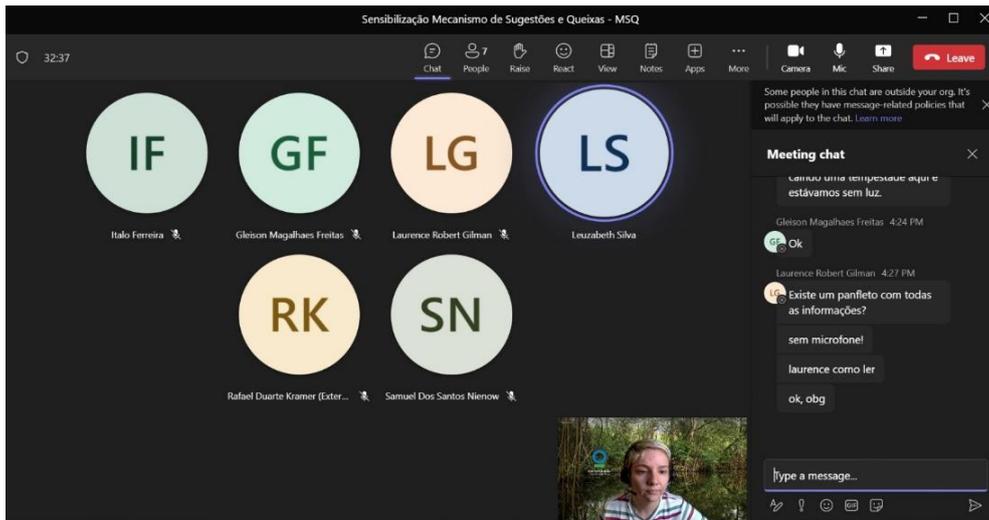
**Figura 55 - Registro das ligações do manifestante e equipe da CI-Brasil**



Fonte: CI Brasil

Ainda no que diz respeito ao MSQ, as sensibilizações continuaram a fazer parte da rotina da comunicação. Durante o segundo semestre de 2023, a comunicação realizou três sensibilizações do MSQ, sendo elas com parceiros de contratos nas Unidades Operativas e ICMBio.

**Figura 56 - Sensibilização do MSQ realizada em outubro de 2023, com pontos focais do ICMBio**



## Fase 2

### Componentes 1, 2, 3 e 4 (FGV)

Durante o 2º semestre de 2023, deu-se seguimento às atividades de construção no *website* da FGV, dedicado ao ASL 2.

No final do ano, o MMA comunicou que realizaria a integração de um especialista de comunicação para o Projeto do ASL. Por consequência, a FGV decidiu compartilhar os avanços da criação do seu *website* ASL 2 e colocar-se a disposição para receber comentários e realizar quaisquer ajustes necessários.

Dessa forma, assim que o ponto focal de comunicação do UCP/MMA entrou para a equipe, deu-se início a um diálogo construtivo. Em dezembro, foi realizada uma reunião sobre Comunicação do ASL, entre a FGV e o MMA, na qual as equipes foram apresentadas e discutiram-se os principais pontos de comunicação do projeto, em geral, e da Fase 2, em particular. A FGV colocou-se à disposição para trabalhar em conjunto com o MMA, e alinharam-se agendas de trabalho na área de comunicação. Além disso, a FGV fez a apresentação do seu *website* ASL 2 (ainda em homologação) e, no dia 20 de dezembro, recebeu os comentários do MMA. No início de 2024, está trabalhando junto a sua equipe de TI para realizar os ajustes necessários. A perspectiva é que até ao final de fevereiro de 2024 o novo *website* esteja pronto.

## 12. Anexos

**ANEXO A – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS ENTRE 2017 E 2023**

	Instrumento de criação	Ano de criação	Código CNUC	OG	Unidade de Conservação	Área (ha) conforme área de geoprocessamento do CNUC <sup>13</sup>
1	Decreto s/nº de 05/06/2017	2017	0000.00.3519	ICMBio	PN dos Campos Ferruginosos	78.869,33
2	Decreto nº 9.333 de 05/04/2018	2018	0000.00.3651	ICMBio	Resex de Itapetininga	16.293,89
3	Decreto nº 9.339 de 05/04/2018	2018	0000.00.3654	ICMBio	Resex de Arapiranga-Tromai	186.933,97
4	Decreto nº 9.340 de 05/04/2018	2018	0000.00.3653	ICMBio	Resex da Baía do Tubarão	223.922,86
5	Decreto nº 9401, de 05/06/2018	2018	0000.00.3693	ICMBio	Resex Baixo Rio Branco Jauaperi	580.621,06
6	Decreto nº 22.687 de 20/3/2018	2018	0000.11.4430	RO	RDS Serra Grande	23.186,16
7	Decreto nº 22.685 de 20/3/2018	2018	0000.11.4431	RO	RDS Rio Machado	9.204,52
8	Decreto nº 22.682 de 20/3/2018	2018	0000.11.4407	RO	ESEC Umirizal	57.539,96
9	Decreto nº 22.690 de 20/3/2018	2018	0000.11.4448	RO	ESEC Soldado da Borracha	179.081,08
10	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	0000.11.4426	RO	RDS Limoeiro	18.803,77
11	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	não cadastrada	RO	PE Abaitará	152,00
12	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	0000.11.4445	RO	PE Ilha das Flores	89.832,59
13	Lei Complementar nº 1.089, de 20/05/2021	2021	0000.11.4454	RO	RDS Bom jardim	1.679,63
14	Decreto nº 9638 de 26/12/2018	2018	0000.00.0233	ICMBio	Resex do Lago do Cuniã (ampliação)	18.809,00
15	Lei Estadual nº 1.704, de 15 de julho de 2022	2022	0000.14.4382	RR	Parque Estadual das Nascentes	323.056,40
16		2022	0000.14.4385	RR	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapará-Boiaçu	622.831,78
17		2022	0000.14.4397	RR	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campina	180.227,57
18		2022	0000.14.4398	RR	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Xeriuni	1.521.174,37

<sup>13</sup> Área ajustada, conforme área atualizada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC (acesso em 01/12/23). Considera a área calculada por geoprocessamento, conforme procedimento adotado pelo Departamento de Áreas Protegidas do MMA para análise de área das unidades de conservação brasileiras.

19	Decreto nº 11.551, de 5 de julho de 2023	2023	0000.00.0223	PA	Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso (ampliação)	1.832,00
20	Decreto nº 11.683, de 5 de setembro de 2023	2023	0000.00.0179	ICMBio	Parque Nacional do Viruá (ampliação)	66.065,00
21	Decreto nº 11.684, de 5 de setembro de 2023	2023	0000.00.0057	ICMBio	Estação Ecológica de Maracá (ampliação)	50.701,00
Total (considerando todas as UCs criadas)						4.250.817,94

**ANEXO B – INFORME FINANCEIRO DO 2º SEMESTRE DE 2023, ENVIADO AO BANCO MUNDIAL – Agência CI Brasil**

**1) Fontes e aplicações em conta e categoria**

	ACUMULADO GERAL DEZ 2022			TOTAL 2o. Semestre de 2023									Total Projeto Acumulado (2023 ANO)									ACUMULADO GERAL ATÉ DEZEMBRO 2023			
	EXECUTADO			PLANEIADO			EXECUTADO			VARIÇÃO % (2)			PLANEIADO			EXECUTADO			VARIÇÃO % (2)			EXECUTADO			
	CONTRAP.	BIRD	TOTAL	CONTRAP.	BIRO	TOTAL	CONTRAP.	BIRD	TOTAL	CONTRAP.	BIRD	TOTAL	CONTRAP.	BIRD	TOTAL	CONTRAP.	BIRO	TOTAL	CONT.	BIRD	TOTAL	CONTRAP.	BIRD	TOTAL	
<b>I. Fontes</b>																									
1. Saldo de abertura	-	-	-					7.199.387,58	7.199.387,58	0%	0%	0%					14.486.097,05	14.486.097,05	0%	0%	0%				
2. Conta designada	-	-	-					83.532,06	83.532,06	0%	0%	0%					1.502.067,03	1.502.067,03	0%	0%	0%				
3. Conta investimento	-	-	-					7.115.855,52	7.115.855,52	0%	0%	0%					12.984.030,02	12.984.030,02	0%	0%	0%				
4. Fontes (origens) dos fundos - rendimentos líquidos	-	1.653.076,59	1.653.076,59					423.547,20	423.547,20	0%	0%	0%					737.056,83	737.056,83	0%	0%	0%		2.390.133,42	2.390.133,42	
5. Contrapartida	676.136.239,13	-	676.136.239,13	76.783.072,00	-	76.783.072,00	101.120.274,98	-	101.120.274,98	32%	0%	32%	141.507.643,43	-	141.507.643,43	182.802.803,18	-	182.802.803,18	29%	0%	29%	945.985.517,00	-	945.985.517,00	
6. BIRD	-	42.971.421,81	42.971.421,81	-	10.700.000,00	10.700.000,00	-	11.163.239,89	11.163.239,89	0%	4%	4%	-	21.098.857,14	21.098.857,14	-	17.402.412,53	17.402.412,53	0%	-18%	-18%	-	60.373.834,34	60.373.834,34	
<b>TOTAL DISPONIVEL</b>	<b>676.136.239,13</b>	<b>44.624.498,40</b>	<b>720.760.737,53</b>	<b>76.783.072,00</b>	<b>10.700.000,00</b>	<b>87.483.072,00</b>	<b>101.120.274,98</b>	<b>18.786.174,67</b>	<b>119.906.449,65</b>	<b>32%</b>	<b>76%</b>	<b>107%</b>	<b>141.507.643,43</b>	<b>21.098.857,14</b>	<b>162.606.500,57</b>	<b>182.802.803,18</b>	<b>32.625.566,41</b>	<b>215.428.369,59</b>	<b>29%</b>	<b>55%</b>	<b>84%</b>	<b>945.985.517,00</b>	<b>62.763.967,76</b>	<b>1.008.749.484,76</b>	
<b>II. Aplicações por Categoria</b>																									
<b>Categoria das despesas</b>																									
(1) bens, obras, serviços e treinamento	-	21.766.532,94	21.766.532,94	-	6.500.000,00	6.500.000,00	-	5.447.875,34	5.447.875,34	0%	-16%	-16%	-	13.700.000,00	13.700.000,00	-	9.949.316,57	9.949.316,57	0%	-27%	-27%	-	31.715.849,51	31.715.849,51	
(2) custos operacionais dos componentes 2,3 e 4	-	8.064.799,92	8.064.799,92	-	3.000.000,00	3.000.000,00	-	3.311.970,59	3.311.970,59	0%	10%	10%	-	4.714.285,71	4.714.285,71	-	4.520.961,62	4.520.961,62	0%	-4%	-4%	-	12.585.761,54	12.585.761,54	
(3a) remuneração de pessoal técnico	-	3.944.554,02	3.944.554,02	-	400.000,00	400.000,00	-	371.206,61	371.206,61	0%	-7%	-7%	-	1.017.142,86	1.017.142,86	-	680.230,60	680.230,60	0%	-33%	-33%	-	4.624.784,62	4.624.784,62	
(3b) remuneração de pessoal adm (operacional)	-	3.561.902,04	3.561.902,04	-	800.000,00	800.000,00	-	729.178,00	729.178,00	0%	-9%	-9%	-	1.667.428,57	1.667.428,57	-	1.349.723,88	1.349.723,88	0%	-19%	-19%	-	4.911.625,92	4.911.625,92	
Contrapartida	676.136.239,13	-	676.136.239,13	76.783.072,00	-	76.783.072,00	101.120.274,98	-	101.120.274,98	32%	0%	32%	141.507.643,43	-	141.507.643,43	182.802.803,18	-	182.802.803,18	29%	0%	29%	945.985.517,00	-	945.985.517,00	
<b>TOTAL DE APLICAÇÕES</b>	<b>676.136.239,13</b>	<b>37.337.788,92</b>	<b>713.474.028,05</b>	<b>76.783.072,00</b>	<b>10.700.000,00</b>	<b>87.483.072,00</b>	<b>101.120.274,98</b>	<b>9.860.230,54</b>	<b>110.980.505,52</b>	<b>32%</b>	<b>-8%</b>	<b>24%</b>	<b>141.507.643,43</b>	<b>21.098.857,14</b>	<b>162.606.500,57</b>	<b>182.802.803,18</b>	<b>16.500.232,67</b>	<b>199.303.035,85</b>	<b>29%</b>	<b>-22%</b>	<b>7%</b>	<b>945.985.517,00</b>	<b>53.838.021,59</b>	<b>999.823.538,59</b>	
<b>SALDO FINAL NO PERÍODO</b>		<b>7.286.709,48</b>	<b>7.286.709,48</b>					<b>8.925.944,13</b>	<b>8.925.944,13</b>								<b>16.125.333,74</b>	<b>16.125.333,74</b>					<b>8.925.946,17</b>	<b>8.925.946,17</b>	
<b>SALDO DA CONTA DESIGNADA</b>		1.418.534,97						10.672,46																	10.672,46
<b>SALDO DA CONTA INVESTIMENTO</b>		5.868.174,50						8.915.271,68																	8.915.271,68
<b>NOTAS EXPLICATIVAS até 31/12/2023</b>		<b>R\$ 7.286.709,47</b>	saldo global					<b>R\$ 8.925.944,14</b>	diferença																<b>R\$ 8.925.944,14</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS até 31/12/2023**

**a) Aplicação financeira** - O valor de ganho de aplicação líquido é de R\$ 2.390.133,42 até dezembro, sendo:  
2023 - R\$ 737.056,83

**b) Contrapartida** - A contrapartida é registrada por semestre. Total acumulado até dezembro de 2023 é R\$ 945.985.517,00 - 103% atendimento ao planejado.  
Distribuição por ano: 2017 R\$ 69.557.371,20 / 2018 R\$ 70.525.739,65 / 2019 R\$ 91.841.596,22 / 2020 R\$ 244.081.240,92 / 2021 R\$ 169.413.549,45 / 2022 R\$ 117.763.216,39 / 2023 R\$ 182.802.803,20.

**c) Fonte BIRD acumulada** apresenta uma diferença da tabela reconciliação da conta designada em razão da soma dos recursos de adiantamento que a CI recebeu do BM, em conta própria fora da movimentação da conta designada, no valor de R\$ 398.659,71, sendo alocada das despesas nas categorias 2, 3a e 3b.

**d) Variações entre planejado e executado** ocorreram em razão do atraso na assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica renovados em 2023, que inviabilizou execução de custos operacionais por parte das entidades envolvidas, gerando suspensão nas execuções.

**e) Receita Devolução de Prestação de Contas de Viagem** - o valor de R\$ 3.357,96 relativo a crédito de prestação e adiantamento de viagem creditado em março 2023 foi indicado somente no IFR 2 semestre, em razão de atraso por parte dos beneficiários do envio dos documentos comprobatórios.

Elaborado por: Elisângela Santana Contadora e André Ler  
Revisado por: Michele Mamede Rocha - Gerente do Projeto  
Certificado por: Thiago Baiense - Gerente Senior de Planejamento  
Assinado por: Rodrigo Schoednaghner - Diretor de Operações

Signature: *Elisângela Santana*  
Email: esantana@conservation.org

Signature: *Michele Rocha*  
Michele Rocha (Fis 8, 2024 0026 CRT-3)  
Email: mrocha@conservation.org

Signature: *Thiago Baiense*  
Email: tbaiense@conservation.org

Signature: *Rodrigo Schoednaghner*  
Rodrigo Schoednaghner (Fis 8, 2024 0026 CRT-3)  
Email: rschoenacher@conservation.org

## 2) Aplicação em componente de atuação

COMPONENTE / SUBCOMPONENTE	ACUMULADO ATÉ 30/06/2023			EXECUÇÃO (julho a dezembro 2023)									ACUMULADO ATÉ 31/12/2023		
	EXECUTADO			PLANEADO			EXECUTADO			VARIÇÃO %			EXECUTADO		
	BIRD	CONTRAP.	TOTAL	BIRD	CONTRAPARTIDA	TOTAL	BIRD	CONTRAP.	TOTAL	BIRD	CONTRAP.	TOTAL	BIRD	CONTRAP.	TOTAL
Componente 2	17.821.422,29	0,00	17.821.422,29	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	4.139.515,08	0,00	4.139.515,08	-8%	0%	-8%	21.960.937,37	0,00	21.960.937,37
Componente 3	21.020.759,00	0,00	21.020.759,00	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	3.669.033,01	0,00	3.669.033,01	-8%	0%	-8%	24.689.792,01	0,00	24.689.792,01
Componente 4	5.135.609,78	0,00	5.135.609,78	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00	2.051.682,45	0,00	2.051.682,45	-7%	0%	-7%	7.187.292,23	0,00	7.187.292,23
Contrapartida	0,00	757.818.767,33	757.818.767,33	0,00	76.783.072,00	76.783.072,00		101.120.274,98	101.120.274,98	0%	32%	32%	0,00	945.985.517,00	945.985.517,00
<b>TOTAL DO PROJETO</b>	<b>43.977.791,07</b>	<b>757.818.767,33</b>	<b>801.796.558,40</b>	<b>10.700.000,00</b>	<b>76.783.072,00</b>	<b>87.483.072,00</b>	<b>9.860.230,54</b>	<b>101.120.274,98</b>	<b>110.980.505,52</b>	<b>-8%</b>	<b>32%</b>	<b>24%</b>	<b>53.838.021,61</b>	<b>945.985.517,00</b>	<b>999.823.538,61</b>

Signature: *Esantana Santana*

Email: [esantana@conservation.org](mailto:esantana@conservation.org)

Signature: *Thiago Paiva*

Email: [tbaiense@conservation.org](mailto:tbaiense@conservation.org)

Signature: *Michele Rocha*

Email: [mrocha@conservation.org](mailto:mrocha@conservation.org)

Signature: *Rodrigo Schoenacher*

Email: [rschoenacher@conservation.org](mailto:rschoenacher@conservation.org)

**3) Reconciliação da conta designada**

**Conciliação da Conta Designada Dezembro 2023**

Doação Nº: TF A6056-BR		
Nome do Banco: Itau Unibanco S/A		
Número da Conta: 11904		
		R\$
1. Total de Depósitos		59.975.172,61
2. Menos Total que já foi documentado		51.432.810,35
3. Saldo Pendente (por documentar)		8.542.362,26
4. Total Conta Designada + conta investimento em 31/12/2023 (de acordo com o extrato bancário anexo)		8.925.944,14
4a. Saldo da Conta Designada em 31/12/2023 (de acordo com o extrato bancário anexo)		10.672,46
4b. Saldo da Conta de investimento 31/12/2023 (de acordo com o extrato bancário anexo)		8.915.271,68
5. Valor a ser documentado no Pedido		
6. Mais valor pendente de reposição pelo Banco em janeiro das despesas de dezembro 2023		2.006.551,54
7. Mais saques efetuados ainda não documentados ao Banco		
8. Menos valores debitados depois do extrato bancário anexo		-
9. Menos rendimentos líquidos gerados na Conta Designada até 31/12/2023		2.390.133,42
10. Total (4 + 5 + 6 + 7 - 8 - 9)		8.542.362,26
		-

**Observações:**

A SOE foi conciliada com a conta e os valores por categoria, componente estão convergentes com as prestações enviadas ao Banco Mundial.

1 Valores pendentes de reposição pelo Banco	
Pedido Nº	Valor
	2.006.551,54
Valor depositado pelo banco em janeiro para complemento do valor da conta designada	

2 Saques efetuados ainda não documentados ao Banco	
Data	Descrição
	Valor
	R\$
	-

3 Outras explicações por discrepância identificada na linha 11	
A diferença citada no IFR 1º Sem 2023 de - R\$ 2.03 foi abatida com o saldo positivo, identificado no acumulado no IFR 2º Sem de 2023, no valor de R\$ 2.03.	

Obs.: a moeda da conciliação deve ser a mesma moeda da Conta Designada

- 4. Preencher com o valor que consta como saldo no extrato bancário que está anexo a esta conciliação
- 5. Preencher com o valor total que será documentado no presente Pedido enviado em anexo.
- 7. Preencher com os valores que já foram sacados da conta para realizar pagamentos, mas que ainda não foram documentados ao Banco e/ou se encontram na Conta Operativa (detalhar valores nas observações)
- 8. Preencher somente se existir valores que foram sacados da Conta Designada depois da data do extrato bancário que está em anexo.
- 9. Preencher somente no caso de existir rendimentos que foram gerados na Conta Designada.

\* Disponível para consulta no Client Connection (Desembolsos -> Contas Designadas/UN)

Elaborado por: Elisângela Santana Contadora e André Lemes Coordenador Financeiro

Revisado por: Michele Mamede Rocha - Gerente

Certificado por: Thiago Baiense - Gerente Senior de Planejamento e Orçamento

Assinado por: Rodrigo Schoednaghger - Diretor de Operações

Signature: *Elisângela Santana*  
Email: [essantana@conservation.org](mailto:essantana@conservation.org)

Signature: *Michele Rocha*  
Email: [mrocha@conservation.org](mailto:mrocha@conservation.org)

Signature: *Thiago Baiense*  
Email: [tbaiense@conservation.org](mailto:tbaiense@conservation.org)

Signature: *Rodrigo Schoednaghger*  
Email: [rschoenacher@conservation.org](mailto:rschoenacher@conservation.org)